



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Heloísa Carmello Rocha Lobo

**Processos de remoção e seus desdobramentos:
tramas e percursos em busca de uma casa**

Rio de Janeiro

2015

Heloísa Carmello Rocha Lobo

**Processos de remoção e seus desdobramentos:
tramas e percursos em busca de uma casa**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Birman

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

L799 Lobo, Heloísa Carmello Rocha.
Processos de remoção e seus desdobramentos: tramas e percursos em busca de uma casa / Heloísa Carmello Rocha Lobo. – 2015.
95 f.

Orientadora: Patrícia Birman.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Remoção (Habitação) – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Política habitacional – Teses. 4. Antropologia – Teses. I. Birman, Patrícia, 1949- . II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 333.326(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Heloísa Carmello Rocha Lobo

**Processos de remoção e seus desdobramentos:
tramas e percursos em busca de uma casa**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de janeiro de 2015.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Patrícia Birman (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Carly Barbosa Machado

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Prof. Dr. Edson Miagusko

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Rio de Janeiro

2015

Dedico esta dissertação à Lúcia Lima. Na sua casa, num dia em que se encontrava triste e pensativa por ter sido desenganada pelo médico que a atendia, me perguntou: *Por que a vida é assim?*

AGRADECIMENTOS

Numa palestra de Maria Lúcia Garcia Pallares Burke, ela declamou uma citação de Gilberto Freyre, que dizia algo como “o queijo resulta do leite de muitas vacas”. Era uma metáfora utilizada por Freyre para dizer que a sua obra resultava do diálogo estabelecido com outros intelectuais. Assim, utilizo este espaço para agradecer aqueles que de algum modo contribuíram na construção desta dissertação. Começo agradecendo a todos os pesquisadores que me antecederam, cujos trabalhos abriram os caminhos dos estudos urbanos. Depois, agradeço aos meus professores de graduação, em especial, Maria José Rezende e Raimunda de Brito Batista, cujo incentivo e ensinamentos carregou comigo onde eu estiver. Raimunda, minha primeira orientadora e agora, minha amiga, muito obrigada.

Agora é a vez dos meus professores da pós-graduação, em especial, Valter Sinder, José Reginaldo Santos Gonçalves, Jérôme Souty, Márcia da Silva Pereira Leite, Antonio Edmilson Martins Rodrigues, Clarice Ehlers Peixoto e Lia de Mattos Rocha. Agradeço pela receptividade e generosidade de colegas de mestrado e doutorado do PPCIS/UERJ, bem como de alunos e professores-pesquisadores de outras instituições de ensino. Sobretudo, a professora Mariana Cavalcanti (CPDOC/FGV), coordenadora do grupo de pesquisa sobre condomínios populares, que tem como membros Wellington Conceição (PPCIS/Uerj), Daniella Guedes (PPHPBC/CPDOC), Bruno Coutinho (IESP/Uerj), Samantha Gifalli (PPGSA/UFRJ), Samuel Jaenisch (IPPUR/UFRJ) e Marcella Carvalho de Araújo Silva (IESP/UERJ). Os trabalhos e as questões levantadas por cada um destes pesquisadores enriqueceram o meu trabalho. A professora Mariana, obrigada pela oportunidade de pertencer ao grupo.

Por último, agradeço a professora Patrícia Birman por ter me aceitado como orientanda e ter aberto tantas portas no meu caminho. Através dela conheci outros pesquisadores – alunos e professores – que contribuíram enormemente na confecção deste texto, muitos deles se tornaram grandes amigos. Assim, toda gratidão a: Adriana Fernandes, Carly Barboza Machado, Camila Pierobon, Geisa Bordenave, Flavia Regina, Edson Miagusko, Cleiton Machado Maia, Vinícius Gonçalves, Jorge Santana, Paula Lacerda, Lia de Mattos Rocha, Bernardo Guerra, Sílvia Naidin, Amanda Pereira, Natânia Lopes, Jérôme Souty. Aproveito para desculpar-me com Patrícia dos meus atrasos constantes na entrega de trabalhos. Obrigada pela paciência e respeito ao meu tempo. Não posso esquecer-me de Sônia Chaves e Wagner Aguiar, sempre dispostos a resolverem todos os trâmites burocráticos da

minha vida acadêmica, nem dos personagens principais da dissertação, os moradores do Mercado São Sebastião.

Gostaria de agradecer também aos amigos que tornaram os meus dias mais leves e felizes no Rio de Janeiro: Luciana, Leila, Jaqueline, Karlinha, Camila, Geisa, Inesita e Julian. Agradeço a torcida sincera dos meus amigos do Paraná: Neto, Mariana, Romário, Macaubal, Graciela, Deusa, Yoná, Flávia, Leandro e Fábio. Gratidão a todas as demonstrações de incentivo e afeto recebidos por tantas pessoas que cruzaram o meu caminho durante a realização do mestrado. A Inês Quiroga, que em pleno verão carioca se dispôs a formatar o texto dissertativo, acredito que prova maior de amizade não há. A Camila Pierobon, pela companhia querida nos estudos e em casa, muito obrigada. Agradeço também ao seu namorado, Alex, pela contribuição na tradução do resumo.

Aos meus pais, Lidemar e Adalberto, obrigado por me concederem a oportunidade de estudar sem ter que me preocupar com questões financeiras, por apoiarem e valorizarem o meu trabalho, enfim, por tudo mesmo. Por fim, tenho a certeza que o término desta dissertação se deve as inúmeras orações feitas por Maria, Lúcia, minha mãe e por mim. Aos deuses, deusas, santos, orixás, espíritos amigos, obrigada!

Nunca vemos além de nossas certezas e, mais grave ainda, renunciamos ao encontro, apenas encontramos a nós mesmos sem nos reconhecer nesses espelhos permanentes. Se nos déssemos conta, se tomássemos consciência do fato de que sempre olhamos apenas para nós mesmos no outro, que estamos sozinhos no deserto, enlouqueceríamos. Quando minha mãe oferece *petits-fours* da casa *Ladurée* à sra. De Blogie, conta a si mesma a história de sua vida e apenas mordisca seu próprio sabor; quando papai toma café e lê jornal, contempla-se num espelho do gênero manual de autoconvencimento; quando Colombe fala das aulas de Marian, deblatera sobre seu próprio reflexo, e, quando as pessoas passam diante da *concierge*, só vêem o vazio porque ali não se reconhecem. De meu lado, suplico ao destino que me conceda a chance de ver além de mim mesma e encontrar alguém.

A elegância do ouriço, Muriel Barbery.

RESUMO

LOBO, Heloísa Carmello Rocha. *Processos de remoção e seus desdobramentos: tramas e percursos em busca de uma casa*. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Em 2012, efetivou-se o processo de remoção dos moradores da Favela Mandacaru e das ruas localizadas no interior do Mercado São Sebastião, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A área é conhecida pela sua importância no cenário econômico regional e nacional, sobretudo por abrigar a Bolsa de Gêneros Alimentícios, onde se define o preço da maioria dos produtos alimentícios consumidos na cidade. Para o poder público e para empresários associados à BGA, esta é uma das medidas (e a primeira a ser executada) que se insere no “campo social” de um projeto maior, o de “revitalização” da área. Os moradores foram *reassentados* para os condomínios de apartamentos do programa federal Minha Casa, Minha Vida nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz, zona oeste da cidade. Se para uns, o processo de remoção viabiliza a retomada da área enquanto espaço de negócios, para os que sofreram a ação, embora conscientes da desigualdade das relações de poder, não há consenso. A partir de relatos dos moradores que narram as expectativas e as mudanças ocorridas nas suas condições de vida, a dissertação tem como objetivo pensar a mudança de endereço no que tange a experiência cotidiana das pessoas na cidade, assim como a produção de subjetividades na qual se tem a “casa” como futuro que se quer, mas que nem sempre se cumpre.

Palavras-chave: Antropologia. Remoção. Favela. Moradia. Política habitacional.

ABSTRACT

LOBO, Heloísa Carmello Rocha. *Removal processes and their unfoldings: intertwined stories and trajectories in search of a house*. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

In 2012 it was effected the removal of the tenants of the Mandacaru Slum and the streets close to São Sebastião Market in the northern part of Rio de Janeiro city. The area is known for its importance in the regional and national economy for hosting the *Bolsa de Gêneros Alimentícios* (Foodstuff Stock Market), where is set the price of most part of food consumed in the city. To the public power and to businessmen associated with the BGA this is one of the measures of a bigger project of “gentrification” of the area. The former tenants were “relocated” to apartment buildings of the Federal Government program called *Minha casa, Minha vida* (My house, my life) in the neighbours of Campo Grande and Santa Cruz, in the west part of the city. If for some (the businessmen) the relocating process makes the area again available to business, to the relocated ones there is no consensus, although all are aware of the inequality of power relations involved. From reports of the tenants that describe the expectations and the changes that happened in their life conditions, this dissertation aims to think the changing of address and its impact on the quotidian experience of the people in Rio de Janeiro, as well as the production of their subjectivities in which the “house” is the desired future that not always come through.

Keywords: Anthropology. Removal. Slum. Dwelling. Housingpolicy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 -	Vista da <i>Tenda Azul</i> e ao fundo o edifício da Bolsa de Gêneros Alimentícios (BGARJ).....	23
Imagem 2 -	Condomínio Vista Alegre – São Gonçalo/RJ.....	61
Imagem 3 -	Do lado direito as famílias selecionadas para receber as chaves simbólicas de seus apartamentos.....	62
Imagem 4 -	Comércio popular na parte externa do condomínio em Santa Cruz.....	70
Imagem 5 -	Vilma indicando a localização de seu antigo <i>barraco</i>	80
Imagem 6 -	Faixa de agradecimento.....	84
Imagem 7 -	Interior do Galpão.....	87
Imagem 8 -	Maria e o Muro de Berlim.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
BGARJ	Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro
CADEG	Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB	Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
MCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MPU	Metrópolis Projetos Urbanos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Social Democrata
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SODEME	Sociedade de Desenvolvimento de Mercados
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	O PERCURSO DA PESQUISA	15
1.1	Primeiros passos	15
1.2	O retorno ao campo	23
1.3	Das observações e interações: reflexões metodológicas	25
1.4	Diário de campo	27
2	MERCADO SÃO SEBASTIÃO: ONTEM E HOJE	31
2.1	Mercado São Sebastião: ontem	31
2.1.1	<u>Contexto anterior à criação da Cruzada São Sebastião</u>	31
2.1.2	<u>A Cruzada São Sebastião</u>	36
2.1.3	<u>O Mercado São Sebastião: “origem”</u>	40
2.2	Mercado São Sebastião: hoje	47
2.2.1	<u>Processo de Remoção: sociabilidades, disputas e conflitos no Mercado São Sebastião</u>	47
2.2.2	<u>Diário de campo</u>	51
3	EM BUSCA DE UMA CASA: EXPERIÊNCIAS E PERCURSOS POPULARES	63
3.1	Maria	64
3.2	Márcia e Jean	70
3.3	<i>Irmã Irene</i>	75
3.4	Vilma	77
3.5	Dione	80
3.6	O Galpão: Fabiano e Francisca	84
	QUASE CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

O Mercado São Sebastião localiza-se no bairro da Penha, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, numa extensa área delimitada pela Avenida Brasil e pela Baía da Guanabara. Outra referência, habitual entre seus frequentadores e pelos que utilizam transporte público, é que o Mercado situa-se entre as passarelas 17 e 18 da avenida.

Anterior a sua existência, a área pertencia à Marinha e ao Distrito Federal e era considerada “um alagadiço imprestável”¹. Nos anos de 1950, Dom Hélder Câmara convenceu as autoridades da época a doarem o terreno à Cruzada de São Sebastião. Em seguida, apresentou um projeto² de transferência da Bolsa de Alimentos situada à Rua Acre para o terreno, pois a antiga sede já não comportava o número de associados e suas atividades – carga e descarga de produtos - tumultuavam a região central da cidade.

Em 1962, “o complexo idealizado pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro”³ foi inaugurado e desde então é uma área importante no cenário econômico regional e nacional, por concentrar armazéns e distribuidoras de produtos alimentícios. Sua principal edificação, a Bolsa de Gêneros Alimentícios (BGA), foi inaugurada apenas em 1975. O espaço é ponto de encontro entre produtores e compradores, onde os preços de boa parte dos produtos alimentícios consumidos na cidade são definidos. Além disso, é também espaço de debate, de encontros políticos e de pesquisa: o laboratório de classificação de produtos vegetais. Logo, o Mercado São Sebastião, como pontua Silva e Rabaça (2011) se configura como “o principal centro abastecedor” da cidade e “um dos maiores da América Latina”⁴. Tal característica é revelada pelos nomes de suas ruas: Rua do Alho, Rua do Feijão, Rua do Arroz, Rua do Milho.

Em 2012, o Mercado São Sebastião completou 50 anos de existência, sendo a data comemorada em eventos realizados pelos empresários associados à Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro (BGARJ): o seminário Mercado São Sebastião e o lançamento do livro comemorativo⁵ *Bolsa de Gêneros Alimentícios 1951/2011*⁶: da esquina do Pecado ao

¹ SILVA; RABAÇA, 2011, p.59.

² “O plano do religioso era aterrorizar o local obtido com o apoio de Juscelino (presidente JK) e vender os terrenos à iniciativa privada para a construção do Centro de Abastecimento São Sebastião, que ocuparia 850 mil metros quadrados do aterro. De 1956 a 1960, o empreendimento foi a principal fonte de recursos da Cruzada, atingindo 80% da sua receita” (SILVA; RABAÇA, 2011, p. 59).

³ Ibidem, p.63.

⁴ Faço uso de aspas, ao longo de todo o texto, para destacar palavras e expressões em tom informal e citações tanto das falas dos interlocutores da pesquisa, quanto de autores e teóricos que fundamentam e discutem as questões que perpassam este estudo.

⁵ Para os empresários, há duas comemorações e elas estão interligadas. Primeiro, a comemoração de 60 anos de existência da BGARJ e a segunda, de 50 anos do Mercado São Sebastião. Apesar de o livro ter sido lançado no

Palácio da Bolsa. A data não passa despercebida pela imprensa local. Em junho do mesmo ano, o jornal *O Globo* publica duas reportagens com os seguintes títulos: *Mercado São Sebastião: uma trajetória de glamour e decadência* e *Aos 50 anos, Mercado São Sebastião será revitalizado*, nas quais valorizam o processo de “revitalização” em curso e a expectativa de empresários e do poder público de que a área torne-se a “Cobal da Zona Norte”⁷ nos anos vindouros.

Chama a atenção o pouco destaque dispensado sobre o processo de *reassentamento*⁸ de 318 famílias⁹ que viviam na área, ocorrido apenas um mês antes da publicação das reportagens. No entanto, é sobre este evento que o meu olhar recai. A partir das publicações mencionadas acima, busco analisar as representações construídas pelos empresários associados sobre a questão e por meio da pesquisa de campo, como os moradores da extinta favela Mandacaru e de ruas adjacentes perceberam e reagiram à atuação e influência dos empresários e do poder público num contexto de disputas e tensões. De antemão, considero a existência de diferentes pontos de vista sobre o processo de *reassentamento*. Para os empresários, é uma das medidas (primeira a ser executada) que se insere no “campo social” de um projeto maior, o de “revitalização” da área. Tal medida viabiliza a retomada da área enquanto espaço de negócios. Para os que sofreram a ação, embora conscientes da desigualdade das relações de poder, não há consenso. Há uma pluralidade de narrativas e práticas acionadas pelos antigos moradores do Mercado São Sebastião cotidianamente. Estas devem ser entendidas de modo relacional, ou seja, em relação a outros moradores, ao poder público, aos poderes locais (tráfico e milícias), aos empresários e também em suas contradições¹⁰.

A pesquisa parte da trajetória de vida de catorze pessoas, com quem eu estabeleci um maior contato durante a pesquisa de campo realizada entre maio de 2012 e junho de 2014. Dentro do universo pesquisado, algumas pessoas (juntamente com seus familiares) foram

final de 2011, eu o incluo nas comemorações de aniversário do complexo, pois permitiu que esses homens enquanto grupo resignificassem suas biografias a partir da relação estabelecida com o lugar.

⁶ Utilizo itálico para títulos de livros, jornais e revistas; categorias nativas e palavras em língua estrangeira.

⁷ Há intenção de que a área transforme-se num pólo gastronômico.

⁸ Categoria acionada pelos funcionários da Prefeitura, pela mídia e pelos empresários associados. Porém, faço uso da categoria remoção, apesar de não ser uma categoria nativa. Através dessas duas categorias será possível identificar os diferentes interlocutores.

⁹ Este dado não é exato. Este seria o número mínimo, podendo chegar a 326 famílias.

¹⁰ Aqui, tomo como referência a análise de Waizbort (2006) sobre Georg Simmel. Ele diz: “Mas a mobilidade que Simmel procura e defende não é resultado de um apaziguamento dos contrastes que marcam a realidade nas suas mais amplas *discrepâncias*. Não se trata de negar a contradição, mas sim de aceitá-la como um elemento da própria realidade, torná-la produtiva. Aceitar a contradição é, por isso, encará-la como algo que não se dissolve em um fim ou meta, como algo que permanece porque é justamente um processo, e somente um pensamento que se põe como processo pode abrigá-la no seu próprio interior” (p.27).

reassentadas para os apartamentos do programa federal Minha Casa, Minha Vida¹¹, nos bairros de Santa Cruz e Campo Grande, na Zona Oeste¹² da cidade do Rio de Janeiro. Apenas duas pessoas ainda recebem o aluguel social da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Das famílias *reassentadas*, duas retornaram ao Mercado São Sebastião onde construíram suas casas dentro de um galpão abandonado. No entanto, nem todos “passaram” seus apartamentos nos termos colocados por Lícia Valladares (1978). Há quem mantenha o apartamento fechado ou concedeu-o a um familiar próximo (irmãos ou filhos), que não foi contemplado pelo programa e que necessitava de uma moradia.

A partir da noção de casa busco compreender a dinâmica instável¹³ a que estas pessoas estão sujeitas nos seus locais (ou a procura) de moradias. É também através dela que a relação com os empresários e o poder público será examinada. Desta forma, a noção de casa se apresenta no texto como um fio que costura diversas questões: gênero, poderes locais, política urbana e habitacional, construções de alteridades, entre outras. Torna-se evidente que optei por privilegiar o olhar dos moradores em relação a este processo. No entanto, preocupo-me em não analisá-lo enquanto grupo isolado. Apesar de não ter tido contato direto com nenhum associado da BGARJ, busquei entender a relação estabelecida entre “eles” e os “moradores” através da Revista *BGARJ Notícias* e do livro comemorativo, pois me vi diante de um rico material etnográfico que não poderia ser desperdiçado. Também realizei entrevistas com dois funcionários – urbanista e assistente social - da Gerência de Ações Especiais da Secretaria de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro. A assistente social em questão trabalhou diretamente no processo de *reassentamento* destes moradores.

¹¹ O programa, criado em 2009, tem como prioridade famílias cuja renda é até R\$16000,00, mas também atende famílias cuja renda gira em torno de R\$ 1600,00 a R\$5000,00. No entanto, as primeiras estão sujeitas a participarem dos trabalhos de ação social desenvolvidos em parceria entre Caixa Econômica e o Governo Federal.

Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>.

¹² Na Zona Oeste da cidade concentra-se a maioria das moradias destinadas a Habitação de Interesse Social, cuja renda mensal da população gira em torno de 0 a 3 salários mínimos. Vale dizer, que se trata especificamente da Área de Planejamento 5 (AP5) composta por 5 regiões administrativas (RA): Santa Cruz, Campo Grande, Bangu, Realengo e Guaratiba. De acordo com Aduino Lúcio Cardoso, “a AP5 vem se transformando no local de fixação da população pobre da cidade”, recebendo “poucos investimentos sociais e de infraestrutura” (2013, p. 145).

¹³ Neste contexto, a palavra instável significa que as pessoas estão sempre em trânsito e também se refere a esta própria dinâmica, na qual as relações sociais são permeadas por disputas e tensões.

1 O PERCURSO DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo mostrar as relações que se estabelecem na consecução deste trabalho de pesquisa, a partir dos diferentes modos como me inseri no universo pesquisado. Em minha primeira inserção, em maio de 2012, estava acompanhada de um funcionário da Prefeitura do Rio de Janeiro. Depois, em outubro do mesmo ano, acompanhei o trabalho de dois membros do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e por último, em 2013, retomo o trabalho de campo sem nenhuma mediação. No decorrer do texto explico detalhadamente o motivo de três inserções em épocas e circunstâncias tão diferentes e como esta descontinuidade, de certa forma, mudou o enfoque da pesquisa, assim como possibilitou enveredar por caminhos antes não pensados, nem previstos.

1.1 Primeiros passos

Com o intuito de construir meu percurso intelectual e de pesquisa, retomo minha graduação em Ciências Sociais, realizada na Universidade Estadual de Londrina - Paraná (2010). Resumidamente, no trabalho de conclusão de curso, sob o título de *Texto e Contexto: o cronista, a cidade e o corpo*, analisei como a história da cidade do Rio de Janeiro é contada a partir da experiência corporal dos seus moradores nas crônicas de João do Rio. Mais precisamente, observei os sinais de introjeção do novo modo de vida imposto pela reforma urbana, no início do século XX, nos corpos dos transeuntes retratados pelo escritor.

Em 2011, durante o curso de especialização em Sociologia Urbana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ao assistir a palestra da antropóloga Letícia de Luna Freire na disciplina *Trabalho e pobreza no Brasil urbano: Favela por pesquisadores*¹⁴ despertou-me a atenção o processo de *reassentamento* de famílias moradoras de favelas em Manguinhos para apartamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁵ no mesmo bairro, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Segundo a pesquisadora, os moradores foram obrigados a participar de encontros promovidos pelo trabalho técnico social do PAC, cujo objetivo era aprender a ser “condôminos”. A obrigatoriedade da presença era uma das condições para que recebessem as chaves dos apartamentos.

¹⁴ A disciplina foi realizada no IFCS-UFRJ. Assisti a algumas palestras na condição de ouvinte.

¹⁵ “Programa Federal criado no segundo mandato do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, que promove a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país”. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

Dessa forma, estudar o processo de mudança das famílias que viviam em “barracos” para apartamentos, possibilitava, em certa medida, dar continuidade ao trabalho já realizado durante a graduação. O ponto de aproximação entre dois trabalhos distintos seria o de se buscar um entendimento sobre a cidade a partir do encontro entre “a carne e a pedra”¹⁶. Os encontros descritos por Freire sugerem que o programa federal atua em dois planos: 1) espacial (mudança do barraco para o apartamento) e 2) regime moral com suas implicações corporais, ou seja, um novo modo de viver, de se relacionar com os vizinhos e de estar inserido na cidade.

O passo seguinte era “achar um campo” e isto não era uma tarefa tão simples para mim, pois desconhecia totalmente a cidade. Era praticamente uma recém-chegada. Recorri aos meus colegas de curso para que indicassem um local onde pudesse acompanhar todo o processo – do cadastramento dos moradores até os primeiros meses na nova moradia. Relatei a minha intenção com bastante cuidado, pois obtive a indicação justamente das pessoas que estavam envolvidas diretamente com estes encontros, os profissionais da área de Serviço Social. Na sala de aula havia seis assistentes sociais, dessas, duas foram as que mais contribuíram para as informações que eu buscava. A primeira forneceu um relatório produzido por ela mesma, onde analisa a adaptação das famílias em suas novas moradias (apartamentos). Enquanto a segunda passou-me o contato de um colega de trabalho, urbanista da Prefeitura.

Felipe¹⁷, o urbanista, e eu trocamos alguns e-mails, mas nosso encontro apenas ocorreu no ano seguinte (2012). Sempre muito disposto a me ajudar, fui encontrá-lo na Secretaria de Habitação, no entanto, surpreendi-me com o meu despreparo. Não sabia responder a nenhuma de suas perguntas. “Você quer estudar os apartamentos do PAC ou da Minha Casa, Minha Vida?” “Você quer estudar pessoas que foram removidas de área de risco, de favelas...?”, “Na zona Oeste da cidade?”. Diante da situação (constrangedora), Felipe sugeriu que acompanhasse o processo de *reassentamento*¹⁸ que ocorreria dentro de poucos

¹⁶ Referência ao livro *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, de Richard Sennett (2008). Outra referência, apesar do caráter não-científico, é a obra de João do Rio. Era nela que me apoiava para justificar o meu trabalho de humanizar a pedra, buscando uma conexão com o corpo humano. Com grande sensibilidade, ele diz: “A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento” (RIO, 2008, p.26).

¹⁷ Todos os nomes são ficcionais, exceto de figuras públicas e colegas de pós-graduação.

¹⁸ Felipe utiliza o termo “reassentar, reassentamento”. Quando o questiono por que não “remoção, remover”, ele explica que “remover é simplesmente retirar as pessoas de suas casas e não oferecer outra opção, outra moradia”. Enquanto reassentar é retirar as pessoas de uma situação precária e realocá-las “nos empreendimentos habitacionais”.

dias no Mercado São Sebastião, fornecendo-me um mapa da região. Aceitei a sugestão, pois queria iniciar a pesquisa o mais rápido possível.

No dia seguinte, Felipe me apresenta a Eduardo (maio 2012), funcionário terceirizado da Prefeitura que trabalhava como assessor de Jorge Bittar, secretário da Habitação na época. De lá partimos em direção ao Mercado São Sebastião. No entanto, era na Favela Mandacaru, situada em seu interior, que ele desejava chegar, pois precisava conversar, pessoalmente, com a “líder comunitária” detalhes da mudança que estava prestes a ocorrer. Sem pressa, ele dirigia por todas as ruas sempre tecendo algum comentário sobre o lugar e as pessoas. Observo que boa parte das ruas não é asfaltada, nem conta com iluminação pública e saneamento básico. As fachadas das casas estão “marcadas”¹⁹, ou seja, receberam a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação) acompanhadas de numeração específica, com o intuito de identificar as moradias a serem demolidas. Eduardo explica que os trabalhadores do Mercado São Sebastião, com o objetivo de diminuir os gastos e a distância percorrida entre trabalho e moradia, passaram a construir suas casas nas imediações. Tanto estas moradias quanto a Favela Mandacaru²⁰ são por ele definidas de “ocupações de rua”. Assim justifica o processo de remoção das famílias, pois “não se pode ocupar vias”.

A todos que encontrava pelo caminho, ele cumprimentava e me apresentava como pesquisadora, o que fez as pessoas pensarem que eu também trabalhava na Prefeitura. A confusão era apenas desfeita quando eu me apresentava novamente, mas a associação entre Eduardo e eu permanecia. Com atenção e simpatia, ele ouvia os moradores e buscava esclarecê-los de qualquer dúvida em relação à nova moradia. Tinha vontade de conhecer o interior dos *barracos*, mas achava que o momento não era oportuno. Durante o trajeto, manifestei este desejo a ele e fiquei muito constrangida quando ele pediu a duas moradoras para que me deixasse entrar em suas casas. O pedido foi feito com educação, no entanto, havia uma relação de poder em jogo, que possivelmente não admitia espaço para uma recusa.

Enquanto ele conversava com Francisca, reconhecida por ele como a “líder comunitária” local, eu conhecia o *barraco* de Isabel, moradora há 15 anos da favela, lugar onde seus três filhos nasceram. Para chegar, era preciso percorrer um corredor estreito onde o esgoto corria solto. No *barraco* ainda morava sua irmã e uma menina sem nenhuma relação

¹⁹ No documentário “Casas Marcadas”, há um comentário interessante sobre este procedimento. Um senhor diz: “Já tinha visto isso em filme sertanejo quando o coronel marca seus bois com a letra dele, com a letra N, a letra P, a letra D. Então vai com ferro quente e marca o gado. O que eles faziam no gado do Norte-Nordeste que a gente via em filmes, eles fizeram em várias casas”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k>. Acesso em: 17 jan. 2015.

²⁰ Os moradores da favela Mandacaru denominavam suas casas de *barracos* e eram construídas a partir de materiais descartados dos galpões e armazéns da área. Era uma favela de pequenas proporções.

de parentesco, mas que estava ali porque a “mãe era uma cracuda”. Isabel estava agitada com os preparativos da mudança iminente, no interior do barraco havia várias peças de roupas espalhadas pelo chão. Roupas que ela dizia que não levaria. Outros objetos seriam deixados para trás, ela apontava rindo “essas coisas velhas vão ficar, esse fogão velho”. Afinal, não combinavam com a nova vida. Ela conta como ela e seu cunhado construíram o *barraco* e quando a questiono sobre a sensação de mudar-se para um apartamento onde não é permitido “fazer um puxadinho”, ela rapidamente diz “Melhor. Lá eu vou ter mais conforto, mais limpo, né? Olha esse chão (Ela aponta para o chão de terra batida)”, a irmã atenta a nossa conversa, grita de longe: “Aqui tem rato”. Eu continuo: “E você gostou de lá?”. Sucintamente, ela diz: “Gostei sim. A única coisa é que é longe a distância”. Sua resposta prenuncia o seu regresso para o Mercado São Sebastião meses depois.

Neste dia, conheci também a casa de Jaqueline, adolescente de aproximadamente 14 anos. A fachada precária de restos de madeira se contrapunha ao seu interior de alvenaria, piso revestido de cerâmica, muito bem mobiliada e muito limpa. A casa era composta por: sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço, e foi construída por um pedreiro. Seus pais trabalhavam no Mercado e ela tinha um irmão mais novo. É perceptível a diferença entre as duas moradias, o *barraco* de Isabel era totalmente precário e insalubre. No banheiro, havia vaso sanitário, mas não havia sistema de esgoto. Deste modo, os dejetos iam para o poço cavado por ela, o que deixava todo ambiente com um mau cheiro. Além disso, não possuía chuveiro. Tomava banho “de caneca”. As diferenças entre modos de habitar e a materialidade da casa servem de marcadores das diferenças sociais internas existentes no Mercado São Sebastião.

Na despedida, desejo boa sorte na nova moradia e Isabel agradece eufórica, me conduzindo até a frente da casa de Francisca, onde Eduardo se encontrava. A “líder comunitária” também demonstra alegria e não cansa de dizer que “ninguém está acreditando” que no outro dia estariam vivendo sob um novo teto. Observo a situação atípica em que me encontro em minha primeira inserção, pois estou acompanhada de um funcionário público na véspera de um processo de remoção, cujas três pessoas que conheci não demonstraram nenhuma resistência, pelo contrário, estavam felizes por saírem dali. Digo atípica, pois em outros casos semelhantes na cidade²¹, as pessoas se mobilizaram para não serem retiradas de seus locais de moradia.

²¹ Ver o trabalho de Alexandre Almeida de Magalhães (2013).

No dia seguinte, vou de ônibus do Largo da Carioca até o bairro de Santa Cruz, Zona Oeste da cidade. A viagem demorou uma hora e meia. Desço no ponto de ônibus em frente ao supermercado Extra, na Avenida Brasil. Eduardo me aguardava para me levar até o condomínio S.C²², para eu acompanhar a chegada das famílias em suas novas moradias, isto é, os apartamentos que integram o programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida. Deixou-me na porta do condomínio e seguiu para o Mercado São Sebastião, onde acompanhou simultaneamente a retirada dos moradores e a destruição dos *barracos* e casas.

Era de manhã, o lugar estava praticamente vazio e muito silencioso. Além de mim, havia os garis da COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) – responsáveis em carregar e descarregar os pertences dos novos moradores - e funcionários de uma empresa de televisão por assinatura, ávidos para vender “pacotes”. Aos poucos, a paisagem ganhava outros contornos com a chegada das pessoas (trazidas em vans) e de seus pertences (caminhões de mudança). Logo se via um vaso de flor pendurado na janela, uma roupa estendida na grade de segurança da escada²³, gatos, cachorros e crianças de todas as idades correndo de um lado para outro. Virei motivo de curiosidade, várias pessoas me abordavam para saber quem eu era e o que estava fazendo ali, outras me abordavam para se queixar sobre a falta de água ou sobre o descuido no transporte dos móveis, mas no geral, o clima era de euforia. Soube então que no condomínio havia pessoas oriundas de outros lugares da cidade, como por exemplo, da Cidade de Deus e da ocupação Serra do Sol, ambas localizadas na Zona Oeste da cidade.

No decorrer da manhã, eu encontrei Isabel e conheci seu novo apartamento, mas fui rápida na visita, pois não queria incomodá-la. Assim como fui abordada, eu também abordei algumas mulheres²⁴, sobretudo, as que não estavam ocupadas com a mudança. Estas chegaram ao condomínio dias antes, pois optaram fazer a mudança por conta própria, seja pagando um frete ou por ter algum conhecido ou parente que possuía um automóvel capaz de fazê-lo.

²² Para preservar a identidade dos pesquisados, os nomes dos condomínios foram substituídos para que não fosse possível reconhecer seus locais de moradia. Utilizo Condomínio S.C para me referir ao condomínio localizado no bairro de Santa Cruz e Condomínio C.G, localizado no bairro de Campo Grande.

²³ Esta prática é recriminada nos cursos de integração sob a alegação de que o apartamento possui área de serviço.

²⁴ Notei a pouca presença de homens (moradores) no condomínio. Algumas famílias eram chefiadas por mulheres, em outras, os homens estavam trabalhando enquanto as mulheres eram responsáveis por “arrumar a casa”. Eduardo comentara que a Prefeitura arcou com toda a despesa da mudança, no entanto, numa conversa informal com uma funcionária da Bolsa de Gêneros Alimentícios, ela diz que a instituição “pagou toda a mudança, foi uma despesa muito grande”, mas não cita o valor. Isto também é declarado pelo presidente da instituição no editorial da revista *BGARJ Notícias*.

Dione era uma dessas mulheres e estava em frente ao seu apartamento quando eu a abordei. Ela é uma mulher alta, forte e de pele muito branca. Possui uma perna atrofiada, caminha com dificuldade e lentidão, por essa razão escolheu um apartamento no andar térreo. Sua mãe foi *reassentada* num apartamento destinado especialmente para pessoas idosas e com necessidades especiais, no qual o vão das portas é maior, facilitando o acesso com cadeira de rodas e o banheiro possui barras de apoio. Por enquanto, a senhora goza de boa saúde. Mãe e filha vinham do Mercado. Dione mora com o marido e dois filhos. Neste dia, ela comenta sobre a expectativa em relação a sua nova vida, sobre os conflitos que estavam acontecendo naquele momento no Mercado e sobre os procedimentos burocráticos envolvidos no processo de *reassentamento*²⁵.

Nesta primeira inserção não estava ainda preocupada com questões metodológicas, pois não tinha certeza se este local seria o meu “campo definitivo”, não estava convencida de pesquisar aquele grupo. Ora, a ideia inicial era acompanhar todo o processo, desde o momento em que as famílias são cadastradas até os primeiros meses habitando os apartamentos. Queria ter mais tempo para observá-los em suas antigas casas, ou como alguns diziam, nos seus *barracos*. Observar também as relações estabelecidas nas reuniões com as assistentes sociais. Novamente me vi à procura de outro campo, o “campo ideal”. Não retornei a Santa Cruz, nem ao Mercado São Sebastião. Procurei Felipe para que me indicasse outro local, entretanto, ele disse que no momento não havia nenhum. Repensando, eu desconfio que a inexistência do processo, ou pelo menos, a sua suspensão (temporária) na cidade se deu por causa do período eleitoral. Ora, o processo de remoção de favelas é sempre conturbado e naquele momento não era interessante colocar em risco a candidatura de reeleição de Eduardo Paes.

Em outubro de 2012, sabendo dos meus interesses, Henrique, colega do mestrado, me convidou para acompanhá-lo numa visita a um grupo de pessoas que haviam “abandonado” suas novas moradias (apartamentos do PMCMV) e retornado à “comunidade” antiga. Ele iria com mais um colega de militância, chamado Caio. Encontramo-nos no prédio da *ocupação* Manuel Congo, exatamente na sede do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), localizado na Cinelândia, ao lado da Câmara Legislativa. No local, Henrique trabalha como fotógrafo e assessor técnico no núcleo de comunicação do MNLN e também como pesquisador, analisando a história da ocupação do prédio.

²⁵ No terceiro capítulo apresento as declarações colhidas neste dia.

Seu colega Caio morava com a mãe num assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no interior do Estado de Pernambuco. Foi selecionado entre os jovens do seu grupo para receber a formação política do MST na cidade do Rio de Janeiro com o intuito de tornar-se um líder local do “movimento”. Enquanto contava, Henrique brinca dizendo que ele é um “dissidente”. Ele sorri e explica que recebeu a formação, mas não quis retornar como era previsto. Decide então permanecer na cidade e torna-se militante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e morador da *ocupação* Manuel Congo.

Ao chegar na *ocupação*, Henrique comunica que o lugar em questão é o Mercado São Sebastião. Fico surpresa com a coincidência e relato detalhes da minha experiência. No entanto, minha satisfação é interrompida pelo constrangimento causado quando Caio começa discorrer sobre a “cidade capitalista”, querendo “provar” que “não havia coincidência nenhuma”. A situação piora quando soube que fui acompanhada de um funcionário da Prefeitura. Tal fato despertou certa desconfiança a meu respeito. Ele passa a questionar a minha posição política diante da situação. Argumento que a minha postura não é neutra, mas que preciso manter relações com todas as pessoas envolvidas para tentar melhor compreender o meu objeto de estudo.

Chegamos ao Mercado São Sebastião com duas horas de atraso, sendo recebidos por Marlene que não consegue disfarçar seu descontentamento. Ela participa do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas e teve a iniciativa de entrar em contato com as pessoas ligadas ao MNLN para denunciar a situação em que ela e mais 124 pessoas estavam vivendo. O trabalho de Henrique e Caio consistia em colher os depoimentos que seriam entregues a uma pessoa (ligada a estes movimentos sociais) que participaria de uma reunião com funcionários do Ministério das Cidades. Naquela tarde, ela mobilizou cerca de 20 *pendentes*²⁶, no entanto, restaram apenas três mulheres. Era mais que justificado o seu desapontamento. Fico com a impressão que eles assumem para elas o papel de “salvadores”. Tal expectativa é pressentida por Caio que procura esclarecê-las do que ele e Henrique podem fazer e do alcance de suas ações, sendo que o “material” seria entregue “a quem realmente possa fazer algo por eles”.

Ao me apresentar, esclareci que não integrava o MNLN, era apenas colega de mestrado de Henrique, com intenção de realizar uma pesquisa sobre habitação popular. Achei prudente dizer sobre minha visita ao Mercado nas vésperas da *remoção* dos moradores. Estranho a reação das mulheres, pois esperava que fosse a mesma de Caio. Pelo contrário, o fato nos aproximou, gerou uma cumplicidade. Depois das apresentações, fiquei extremamente

²⁶ Entende-se por *pendentes*, pessoas que não foram reassentadas e recebiam o aluguel social e reassentados que retornaram a morar no local de origem.

confusa. Difícil narrar este episódio. Todos falavam ao mesmo tempo, enquanto eu apenas observava e registrava fragmentos da fala de cada um. A todo instante, minha atenção se deslocava entre os participantes da conversa.

Resumidamente, Marlene é ex-moradora da extinta favela Mandacaru e não consegue arcar com as despesas de transporte entre Santa Cruz e o Mercado São Sebastião, onde mantinha (até o final de 2012) um trailer em que vendia bebidas e lanches. Ela declara que outras pessoas retornaram²⁷ pelo mesmo motivo, ou seja, a distância entre o local de moradia e o local de trabalho. Já as suas amigas - Vilma e Cleusa (a última também ambulante) – recebem o aluguel social e esperam pelas moradias prometidas. Com cuidado, Marlene ainda menciona que outras pessoas retornaram, pois tiveram problemas com a milícia. Marlene comenta que os “moradores pendentes” se abrigaram nos galpões abandonados nas imediações do Mercado com o consentimento do chefe do tráfico local (Comando Vermelho). Estas mulheres apenas aceitam falar sobre milícia e tráfico com Caio e Henrique num lugar mais afastado do que estávamos e separadamente, ou seja, nenhuma testemunhou o que a outra falou. Não tive acesso a este material. Quando digo que gostaria de retornar a Santa Cruz e de conhecer o Galpão, sou logo desaconselhada, a não ser acompanhada de algum morador, mas NUNCA sozinha.

Agora não tinha mais dúvidas quanto ao “campo de pesquisa”, no entanto, este evento - o retorno de alguns moradores – configurou um deslocamento das questões a serem pesquisadas. Em março de 2013, retomo o trabalho de campo sem a companhia de quaisquer pessoas ligadas ao poder público ou a movimentos sociais. Desta vez, num ritmo contínuo onde pude estabelecer vínculos de confiança e amizade com o grupo pesquisado.

²⁷ Neste momento, retornavam apenas quem trabalhava, o restante da família continuava morando em Santa Cruz. Cabe dizer, que a maioria eram trabalhadores autônomos ou inseridos na ilegalidade.

Imagem 1 – Vista da *Tenda Azul* e ao fundo o edifício da BGARJ



Fotografia: Heloísa Lobo

1.2 O retorno ao campo

Guardei como ponto de referência o trailer de Marlene, localizado na Rua da Farinha quase esquina com a Rua Milho, mas ela não estava, segui então para o ponto da Cleusa (quase ao lado), chamado por seus frequentadores de *Tenda Azul*, por causa da lona de cor azul que protege a todos do sol e da chuva. O ponto está sempre cheio de homens, em sua maioria, de caminhoneiros vindos de diferentes estados do país. Durante o dia é grande o movimento de pessoas e produtos circulando pelas ruas do Mercado. Ao ver Cleusa e Vilma, eu sorri e elas retribuíram. Falei: “Voltei! Acharam que eu não iria mais aparecer?”, elas confirmam balançando a cabeça. Vilma conta que dias antes, ela e Cleusa se lembraram de mim e chegou a comentar: “aquela menina não veio mais”. Justifico a minha ausência dizendo que estava de férias e passei todo o tempo na casa dos meus pais no interior do Paraná.

Pergunto sobre Marlene, elas dizem não saber, pois desde o começo do ano que “ela não vem trabalhar”. Pergunto se elas têm alguma “novidade”. Vilma conta que “seu apartamento está pra sair”, mas com a chegada d(o/a) primeir(o/a) net(o/a) fez com que ela o cedesse para o seu filho mais novo. Nossa conversa é observada por uma amiga (delas) da “Mandacaru”. Elas me apresentam como pesquisadora. Tivemos uma afinidade imediata. Ela é engraçada, falante, bastante observadora, gosta de andar e demonstrou uma disposição espontânea em me ajudar. Com isso, tornou-se rapidamente a minha principal informante.

Cinco meses depois que eu estive no Mercado na companhia de Henrique e Caio, o meu maior interesse era saber se mais pessoas estavam retornando para o Mercado e

finalmente conhecer o Galpão. Maria, antes calada, começa a falar sem parar ao saber do meu interesse, conta que “as pessoas estão subindo (retornando)”. Pergunto “o que as pessoas estão fazendo com as casas?”. Responde: “tão vendendo, alugando”. Eu digo: “E pode vender?” e ela: “Vende na encolha”. Não entendo o que o termo significa. Ao pedir para me explicar melhor, Jorge – trabalhador do Mercado – começa a falar ao mesmo tempo e mais alto para chamar minha atenção. De forma jocosa e performática, ele diz que na encolha significa que “quando descobre é IH, SUJOU!!!”. Caímos na risada e ele continua a fazer suas brincadeiras, mas o alvo agora era Maria. Ele pede para eu não acreditar em nada do que ela disser, “Ela é ‘171²⁸’”. Mais risadas e eu pergunto: “Por que 171?”. Ela, tentando conter o riso, explica que o seu *barraco* foi marcado com esta numeração pela Prefeitura. A conversa retoma seu ritmo apenas quando Jorge deixa a tenda e volta a trabalhar. Com sutileza faço outras perguntas com a intenção de que elas falem sobre o Galpão. Noto que Maria não se constrange sobre o assunto, ela prontamente diz: “eu te levo lá”. Era estranho, pois tinha a recordação de que este acesso não me seria concedido com tanta facilidade.

Durante o trajeto, Maria fala sobre seus filhos, seu ex-marido, sua religião. Para chegar ao Galpão passamos por onde se situava a extinta favela Mandacaru. Ao ver seus destroços, Maria rememora sua vida no lugar. Em frente ao Galpão, um grupo de mulheres jovens sentadas, conversavam bem á vontade. Maria as cumprimentou e me apresentou como pesquisadora. Na minha imaginação, as pessoas estavam abrigadas como num ginásio de esportes quando há algum desastre natural. Na verdade, do galpão só restaram as paredes externas. Não há cobertura, nem divisórias, portas, janelas, nada. O seu interior foi loteado e havia poucos espaços vazios. As casas eram todas de alvenaria e logo na entrada, uma igreja da Assembleia de Deus.

Ao entrarmos no Galpão, um rapaz que preparava a argamassa, cumprimentou Maria, mas ela não o reconheceu. Ele, então, diz ser filho de Ângela, seu nome é Fabiano. Ela se desculpou e começaram uma conversa animada. Maria me apresentou e explicou o motivo da minha presença. Ele gentilmente diz para eu “aparecer”, ou seja, que eu fosse outro dia em que ele estivesse disponível para conversar.

Neste dia, ele contou que o galpão é propriedade da Varig e que está abandonado há mais de 15 anos. Em sua juventude, ele jogava bola com seus amigos no local. Explicou que é preciso ter aprovação do chefe do tráfico local (Comando Vermelho) para tornar-se morador do Galpão. Ele nos mostrou sua casa, e com orgulho, abriu a torneira para demonstrar que a

²⁸ Referência ao artigo 171 do Código Penal. A gíria significa uma pessoa “trambiqueira”, golpista, hábil em enganar as pessoas para obter favores e vantagens.

água sai limpa e com força, mostrou também as ligações de luz. Responsável pela construção da maioria das casas, falou com propriedade da qualidade das mesmas, observo que todas são de alvenaria (“evitar incêndios e ratos”), possuem a mesma tipologia e suas fachadas estão alinhadas. Quando pergunto por que possuem apenas um pavimento, ele respondeu: “Dá pra inverter²⁹, mas ninguém faz com medo de prejuízo”, ou seja, o investimento é arriscado já que existe a possibilidade de serem removidos futuramente, mas Fabiano tem esperanças de um desfecho diferente: “Vamos deixar tudo arrumado, se o pessoal da Prefeitura um dia vir, é mais fácil eles aprovarem”. A meu ver, o Galpão desponta como um espaço intermediário entre a favela e o condomínio (do PMCMV). Quanto à forma de habitar, situa-se entre o *barraco* e o apartamento.

1.3 Das observações e interações: reflexões metodológicas

A escrita da dissertação, na minha perspectiva, busca traçar uma trajetória etnográfica dos espaços visitados com o objetivo de analisar a “dinâmica instável” a que as pessoas estão sujeitas nos seus locais (ou à procura) de moradia. Como foi dito, a pesquisa de campo foi realizada em três momentos distintos: 1) em maio de 2012; 2) em outubro de 2012 e; 3) de março de 2013 a abril de 2014, cujo material levantado (melhor, construído) forneceu as maiores contribuições para a pesquisa. No entanto, conferir ao material um caráter inteligível advém de outras experiências vividas na cidade, de leituras diversas, de filmes assistidos e de conversar com outros pesquisadores que generosamente compartilharam comigo: textos, experiências e angústias.

Ao longo do trabalho de campo, refleti sobre o ato de pesquisar e encontrei em Georg Simmel as palavras adequadas, se não, as que fizeram (a mim) mais sentido sobre este exercício. Ele diz que:

Em uma fábula um camponês à morte diz a seus filhos que há em suas terras um tesouro enterrado. Em consequência disso, os filhos escavam e reviram profundamente a terra por toda parte, sem encontrar o tesouro. Mas no ano seguinte a terra assim trabalhada produz três vezes mais frutos. Isso simboliza a linha da metafísica indicada aqui. Nós não iremos encontrar o tesouro, mas o mundo que nós escavamos à sua procura trará ao espírito três vezes mais frutos – mesmo se não se tratasse de nenhum modo na realidade do tesouro, mas sim de que esse escavar é a necessidade e a determinação de nosso espírito (SIMMEL 1983, p. 19-23 *apud* WAIZBORT, 2006, p.20).

Estava em busca do “tesouro”, entretanto, dei-me conta que a travessia é o que importa e a vida remete a isso, o ponto de chegada é também ponto de partida. A minha pressa em ter

²⁹ Essa expressão é utilizada no sentido de ampliar verticalmente a construção.

as minhas questões respondidas nem sempre coincidia com o ritmo ou interesse dos pesquisados. As minhas “descobertas” aconteceram aos poucos e o que me intrigava era que, em certas ocasiões, elas pareciam ser “falsas”. Custei a entender que estas falhas, contradições, dissimulações eram na verdade “prova de vitalidade dos depoimentos”³⁰.

Repensando a minha primeira inserção no trabalho de campo, observo que as indicações dadas pelos colegas – seja de locais ou de pessoas – me transmitiam uma sensação de segurança. A pesquisa colocava vários desafios e o primeiro era romper os limites geográficos da Zona Sul da cidade. Não estava livre do medo do desconhecido, ou melhor, do “conhecido” através das notícias dos jornais.

Em *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*, Alba Zaluar (2000) reflete sobre esta questão. De início, deve-se considerar o lugar do pesquisador dentro da sociedade em que vive e/ou estuda, ou seja, o seu lugar no mundo³¹. Este exercício é fundamental para a elaboração da análise que se pretenda fazer. Zaluar (2000) constata que a distância existente entre ela e o grupo pesquisado não se traduzia apenas ao local de moradia e ao acesso aos recursos de valor, mas também aos “obstáculos microscópicos”, como por exemplo, o modo de se expressar, de se vestir, nos gostos, etc.

Ao falar sobre o medo, Zaluar (2000) afirma que mesmo consciente do “processo de longa data de estigmatização dos pobres”³², isto não a impedia de senti-lo. Eu também o sentia, principalmente antes de iniciar a pesquisa. A receptividade dos moradores me tranquilizou e no decorrer do trabalho de campo, as amizades conquistadas garantiram a minha circulação em diferentes lugares sem temer pela “minha integridade física”³³. Não é possível desconsiderar a companhia de Eduardo (funcionário da Prefeitura), nem de Henrique e Caio (militantes) e principalmente de Maria (nativa), no entendimento desta sensação de tranquilidade.

Neste sentido, coube também prestar atenção à posição hierárquica (relativa) em que estas pessoas se encontravam no interior das relações sociais. Tal constatação exige maior atenção quanto ao nosso trabalho, pois tanto as práticas cotidianas, como as categorias sociais são hierarquizadas. Assim, o encontro com o “outro” – desafio que nos possibilita fazer etnografias – pode simplesmente não acontecer, no sentido de vermos “além de nós mesmos”. À medida que a pesquisa avança, esta questão torna-se central, seja na confrontação dos

³⁰ CARDOSO, 2011, p. 200.

³¹ “Tal como já foi dito, para compreender de que se trata a sociologia temos que estar conscientes de nós próprios como seres humanos entre outros seres humanos” (ELIAS, s/d, p.16).

³² ZALUAR, 2000, p. 10.

³³ *Ibidem*, p.10.

aspectos mais subjetivos da relação estabelecida entre pesquisador e grupo pesquisado, seja na confrontação do material produzido a partir deste encontro.

Esta última discussão é levantada por Lícia Valladares (2005) em *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. A partir de um levantamento bibliográfico, a autora analisa como a categoria de favela foi sendo (re)construída ao longo do tempo e como este processo tem implicações nas produções (acadêmicas ou não) atuais, pois no seu entendimento, esta categoria “é o resultado mais ou menos cumulativo, mais ou menos contraditório, de representações sociais sucessivas, originárias das construções dos atores sociais que se mobilizaram em relação a esse objeto social e urbano”³⁴.

Desta forma, Valladares (2005) nota três características da favela recorrentes na maioria das análises sobre o assunto, gerando consenso entre os pesquisadores. Resumidamente: a favela como 1) “um espaço absolutamente específico e singular” da cidade, 2) “*locus* da pobreza” e 3) espaço homogêneo, onde as “diferenças inter e entre favelas” são negligenciadas. A autora incomoda-se com a adoção destas características como pressupostos teóricos, sem que haja esforço em debatê-las. Logo, ganharam dela a alcunha de “dogmas”.

Atentar-se para estas questões implica no esforço de problematizar o encontro entre pesquisadora e “grupo pesquisado” e o que dele resulta, no caso, esta dissertação. Objetiva-se não reduzir e homogeneizar o universo pesquisado, nem cair nas armadilhas do olhar etnocêntrico em relação às vidas pesquisadas. Para tanto, tomo os textos citados – de Zaluar (2000) e Valladares (2005) – como referências teóricas de uma prudência metodológica a ser adotada. No entanto, gostaria de encerrar este capítulo com o relato de uma experiência vivida em campo para ilustrar que “todo cuidado é pouco”.

1.4 **Diário de campo**

Cheguei ao Mercado São Sebastião e fui direto à *Tenda Azul*. Minutos depois, Maria também chega acompanhada de uma mulher negra, muito bem vestida, de maneiras distintas e que aparenta ter 50 anos. Os demais já a conheciam, apenas eu não. Maria a chamava de *irmã* Dalva, por frequentarem a mesma igreja Deus é Amor no Parque das Missões, em Duque de Caxias. Maria fez uma rápida apresentação e partimos para a casa de sua irmã biológica Márcia. A caminho do ponto de ônibus, *irmã* Dalva sugeriu que Maria comprasse alimentos

³⁴ VALLADARES, 2005, p. 21.

para Márcia, pois ela se encontrava debilitada. Maria aceitou a sugestão, mas preferiu fazer as compras em Campo Grande, bairro situado na zona oeste da cidade.

Tanto Maria quanto *irmã* Dalva optaram pelo percurso mais longo, no entanto, mais barato. A viagem do Mercado São Sebastião até o condomínio de apartamentos C.G³⁵ durou duas horas, o que tornou necessário utilizar duas conduções. Fomos de ônibus até o terminal urbano de Campo Grande e lá aproveitamos para fazer compras. Maria comprou frutas e legumes. Decidi comprar café e pão para lancharmos, pois Márcia me recebia muito bem em sua casa. *Irmã* Dalva nada comprou, tendo, porém, opinado bastante. Além disso, reprovava certos comportamentos de Maria como: não frequentar regularmente a igreja, ter um namorado mesmo sendo casada, entre outros. Percebia que Maria se irritava, mas nada dizia, afinal a *irmã* era quem conduziria a tarde de orações.

De lá tomamos uma van que nos deixou próximo ao condomínio. Márcia nos aguardava com ansiedade e se alegra com a nossa visita. Pede desculpas pela casa não estar arrumada como gostaria. *Irmã* Dalva comenta a sua impressão do condomínio e do quanto deseja mudar do Parque das Missões. Márcia mostra os cômodos da casa que recebem elogios da amiga de Igreja. Maria guarda as compras, enquanto *irmã* Dalva se organiza para começar a reunião. Márcia então manifesta a vontade de “passar um café” antes. Todas nós concordamos. Ainda estamos tomando café e conversando bobagens quando *irmã* Dalva abre a Bíblia aleatoriamente e começa a ler o trecho escolhido. Maria e Márcia parecem não se importar, ela então interrompe a leitura. Depois de um tempo, elas pedem à *irmã* Dalva que recomece, mas ela se recusa demonstrando aborrecimento. Maria assume o lugar e dá início ao “culto do lar”.

No quarto de visitas, nós nos posicionamos em círculo. Maria fecha os olhos e começa a gritar “Abençoa essa casa, Senhor. Olha a Márcia, Senhor. Cura ela, Senhor”. Cada vez que a palavra Senhor era pronunciada, ela batia palmas e pisava firme o chão. A cada frase dita por Maria, Márcia e *irmã* Dalva diziam “Glória, Senhor”, de olhos fechados. Apenas eu estava de olhos abertos e observava a tudo aquilo com estranheza. Maria falava tão alto que parecia que o condomínio inteiro seria capaz de escutá-la. As três mulheres estavam totalmente entregues àquele momento de “louvor”.

De início, Maria direcionou as preces para Márcia pedindo que ela seja curada do seu câncer de mama. Depois foi a vez da *irmã* Dalva: “Senhor, faça a *irmã* Dalva conseguir uma

³⁵ Parte dos antigos moradores do Mercado São Sebastião mora neste condomínio, que faz parte do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida. Ele localiza-se as margens da Av. Brasil, no bairro de Campo Grande, zona oeste da cidade.

casa, Senhor. Abençoa ela, Senhor. Ela quer uma casa, Senhor. Igual a essa”. Mais agitada do que no início, Maria me surpreende ao pronunciar o nome da assistente social responsável por cadastrar a *irmã* Dalva no programa Minha Casa, Minha Vida, pedindo que “Deus tocasse o coração” dela. Desejavam que o processo de inscrição no programa habitacional fosse priorizado em detrimento de outras. Pode-se dizer que estavam conscientes de que estabelecer boas relações com os funcionários ligados ao programa era uma estratégia eficaz para conseguir certas vantagens, no mínimo um atendimento mais personalizado.

Maria continua, mas agora suas palavras são de agradecimento. Agradece a Deus pela saúde e principalmente pela “casa recebida”, pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Em seguida, ela direciona sua prece à presidenta Dilma Rousseff, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao prefeito Eduardo Paes, em sua visão, os responsáveis pela criação e execução do programa. Neste momento, a estranheza que sentia dá lugar ao cômico. Ao mesmo tempo, era comovente ver as três mulheres arrebatadas pela fé. Elas continuavam em pé, de olhos fechados e sem nenhum sinal de cansaço. Maria grita com uma força descomunal perto do seu corpinho frágil, parecendo realmente estar “possuída”. Tudo me parecia muito exagerado. “Senhor, abençoa a presidente Dilma, Senhor. O Lula, Senhor. Eles que deram essa casa, que fizeram o programa Minha casa, Minha Vida. Não deixa acabar”³⁶.

Eu observava e notava o quanto distante me encontrava. Meus sentimentos oscilavam entre me comover e achar graça da cena. Não imaginava o que me aguardava. De repente, eu ouço: “Senhor, abençoa a pesquisa da Heloísa. Que ela passe num concurso, Senhor. Proteja a família dela que está lá no Paraná, a mãe, o pai, os irmãos e que ela tenha muito sucesso na pesquisa”. Foi então que fechei meus olhos e segurei o choro que queria sair. Nas palavras de Favret-Saada (2005)³⁷, eu fui *afetada*.

Permaneci neste estado até o “culto” terminar. Ao abrir meus olhos, vi que estávamos emocionadas. *Irmã* Dalva e Márcia elogiaram o desempenho de Maria. Márcia comenta o desejo de fazer um “culto” no condomínio, para que seus vizinhos conhecessem o “seu Deus” e pede a nossa ajuda para realizá-lo. Percebo que estou confusa. Noto que algo mudou, mas não sei dizer o quê. No entanto,

³⁶ Por conta das manifestações que eram realizadas em todo Brasil em junho de 2013, Márcia e Maria temiam um possível *impeachment* da presidenta Dilma. Márcia acompanhava pelo *facebook* a repercussão e os desdobramentos dos protestos.

³⁷ Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FAVRET-SAADA, 2005, p.160).

Basta que os etnógrafos se deixem afetar pelas mesmas forças que afetam os demais para que um certo tipo de relação possa se estabelecer, relação que envolve uma comunicação muito mais complexa que a simples troca verbal a que alguns imaginam poder reduzir a prática etnográfica. (GOLDMAN, 2005, p.150)

É noite e nos despedimos. Durante a viagem de volta e nos dias seguintes, eu rememoro os acontecimentos. Noto que estar atento às questões levantadas por Zaluar e Valladares, não significa estar imune. Há sempre o risco de “renunciarmos ao encontro”. Assim, a etnografia para esta pesquisadora iniciante mostra-se um “empreendimento humano arriscado”³⁸. Obviamente que não apenas para mim. Antropólogos de diferentes épocas e lugares narraram suas experiências de trabalho de campo e como resolveram questões metodológicas, afetivas, entre outras.

As leituras prévias destes relatos instruem e apontam caminhos, mas quase sempre foram acionadas naquele instante de solidão e reflexão pós-campo. Isto me fez pensar numa aula de teatro onde meu professor disse: “Lá fora, vocês pensam duas vezes antes de agir; aqui dentro, vocês agem duas vezes antes de pensar”. Por mais que saísse de casa com um objetivo específico, com um mínimo de planejamento, deparei-me com situações imprevistas e/ou inusitadas. Às vezes minhas reações ao interagir com o “outro” não correspondiam ao que eu esperava (ou idealizava) ser enquanto “pesquisadora”. Assim, faço minha essa frase de Muriel Barbery, tomando-a de empréstimo como uma forma de oração para uma boa etnografia: “De meu lado, suplico ao destino que me conceda a chance de ver além de mim mesma e encontrar alguém”.

³⁸ SILVA, 2009, p. 175.

2 MERCADO SÃO SEBASTIÃO: ONTEM E HOJE

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, apresento o contexto histórico anterior e no qual se insere a inauguração do Mercado São Sebastião (1962) e a participação de Dom Helder Câmara na sua construção. Dentro deste contexto, detenho-me sobre alguns propósitos norteadores da Cruzada São Sebastião, instituição liderada pelo bispo, que parecem muito próximos dos acionados por funcionários da Prefeitura e empresários associados à BGARJ para legitimar a retirada dos moradores da área em 2012. Na segunda parte, apresento o contexto de disputas e conflitos em torno do processo de remoção, a partir de artigos publicados na revista *BGARJ Notícias* e de entrevistas com funcionários da Prefeitura do Rio de Janeiro. Busco analisar como os “empresários” elaboraram sua visão sobre o assunto e as relações estabelecidas entre “eles” e o poder público para que a ação fosse efetivada.

2.1 Mercado São Sebastião: ontem

2.1.1 Contexto anterior à criação da Cruzada São Sebastião

Conforme explicado na apresentação, o surgimento do Mercado São Sebastião parte do esforço de Dom Helder Câmara de 1) com a ajuda do presidente Juscelino Kubitschek convencer as autoridades da época, na figura de Francisco Negrão de Lima (prefeito) e do Ministro da Marinha a doarem o terreno, “que não passava de um manguezal”, para a Cruzada São Sebastião e 2) convencer os empresários a transferirem suas atividades de compra e venda de produtos alimentícios da Rua Acre para o terreno. De acordo com Silva e Rabaça (2011)³⁹, a sede já não comportava a demanda de pessoas e produtos, além disso, o trânsito de caminhões atrapalhava o fluxo viário da região central. O poder público pressionava os *empresários*⁴⁰ pelos transtornos causados. A solução viria pelo projeto apresentado por Dom Hélder.

Inicialmente, o projeto previa a instalação de três setores: comercial, industrial e residencial, o último nunca foi executado. A adesão imediata dos empresários permitiu que o

³⁹ Antônio Rogério da Silva e Sílvia Rabaça foram responsáveis pela coordenação editorial de conteúdos e textos do livro *Bolsa de Gêneros Alimentícios 1951/2011: da esquina do Pecado ao Palácio da Bolsa*. Lançado em dezembro de 2011, o livro conta “a história da BGA e do desenvolvimento do setor alimentício que emergiu primeiramente no Centro do Rio, através do ponto de vista de associados da instituição que participaram ativamente da BGA durante todos esses anos”. Disponível em: <<http://www.bga.com.br/portal/index.php/da-esquina-do-pecado-ao-palacio-da-bolsa>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

⁴⁰ Categoria genérica que engloba, muitas vezes, empresários, comerciantes, representantes comerciais, agricultores. Ela é utilizada para se referir aos associados da Bolsa de Gêneros Alimentícios.

bispo arrecadasse dinheiro para viabilizar outros projetos da Cruzada São Sebastião⁴¹, entre eles, o Bairro de São Sebastião do Leblon.

Segundo Bart Slob (2002), Dom Hélder Câmara recebeu grande incentivo do Cardeal Gelier, de Lyon (França), que reconheceu seus talentos de organizador do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1955 e que estes deveriam ser aproveitados para “servir aos mais pobres”⁴². No mesmo ano, a Cruzada São Sebastião é criada com o ambicioso plano de solucionar o problema das favelas.

Dos problemas urbanos, a favela era considerada o maior deles, temática⁴³ recorrente nas discussões que aconteciam em diferentes esferas da vida social sobre o futuro da cidade. No entanto, seja pela sua concretude e/ou pelas suas representações, a favela ganha projeção nacional, uma vez que a cidade é também capital do Distrito Federal. Em diferentes contextos, a favela (enquanto representação coletiva) segue como problema: de ordem médica, de ordem estética, de ordem habitacional e mais recentemente, a partir da década de 1990, de segurança. Há também a representação de favela enquanto solução, possibilidade. Muitas vezes, essas duas representações coexistem, mas em certas conjunturas, há predominância de uma em relação à outra.

Nas décadas de 1930 e 1940, com o surgimento de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Social (atual Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), despontam as primeiras produções acadêmicas, estudos mais sistemáticos com as primeiras definições e dados oficiais sobre a(s) favela(s). Esta produção serve para a elaboração de projetos governamentais de intervenção e controle desses espaços e de seus moradores.

Este período compreende o governo de Getúlio Vargas, visto por Valladares (2005), “como uma nova etapa nas representações de classes populares e, por isso mesmo, das favelas” (p.49), que efetivamente passam a ser reconhecidas. Apesar de manter uma perspectiva higienista, resquício de um contexto anterior, tem-se a preocupação em “melhorar as condições de vida dos favelados”. Aqui, tal fato assinala a possibilidade de manter as favelas e dotá-las de melhorias urbanas e não somente eliminá-las da paisagem da cidade.

Melhorar as condições de vida da população pobre quase se confunde com permitir que essas pessoas tenham acesso à propriedade de moradias com melhores condições

⁴¹ Sobre a Cruzada São Sebastião, ver os trabalhos de SLOB (2002) e SIMÕES (2008).

⁴² Ao se referir sobre esta experiência, ele declara: “Este foi um momento de virada na minha vida. Todo o dom que o Senhor me deu, coloquei a serviço dos Pobres” (CÂMARA, 1998, *apud* SLOB, 2002, p. 40). Sobre a atuação da Igreja Católica no desenvolvimento de políticas habitacionais na França e no Brasil, ver o trabalho de Freire et al. (2011).

⁴³ Sobre este debate, ver: VALLADARES (2005) e MELLO et al.(2012).

materiais. Assim, a casa “própria” e “salubre” torna-se uma demanda da política social de Vargas, justificada por uma suposta melhora na qualidade de vida e vista também como uma “aspiração legítima do trabalhador”⁴⁴. Exemplificação disso foram os parques proletários construídos entre 1941-1944, durante a gestão do prefeito Henrique Dodsworth.

Os três parques proletários – Gávea, Leblon e Caju - foram construídos com a finalidade de abrigar provisoriamente moradores oriundos de favelas localizadas nas áreas mais valorizadas da cidade, como por exemplo, as favelas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. Tais alojamentos contavam com “dispensários, escolas, centros sociais, equipamentos esportivos, creches”⁴⁵ e a administração cabia à Secretaria de Assistência Social. Para Valladares (2005) e Burgos (2006), esta iniciativa estava imbuída de um caráter civilizacional, pois a assistência prestada aos moradores objetivava educá-los e adequá-los para um novo modo de inserção na cidade. Previa-se abrigá-los pelo tempo correspondente para a urbanização e construção de casas de alvenaria em suas áreas de origem ou proximidades. No entanto, este projeto foi interrompido e não se concretizou de fato.

Anos mais tarde, sob a gestão do prefeito Hildebrando de Araújo Góes (1946-1947), a responsabilidade pela administração e pelas ações sociais desenvolvidas nos parques proletários coube à recém-criada Fundação Leão XIII. Em 1950, o Recenseamento Demográfico⁴⁶ classifica e contabiliza o parque proletário da Gávea como favela. Tal fato atesta o fracasso do que foi considerada a primeira política governamental para as favelas da cidade.

O período compreendido aproximadamente entre 1946 a 1955 foi marcado por um intenso debate sobre o futuro da cidade, no qual se tem a favela como protagonista de qual destino se desejar e escolher. Em 1946, foi o ano de criação da Fundação Leão XIII pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara. Em 1947, a fundação da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS). O ano seguinte foi marcado pelo Recenseamento das Favelas do Distrito Federal e pela publicação da série de artigos do jornalista Carlos Lacerda, “A Batalha do Rio”.

⁴⁴ Burgos (2006) destaca que o público alvo desta política eram trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, ou seja, portadores de carteiras profissionais.

⁴⁵ VALLADARES, 2005, p.62.

⁴⁶ Valladares (2005) aponta para a importância deste recenseamento no que confere a elaboração de favela enquanto categoria analítica e estatística, bem como, a uma produção de dados mais precisos e consistentes sobre a favela carioca. Para a autora, isto se deve ao trabalho de Alberto Passos Guimarães, diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE.

Ligada à Igreja Católica, a Fundação Leão XIII “consistia em assegurar ‘assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro’”⁴⁷. Sua criação deve ser pensada sem desconsiderar os indícios de que o Partido Comunista ganhava força nas favelas, sendo considerado ilegal no país justamente no mesmo ano de sua origem. A frase “É necessário subir o morro antes que de lá desçam os comunistas” é indicativa desta preocupação. No entanto, a atuação da instituição inscreveu-se numa perspectiva “que abandona a atitude repressiva e a condenação moral para pregar a educação social e a integração”⁴⁸.

A influência da Igreja Católica também estará presente na criação da SAGMACS através da figura do padre dominicano Louis-Joseph Lebret. Fundador do movimento internacional *Économie et Humanisme*, suas ideias tiveram grande repercussão entre o público brasileiro, formado desde jovens católicos a intelectuais do gabarito de Alceu de Amoroso Lima e Josué de Castro. O padre foi responsável pela formação de pesquisadores brasileiros atuantes na área de planejamento e estudos urbanos. Em sua primeira vinda ao Brasil (1947), ministra o curso de Introdução Geral à Economia Humana na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Cabe dizer que sua obra não será reconhecida e aceita igualmente nos meios acadêmicos brasileiros⁴⁹, que valorizavam expressamente os valores canônicos da tradição sociológica francesa. Seu viés mais empírico e propositivo encontrou acolhida na ELSP, escola que mantinha proximidade com a sociologia americana, sobretudo com a Escola de Chicago.

Os alunos egressos da ELSP constituíram parte do quadro de trabalhadores da SAGMACS, que estabeleceu sede na cidade de São Paulo e filiais nas cidades de: Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro. Esta última passa a desempenhar papel de maior destaque com o início das pesquisas sobre as favelas cariocas, encomendada pelo jornal *O Estado de São Paulo* realizada entre os anos de 1957 a 1959. No ano seguinte, o resultado foi divulgado nas páginas do jornal sob o título de *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. A realização desta pesquisa estreita os vínculos de amizade entre o padre Lebret e o bispo Dom Hélder. Valladares (2005) afirma que o bispo teve influência direta em despertar o interesse sobre favela em Lebret. Além disso, ambos tinham orientações teórico-políticas compatíveis e acreditavam que o conhecimento de determinada realidade se dava através da pesquisa

⁴⁷ VALLADARES, 2005, p. 76.

⁴⁸ Ibidem, p. 76.

⁴⁹ Com a consolidação da SAGMACS, Lebret passou a ser reconhecido pela Universidade de São Paulo, mais propriamente pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

empírica, cujos resultados forneciam suporte para propor e realizar mudanças. Torna-se evidente que eram homens de caráter pragmático.

Consta que no primeiro ano de criação da SAGMACS, Dom Hélder solicitou uma pesquisa sobre o habitat operário⁵⁰. Deste modo, a figura do bispo desponta como uma liderança católica bastante influente e atuante na cena da cidade, então capital federal. Outro ator também importante neste contexto foi o jornalista e político Carlos Lacerda. Anos antes, ele fora filiado ao Partido Comunista. Quando escreveu a série de artigos intitulada de *A Batalha do Rio*, ele se inseria no debate como uma força política que se aproxima de um “projeto liberal-católico”. Nestes artigos, ele se colocava contrário à remoção das favelas enquanto solução adotada pelo poder público e mobilizava a sociedade civil para participar do enfrentamento à pobreza. Para Lacerda, vencer esta “batalha” envolvia a participação de todos. Em sua visão, a cidade se encontrava neste estado porque “está sendo corroída pelo egoísmo e pela inércia”⁵¹. Assim, como observa Oliveira (2010, p. 7), “existe aqui uma compreensão da favela e da miséria como fruto do individualismo da modernidade”.

O autor demonstra que os artigos também procuravam defender e legitimar as ações da Fundação Leão XIII nas favelas, pois alguns grupos políticos e sociais questionavam o papel desempenhado pela instituição. Deste modo, os artigos serviam de respostas a esses ataques. É interessante observar como a campanha liderada por Lacerda tem sido interpretada. De acordo com Simões (2008):

Hoje, há quem defenda a idéia de que a campanha de Lacerda, no final dos anos 1940, teve maior relevância quanto ao que conseguiu demonstrar do contexto de “vácuo político” da habitação popular vigente na época, do que por um resultado de mobilização suscitada pelos seus artigos. Carlos Lacerda teria percebido as contradições políticas relativas à habitação, “transformando-as em capital político, buscando criar um espaço alternativo ao poder local e ao ‘contrapoder local’, que seria a força do Partido Comunista nas favelas cariocas”. (p. 128)

Parto deste pressuposto para também pensar a criação da Cruzada São Sebastião em 1955. No entanto, antes de adentrar nesta questão, considero importante reforçar alguns elementos trazidos que colaboraram com o seu surgimento. Primeiro, a atuação direta da Igreja Católica nas favelas, seja pela atuação de grupos religiosos ou pela Fundação Leão XIII. Sobre este aspecto, evidencia-se a favela enquanto metáfora que “servia para muitas coisas, mas principalmente para afirmar os valores de um humanismo cristão no mundo contemporâneo”⁵². Segundo, a parceria estabelecida entre Igreja Católica e Estado, como explica Oliveira (2012), a “metáfora da favela renovava o discurso religioso após a Segunda

⁵⁰ VALLADARES, 2005.

⁵¹ LACERDA, 1948, p. 2 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 7.

⁵² OLIVEIRA, 2012, p. 7.

Guerra Mundial, mostrando a sintonia da Igreja brasileira com a agenda do poder público para estabelecer um controle social nas regiões pobres”⁵³.

Cabe dizer que a criação da Cruzada São Sebastião renovou a atuação da Fundação Leão XIII, ao formular uma proposta para a questão habitacional. Segue então a existência de um trabalho conjunto no que se refere à parceria estabelecida com o Estado, apesar das diferenças de ordem administrativa e ideológica.

2.1.2 A Cruzada São Sebastião

A criação da Cruzada São Sebastião, por iniciativa de Dom Hélder Câmara, ocorreu num momento de instabilidade política no país, que atingiu seu auge com o suicídio do então presidente Getúlio Vargas (1954). Entre os anos de 1951 a 1955, o Distrito Federal teve quatro prefeitos, fato que dificultou qualquer tentativa de elaboração e execução de programas governamentais (RODRIGUES, 2013).

A Cruzada São Sebastião surge como resposta a este “vácuo político da habitação popular” com o ambicioso plano de solucionar o problema das favelas. Havia o prazo de urbanizá-las em doze anos. Neste contexto, “urbanizar” significava tanto remover quanto promover ações pontuais de melhorias urbanas⁵⁴. Resumidamente, promoveu “melhorias de serviços básicos em 12 favelas, executou 51 projetos de redes de luz, finalizou a urbanização de uma favela (Parque Alegria), urbanizou parcialmente uma outra (Morro Azul)” e “ainda interferiu junto à Administração contra o despejo de três favelas da Cidade”⁵⁵ (Borel, Esqueleto e Dona Marta). Outro feito e sem dúvida, o de maior alcance e visibilidade, foi a construção do Bairro de São Sebastião do Leblon, conjunto habitacional construído no bairro Leblon, Zona Sul da cidade, destinado a abrigar os antigos moradores da favela do Pinto⁵⁶.

Simões (2008) observa que as ações citadas acima ofuscaram outros projetos paralelos da instituição. Deste modo, passou despercebido outro aspecto relevante da discussão sobre o problema da favela, o crescimento de sua população em comparação à população da “cidade”. No cerne da questão, estava o êxodo rural, fenômeno visto e relacionado ao crescimento das favelas. Assim,

⁵³ Ibidem, p. 8.

⁵⁴ OLIVEIRA, 2012.

⁵⁵ VALLADARES, 1978, p.23.

⁵⁶ A favela do Pinto localizava-se em frente à Lagoa Rodrigo de Freitas.

O plano original da Cruzada São Sebastião, conforme definido durante o Congresso, seria executado com o apoio de três frentes:

- a) criação, nas unidades federadas mais atingidas pelo êxodo rural, de núcleos coloniais que atuem como centro de atração e fixação dos migrantes nacionais;
- b) criação, ao longo de vias naturais de acesso, como rio São Francisco e a estrada Rio-Bahia, de núcleos que procurem conter os migrantes nacionais e
- c) criação, na barreira do Distrito Federal, de hospedarias de imigrantes que, além de assegurarem assistência espiritual e social aos migrantes nacionais, tendem, uma última vez, encaminhá-los para a Baixada Fluminense ou para a zona rural do Distrito Federal. (p. 130)

A autora acredita que parte do ofuscamento se deve também à imprensa carioca, que privilegiou e ressaltou as obras nas favelas. Sem contar, que os objetivos da Cruzada convergiam aqueles do Governo Federal, que logo após a sua criação destinou Cr\$ 50 milhões para o início dos projetos. Com a posse de Juscelino Kubitschek, a Cruzada São Sebastião ganhava mais força. Conforme explicado, o presidente teve participação fundamental na doação do terreno localizado à margem da Avenida Brasil entre a “Rua Lobo Junior até o Canal do Rio Irajá, e desse ponto, até o Rio Meriti, à margem direita da Avenida das Missões”⁵⁷. Esta era uma área de mangues e alagadiços que fora aterrada para que nela se construísse o Centro de Abastecimento São Sebastião, mais conhecido por Mercado São Sebastião. De acordo com Silva e Rabaça (2011), “de 1956 a 1960, o empreendimento foi a principal fonte de recursos da Cruzada, atingindo 80% da sua receita” (p.59). Vender o terreno de 850 mil m² para a iniciativa privada foi a estratégia adotada para não depender (somente) de recursos governamentais⁵⁸ e assim não viver sob o jugo da exploração política.

A articulação do bispo com políticos, empresários e favelados (visto por ele como atores políticos, pois “o princípio do desenvolvimento comunitário, que inspirava a ação de Dom Hélder, fundamentava-se na certeza de que, sem a participação dos principais interessados, nada poderia dar certo”⁵⁹), mostra a notória desenvoltura de Dom Hélder em transitar por entre grupos sociais tão distintos, assim como já exposto, sua postura e influência nos debates acerca dos problemas da cidade e de seus moradores. De acordo com Slob (2002), a Cruzada São Sebastião, sob seu comando, recebeu apoio dos partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrata (PSD), enquanto a Fundação Leão XIII, do partido União Democrática Nacional (UDN)⁶⁰. “Deste modo, considera-se que a primeira instituição se alinhava com a ‘ala mais progressista’ da Igreja Católica, enquanto a última tendia para a ‘mais conservadora’”⁶¹.

⁵⁷ SLOB, 2002, p. 56.

⁵⁸ Acrescenta-se ainda a criação do Banco e da Feira da Providência.

⁵⁹ VALLADARES, 2005, p. 77.

⁶⁰ Lembrar a posição de Carlos Lacerda nos artigos “A batalha do Rio”.

⁶¹ Ibidem.

Além das diferenças de ordem ideológica, há ainda diferenças quanto às funções e práticas.

Por um lado, a Fundação Leão XIII desenvolveu, em especial, a assistência material e moral às populações através de ações favoráveis à educação e à saúde (creches e ambulatorios), e da criação de muitos centros de ação social em diferentes favelas. Por outro lado, a Cruzada São Sebastião desenvolveu uma atividade de grande amplitude voltada para a produção de moradias novas e equipamentos de infraestrutura, o que hoje se chama de urbanização de favelas. (VALLADARES, 2005, p.77)

No entanto, marcar estas diferenças não pode significar o “apagamento da linguagem e dos sentidos da política católica implícitos na atuação da Igreja nas favelas”⁶². A resposta de Dom Hélder às críticas sobre a atuação da Igreja nas favelas ilustram a comunhão dos propósitos das duas instituições:

A urbanização das Favelas para nós (...) não pára na obra social. A preocupação está longe de ser apenas construir casas para onde transportar os moradores dos barracos infra-humanos das nossas Favelas. A mudança de casa é antecipada, acompanhada e seguida por todo um grande esforço de formação humana e cristã⁶³.

O Bairro de São Sebastião do Leblon é exemplar para observar a atuação conjunta da Cruzada São Sebastião e da Fundação Leão XIII. Na época, foi considerado como experiência-piloto, que conjugava “idéias clássicas de caridade, princípios católicos progressistas, atividades de intervenção de serviço social e conceitos modernos da arquitetura vanguardista sobre habitação social”⁶⁴. Além disso, trazia consigo uma questão importante - que já fora pensada anteriormente, mas não posta em prática - permitir que os “ex-favelados” continuassem a morar nas proximidades de suas antigas moradias. Ou seja, eles não foram removidos para locais distantes, algo recorrente ao longo da história da cidade.

Diferentemente dos Parques Proletários, o Bairro de São Sebastião foi planejado como habitação permanente, talvez por esta razão, adotou-se outra proposta arquitetônica. Não eram casas populares tradicionais, mas sim, apartamentos com três plantas diferentes: sala e quarto conjugados, apartamentos de um e dois quartos. Todos contavam com cozinha e área de serviço. No total foram construídos 910 apartamentos distribuídos em 10 blocos de 7 andares. O conjunto habitacional ainda contava com uma grande área coletiva e espaços públicos como: igreja, escola e centro social. Dom Hélder desejava que esta experiência fosse disseminada pela cidade. Novamente, isto não acontecerá.

A maioria dos novos moradores do Bairro do São Sebastião provinha da Favela do Pinto, localizada no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde a Fundação Leão XIII já

⁶² OLIVEIRA, 2012, p. 4.

⁶³ Trecho da resposta de Dom Hélder Câmara a Carlos Lacerda publicada na *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 abr. 1956, p. 8 *apud* OLIVEIRA, 2012.

⁶⁴ SLOB, 2002, p. 2.

desenvolvia um trabalho social. Assim, suas assistentes sociais foram responsáveis pela seleção dos futuros moradores do conjunto. A partir de relatórios e fichas que continham informações detalhadas da trajetória de vida e da moradia das famílias (não apenas vista em sua materialidade, mas também pelo que poderia revelar das qualidades morais do morador, como por exemplo, a casa estar limpa ou suja, organizada ou não, etc.), elas escolhiam aquelas que se enquadravam nos seguintes critérios adotados pela Igreja:

1. Residir a família na favela pelo menos há quatro anos. (Época do último levantamento feito);
2. Ser realmente pobre, isto é, impossibilitada de alugar ou adquirir morada fora da favela;
3. Estar legalmente constituída, ou pelo menos, enquadrada na moral natural e com alguma prole;
4. Não possuir membros marginais⁶⁵

Consta que para enquadrar-se no terceiro critério, vários casais formalizaram e oficializaram seus casamentos. Tais critérios indicam que as famílias selecionadas aparentemente seriam as mais “adaptáveis” aos princípios norteadores da Cruzada São Sebastião no que diz respeito à urbanização de favelas, tais como:

1. Promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar **solução racional, humana e cristã** ao problema das favelas do Rio de Janeiro;
2. Proporcionar, por todos os meios ao seu alcance, **assistência material e espiritual** às famílias que residem nas favelas cariocas; mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, **moradia estável** para as famílias faveladas;
3. Colaborar na **integração** dos ex-favelados na **vida normal** do bairro da Cidade⁶⁶

Nesse sentido, a mudança do barraco para o apartamento implicava (ou deveria) numa mudança na vida das famílias, de seus costumes, hábitos e valores. A casa é vista como transformadora do comportamento humano. Era um novo modo de morar, de viver e de estar inserido na cidade. Agora não mais carregando o peso do estigma de “favelado”. Estar integrado na “vida normal” do bairro de certo modo equivale a adotar o estilo de vida da classe média urbana carioca. Havia a pretensão por parte de seus idealizadores que “adotassem um estilo de vida mais católico, moderno e cidadão”⁶⁷.

O exemplo do Bairro São Sebastião, na sua tentativa de materializar estes princípios, parece ser útil para pensar a remoção dos moradores do Mercado São Sebastião. Sem desconsiderar os contextos históricos nos quais se inscrevem, observa-se que os argumentos

⁶⁵ GUARNIERI, s/d, p. 2-3 *apud* SLOB, 2002, p. 78.

⁶⁶ PARISSE, s/d, p. 175 *apud* SLOB, 2002, p. 41, grifo nosso.

⁶⁷ SLOB, 2002, p.3.

construídos e acionados por funcionários da Prefeitura do Rio de Janeiro e dos empresários associados à BGARJ parecem próximos ao da Cruzada São Sebastião. Pelo menos, no plano discursivo e subjetivo. Mais à frente, eu aprofundo esta questão.

Retomando ao Bairro de São Sebastião, o terreno era propriedade da Prefeitura do Distrito Federal e encontrava-se abandonado. Por esta razão e pelo fato de ser vizinho à favela do Pinto, o terreno foi cedido à Cruzada São Sebastião. Como se pode ver, houve vários fatores que colaboraram para que a experiência-piloto se desse no bairro do Leblon.

Apesar disso, parte da vizinhança não via com bons olhos esta iniciativa. Na época, houve uma discussão acirrada, que ainda repercute nos dias atuais, sobre a localização do conjunto habitacional, hoje chamado e conhecido por “Cruzada”, dentro de um bairro considerado *nobre*⁶⁸. De acordo com Slob (2002), os clubes Caiçaras, Monte Líbano, Paysandu e Associação Atlética Banco do Brasil mostraram-se abertamente contrários à construção do conjunto habitacional. Os argumentos sugeriam a inadequação da obra destinada aos pobres numa área como aquela, pois não tardaria para que o Bairro São Sebastião do Leblon se transformasse numa “favela”. Aqui, a ideia de integração concebida pela Cruzada São Sebastião além de não ser desejada, foi posta em dúvida.

No entanto, Dom Hélder contra argumentava que “mesmo que a cidade dispusesse de transportes adequados, seria erro social, de consequências imprevisíveis, varrer os trabalhadores para sempre mais longe da casa dos patrões”⁶⁹. O bispo concebia a experiência de “ricos” e “pobres” viverem no mesmo bairro como tentativa de “superar a luta de classes”. Mesmo com algumas oposições, Dom Hélder tinha seus seguidores e uma conjuntura política e econômica favorável para que o conjunto fosse erguido. Deste modo, no dia 20 de janeiro de 1957, dia do padroeiro da cidade, tem-se a inauguração oficial do Bairro São Sebastião do Leblon⁷⁰.

2.1.3 O Mercado São Sebastião: “origem”

Antes de iniciar esta seção, faço a seguinte ressalva: desde o início da pesquisa de campo, nas inúmeras idas à *Tenda Azul* ou nos condomínios visitados, os moradores que se

⁶⁸ “Até hoje, o termo “nobre” preserva o duplo sentido de categoria social elevada e de atitude humana altamente valorizada” (ELIAS, 2000, p.19). Desta forma, se opõe a noção de favela referida, entendida como lugar da violência, do ócio, do uso e tráfico de drogas, da promiscuidade e da desordem.

⁶⁹ CÂMARA, 1957 *apud* SLOB, 2002, p. 54.

⁷⁰ Como bem observa Oliveira (2012, p. 1): “Não era fortuita a utilização do padroeiro da cidade para nomear a iniciativa da Igreja. Lidando com os símbolos e a memória carioca, o empreendimento católico (Cruzada São Sebastião) dialogou com as discussões sobre o futuro social e político dos cariocas”.

dispuseram a narrar o processo de remoção do Mercado São Sebastião mencionavam em algum momento “os empresários”. De certo modo, quando emprego no texto “os moradores” e “os empresários”⁷¹, busco designar um grupo de pessoas, das quais os primeiros foram os que sofreram a ação de remoção e os segundos, aqueles que (em parte) a mobilizaram. O fazer etnográfico possibilitou que “os moradores” deixassem de ser simplesmente “os moradores”, ou seja, por mais que a remoção fosse algo comum a todos, cada pessoa passou a ter um nome, uma história de vida singular, cujo evento despertou sentimentos, posturas e reações diversas. Além disso, ao escutá-los notei as distinções e hierarquias que faziam entre si, às vezes feitas de forma acusatória.

Quanto “aos empresários”, eu nunca os encontrei pessoalmente, apenas os conhecia através das falas dos “moradores”, que também mencionavam outras pessoas, quase sempre de forma despersonalizada, mas em referência ao “grupo de pertença”. Assim, era recorrente ouvir: “os milicianos”, “os empresários”, “a Prefeitura”. Por limitações da pesquisa, delimito os moradores como principal grupo a ser pesquisado, mas a (oni)presença de outros grupos mostrava que a compreensão do processo de remoção poderia ser prejudicada ou obscurecida caso não observasse estas relações.

Em 2012, na companhia da antropóloga Nina Bitar⁷², eu visitei a Bolsa de Gêneros Alimentícios, onde fomos recebidas por uma funcionária do Departamento de Relações Humanas, que nos explicou o funcionamento do edifício e nos presenteou com o livro que narra a história da instituição. Deste modo, adotei a estratégia de conhecer “os empresários” a partir de suas próprias produções⁷³: o livro *Bolsa de Gêneros Alimentícios 1951/2011: da esquina do Pecado ao Palácio da Bolsa* e da revista *BGARJ Notícias*⁷⁴. Busco extrair destes documentos, como estes homens pensam e se auto percebem enquanto grupo e como estas representações de certo modo estão atreladas as transformações socioespaciais do Mercado. Outro ponto é que não há produção acadêmica específica sobre o Mercado São Sebastião, alguns dados aqui apresentados são de pesquisas que fazem apenas uma pequena referência sobre o local, como Slob (2002) e Bitar (2014).

⁷¹ Além disso, quando moradores ou a assistente social entrevistada se referem aos empresários, acionam, como falei anteriormente, uma categoria genérica.

⁷² No período em que realizava a pesquisa, Nina Bitar dedicava-se a sua tese de doutorado sobre o Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara (CADEG), defendida em setembro de 2014. Num dos capítulos, ela aborda sucintamente a relação existente entre o Mercado São Sebastião e o CADEG.

⁷³ O livro comemorativo e a revista *BGARJ Notícias* apresentam linguagens e objetivos diferentes. Como foi dito anteriormente, o primeiro narra a história da instituição até a primeira década do século XXI a partir dos relatos dos associados, enquanto a outra informa: pautas e atividades desenvolvidas pela instituição, biografia de membros associados, eventos sociais ligados às empresas associadas e assuntos diversos, como saúde e economia.

⁷⁴ Para consecução deste trabalho, analiso a edição de junho/julho de 2012.

Nas páginas do livro comemorativo é possível observar a construção da história do Mercado São Sebastião como indissociável da história da Bolsa de Gêneros Alimentícios. A partir de um tempo histórico linear, narra-se a trajetória da instituição desde sua criação em 1951 até os primeiros anos do século XXI e a sua consolidação no cenário da cidade. Segundo o livro, os primórdios da criação remontam ao cruzamento da Rua Acre (antiga Rua da Prainha) com a Rua Alcântara Machado, mais conhecida por “Esquina do Pecado”, onde se negociava a compra e venda de produtos alimentícios: cereais, grãos e enlatados, vindos de diferentes regiões do Brasil e do exterior, principalmente de Portugal. Estes produtos, em sua maioria, chegavam à cidade através do porto e eram armazenados nos trapiches localizados nos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, bairros da zona portuária. Ao longo do dia, a concentração de homens aumentava na esquina e nas ruas próximas, onde os negócios eram feitos no “boca-a-boca”, em que a palavra dada selava os acordos e o seu cumprimento gerava respeitabilidade e confiança entre os envolvidos.

Quando chegava o meio-dia, a rua estava tomada pela gritaria dos pregões dos comerciantes⁷⁵, envolvidos em disputas pelos melhores preços para cada produto. Caminhões com as mercadorias competiam por espaço com bondes, ônibus e carros de passeios, dificultando a passagem pela rua. A agitação seguia até o início da noite. (SILVA; RABAÇA, 2011, p. 29)

Não tardou para que estes homens, assim como suas atividades – negociar, carregar e descarregar produtos, entre outras- fosse vista como incômoda e causadora de desordem da vida urbana, como demonstra o trecho a seguir:

A Rua Acre era muito agitada. Incomodados com a gritaria e os engarrafamentos, moradores da vizinhança às vezes jogavam objetos sobre os comerciantes aglomerados na esquina com a Rua Alcântara Machado. A polícia costumava intervir na barganha de mercadorias, num tempo em que o ajuntamento de pessoas era proibido pelo governo (SILVA; RABAÇA, 2011, p. 38).

Tais situações contribuíram para a criação de uma bolsa de mercadorias, pensada nos moldes da existente na cidade de São Paulo, pois havia uma necessidade de ordenar e institucionalizar essa atividade. Além disso, começava-se a delinear uma política de abastecimento nacional. No livro, os “homens da Esquina do Pecado” são tidos como “precursores dos atuais associados”, embora haja entre os últimos quem frequentasse a esquina e como testemunhas da época afirmam que a sede da Rua Acre foi muito pouco frequentada nos primeiros anos de existência, pois “a maioria dos comerciantes e representantes preferia continuar ao ar livre” (p.45). Um representante comercial afirma:

⁷⁵ Os autores chamam atenção para o fato de não haver no momento as tecnologias que se dispõem atualmente, como os pregões eletrônicos. Embora o telefone já existisse, as chamadas eram demoradas e caras e poucas pessoas tinham acesso ao serviço de telefonia.

Todo mundo ficava na Esquina do Pecado. Para sair da Esquina e ir pra Bolsa, demorou muito. A diretoria ia lá, chamava, mas todo mundo já estava acostumado a negociar ali. Foi muito difícil, foi com o tempo. Na Bolsa, pelo menos estávamos abrigados da chuva (SILVA; RABAÇA, 2011, p.55).

Apesar da criação da instituição, as pressões governamentais continuaram a exigir a mudança da região central. Relata-se que tão logo o projeto da construção de um complexo para abrigar o Centro de Abastecimento da cidade fora apresentado ao presidente da BGARJ por Dom Helder Câmara, seus diretores acataram a ideia. Pode-se dizer que a destruição do Mercado Municipal da Praça XV de Novembro também teve a sua contribuição, pois pequena parte dos comerciantes que ali atuava, uniu-se aos homens da Rua Acre, enquanto o restante ligou-se à construção do CADEG. Em 1962, os dois mercados são inaugurados, abaixo segue a descrição da inauguração do Mercado São Sebastião tal como foi mostrada no jornal *O Globo*⁷⁶:

Ao inaugurar, ontem, na Avenida Brasil, parte do Centro de Abastecimento São Sebastião, D. Hélder Câmara recordou que a sua edificação fez em terrenos recuperados pela Cruzada São Sebastião, sobre uma área pantanosa de 850 mil metros quadrados. Disse, mais, que o produto de sua venda se destina a continuar a urbanização, humanização e cristianização das favelas. A venda proporcionou recursos à Cruzada para adquirir, em Vigário Geral, 460 mil metros quadrados, nas quais construirá casas higiênicas para os favelados da Leopoldina, a começar pelos da favela João Cândido. (O GLOBO, 1962, p. 3)

O trecho acima corresponde à reportagem de título *O Centro de Abastecimento São Sebastião nasceu para a cristianização das favelas*, outras como, por exemplo, *Mercado permite grande obra social* e *Sentido humano de um empreendimento*, também foram publicadas ressaltando a influência de Dom Hélder à frente da Cruzada São Sebastião e o seu protagonismo em relação ao destino das favelas e da cidade, questões discutidas ao longo deste capítulo. No livro comemorativo, Dom Hélder aparece como figura exemplar que deixou como legado aos empresários, o exercício da responsabilidade social. Tal inspiração revela-se no apoio da instituição à campanha contra a fome liderada por Herbert de Souza (Betinho) e no trabalho social⁷⁷ desenvolvido com os moradores pobres do Mercado São Sebastião e imediações.

Se o protagonismo de Dom Hélder foi explorado nos jornais da época, o livro comemorativo servirá para ressaltar o dos associados à BGARJ em relação ao terreno que abriga o Mercado São Sebastião. No trecho acima, o terreno é descrito como “área pantanosa”, no livro como um “alagadiço imprestável”, assim opera-se tanto com a ideia de uma natureza pouco valorizada e transformada pelo trabalho humano quanto de um terreno

⁷⁶ Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional

⁷⁷ No livro comemorativo não especifica o que se pode entender por trabalho social. Durante a pesquisa de campo, alguns moradores relataram que recebiam cestas básicas dos empresários.

que se inaugura no vazio⁷⁸. Com a inauguração da nova sede da BGARJ, em 1975, aumenta a atuação dos empresários no que diz respeito às transformações sócio espaciais do Mercado São Sebastião, pois em 1962, sua inauguração ocorreu em desacordo com o previsto no projeto inicial. A conjuntura política e econômica desfavorável dificultou a continuidade das obras. Tempos depois, algumas delas foram financiadas pelos próprios empresários, como por exemplo, asfaltar ruas para evitar que caminhões atolassem e melhorar o acesso aos armazéns. Tais situações são narradas com certo ressentimento em relação ao poder público, mas com orgulho de dotar, por iniciativa própria, melhorias na área. No livro, há uma passagem interessante sobre o contexto referente à inauguração:

O mercado, inaugurado em 1962 com 72 armazéns – um terço do projeto original – e dois dos quatro pavilhões programados, vivia vazio, com algumas favelas⁷⁹ ao redor. O Mercado São Sebastião passou anos com infraestrutura precária devido aos atrasos frequentes do governo. Depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, e da conturbada passagem do poder a seu vice, João Goulart, uma das marcas do período que antecedeu o golpe militar foi o aumento da inflação, que passou de 29,35% para 86,4%. A escalada dos preços criava problemas para que fossem honrados vários compromissos governamentais de primeira hora. Para agravar a situação, a Kosmos Engenharia, empresa indicada pela Cruzada para levantar o mercado, declarou-se inadimplente em 1963. (SILVA; RABAÇA, 2011, p.65)

De acordo com Rodrigues (s/d)⁸⁰, a época é marcada pela inauguração de Brasília como nova capital do país, que instaurou na cidade uma crise política e de representação⁸¹. Até então, cidade e capital tinham seus destinos entrelaçados. A cidade torna-se então capital do recém-criado Estado da Guanabara e tem como primeiro governador, o jornalista Carlos Lacerda. Sua gestão é descrita por promover uma das maiores políticas remocionistas contra as favelas⁸². Assim, sua postura em relação às remoções de favelas não mais condizia com a anteriormente adotada quando escreveu a série de artigos “A Batalha do Rio”. Em seu governo foi criada a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB). Através deste órgão governamental em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foram construídos três conjuntos habitacionais na

⁷⁸ No entanto, Slob (2002) faz uma afirmação intrigante. Ele diz: “Nos terrenos alagadiços existiam algumas favelas, o que tornava muito difícil a valorização pela União ou pelo Distrito Federal. Para resolver o problema, D. Hélder encontrou uma solução paradoxal: remover os moradores dessas favelas para outro local. Não se sabe exatamente para onde estas pessoas foram removidas, mas certamente não se instalaram em edifícios de apartamentos nas adjacências das suas antigas comunidades”. (p. 56) Se considerarmos a pista deixada por Slob, mais o fato de que o projeto contava com uma área residencial que não fora executada por falta de recursos financeiros, podemos supor que estes favelados seriam os futuros moradores do Mercado São Sebastião. Esta hipótese deve ser pesquisada.

⁷⁹ No livro, há referência a Comunidade Marcílio Dias, que integra o Complexo da Maré.

⁸⁰ Disponível em: < <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/dhc/textos/antonioedmilson.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

⁸¹ Pode-se acrescentar a crise financeira, já que muitos dos recursos públicos foram aplicados na construção da nova capital.

⁸² VALLADARES, 2005.

Zona Oeste da cidade: Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança, com a finalidade de abrigar principalmente os favelados removidos das áreas mais valorizadas da cidade. O problema das favelas suscitou um processo de disputas, pois estava em jogo propostas distintas de produção de cidade. Ademais, esta questão permeava a relação conflituosa entre o governador e o bispo. Com o golpe militar e a transferência de Dom Hélder para Olinda, somado a falta de recursos financeiros, a Cruzada São Sebastião se vê enfraquecida e encerra suas atividades em 1964.

Retomando a apropriação do terreno “pantanosos”, ao longo da pesquisa, nota-se que as transformações desejadas e postas em curso pela “revitalização” são em certa medida legitimadas por esses “homens” a partir do fato de que seus esforços (e dos que os precederam, no caso, os homens da esquina) tornaram o projeto do Mercado uma realidade. Deste modo, para os empresários, a história da BGARJ e do Mercado São Sebastião não possuem demarcações rígidas e claras. Para alguns, entre eles, o atual presidente, trata-se da sua história de vida. No livro comemorativo e nas declarações dadas à revista da instituição, sobretudo aqueles que acompanham o desenvolvimento do Mercado desde sua criação, as pessoas falam com emoção e orgulho do que foi vivido, e suas ações se inscrevem num âmbito maior, ou seja, de se “fazer algo” pela cidade, pelo país. Assim, “vemos o quanto a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social”⁸³. Seguem algumas declarações:

“A Bolsa para mim é uma vida. Trabalhei anos aqui” (representante comercial, p. 53).

“Fiz muito pelo Mercado. Se não fiz mais, foi porque não tive ajuda necessária, mas sou feliz. Hoje sou um homem realizado” (atacadista, p.103).

“Se hoje falam que o Brasil é o celeiro do mundo, uma parte disso é por obra desses homens que desenvolveram a negociação na Bolsa. Eles forçaram os produtores a melhorar as plantações e as indústrias a aprimorar seus produtos, a fim de poderem ganhar mercado e brigar com os importados” (vice-diretor, p.149).

No prefácio de *Os estabelecidos e os outsiders*, de Elias (2000), Neiburg faz uma observação que julgo pertinente para pensar as estratégias utilizadas pelos empresários para que suas pautas e demandas sejam reconhecidas e atendidas pelo poder público. Ele diz: “Os primeiros (estabelecidos) fundavam a sua distinção e o seu poder em um princípio de antiguidade: moravam em Winston Parva muito antes que os outros, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade” (p.7). A construção do discurso de ocupar este terreno vazio, de dotá-lo de melhorias e torná-lo relevante no cenário econômico local e nacional perpassa esta

⁸³ ELIAS, 1994, p.151.

questão e implica no fato de se reconhecerem e serem reconhecidos como detentores de um direito historicamente adquirido de intervir sobre o espaço.

Isto se torna explícito nas comemorações de 60 anos da existência da BGARJ, associação civil reconhecida como “instituição de utilidade pública pelas três esferas governamentais”⁸⁴ em 2011 e no ano seguinte, de 50 anos de Mercado São Sebastião. As datas foram comemoradas respectivamente com o lançamento do livro comemorativo e com a realização do seminário *O Mercado São Sebastião*, no salão nobre da instituição. O seminário contou com a presença do prefeito Eduardo Paes e alguns de seus secretários⁸⁵, dos empresários associados e de funcionários da Fundação Getúlio Vargas, responsáveis por um estudo⁸⁶ sobre a revitalização da área.

Os eventos foram divulgados no site da BGARJ⁸⁷, no jornal televisivo⁸⁸ e impresso local. Destaco duas reportagens publicadas no jornal *O Globo: Mercado São Sebastião: uma trajetória de glamour e decadência* e *Aos 50 anos, Mercado São Sebastião será revitalizado*, em que se exalta o projeto de revitalização como possibilidade de retomada da área como espaço de negócios. Assim, os eventos sociais em torno destes interesses se revelam propícios para que os empresários acionem suas memórias, estabeleçam projetos futuros (com o apoio de outros atores sociais) e estreitem seus vínculos internos e externos.

Contudo descrever como participaram da remoção dos moradores do Mercado São Sebastião através da análise de material de arquivo implica o risco apontado por O’Donnell, “de tomar como ponto de partida uma homogeneidade pouco provável” (2013, p.65). Deste modo, afirmar que os eventos comemorativos foram importantes para estreitar os vínculos que os unem não significa dizer que eles se estimem, mas sim, que ao possuírem:

“uma história comum cuja lembrança se mantém presente, tal coesão constitui outro elemento de peso na configuração de possibilidades de esse grupo afirmar e manter, durante um certo tempo, seu poder e status superiores aos dos demais” (ELIAS, 2000, p. 173).

Tal coesão é observável tanto nos esforços despendidos para que o projeto de revitalização fosse posto em prática quanto na construção de um discurso grupal, questões analisadas na segunda parte do capítulo.

⁸⁴ SOUZA E SILVA, 2011, p. 7.

⁸⁵ Entre eles: Jorge Bittar (Secretário Municipal de Habitação), Alexandre Pinto da Silva (Secretário Municipal de Obras), Carlos Roberto Osório (Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos), Marcelo Henrique da Costa (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Solidário).

⁸⁶ Na revista, o estudo é referido por “diagnóstico estratégico”, onde se apontam “plano de ações destinadas à revitalização do Mercado”. Não tenho conhecimento do conteúdo do estudo.

⁸⁷ Disponível em: <www.bga.com.br>. Acesso em: 17 jan. 2015.

⁸⁸ A reportagem sobre o seminário foi exibido no programa Balanço Geral RJ, que tem Wagner Montes como apresentador. Disponível em: <<http://videos.r7.com/encontro-de-empresarios-discute-revitalizacao-do-mercado-sao-sebastiao-rj/-idmedia/4fd8e712e4b03ccd9764a388.html>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

2.2 Mercado São Sebastião: hoje

2.2.1 Processo de Remoção: sociabilidades, disputas e conflitos no Mercado São Sebastião

A retirada das famílias moradoras do Mercado São Sebastião ocorreu em 2012, o episódio ganhou destaque nas páginas da revista *BGARJ Notícias*. No editorial, o presidente-diretor da instituição escreve um texto intitulado “Os vencedores” onde narra o desenrolar deste processo, apresentando ao leitor as tentativas malsucedidas no passado e a articulação presente com atores estatais – prefeito, secretários e profissionais da assistência social – fundamental para o desfecho a tanto tempo desejado que os favorecesse. A retirada dos moradores é vista como a “principal etapa dessa vitória”, uma das medidas (primeira a ser executada) que se insere no “campo social” do projeto de “revitalização” da área. Outras medidas e ações, inscritas nos campos econômicos⁸⁹ e ambientais⁹⁰, são anunciadas com grande expectativa para os anos futuros a partir da parceria (re)estabelecida entre poder público e BGARJ.

Em tom mais impessoal, outras duas matérias apresentam detalhadamente ao leitor o projeto de revitalização e o processo de *reassentamento*⁹¹ dos antigos moradores do Mercado. Na primeira, o projeto de revitalização é apresentado a partir da cobertura midiática do seminário *O Mercado São Sebastião*, onde se intercala fotografias e depoimentos de atores-chaves da construção e execução do projeto. Na outra, apresenta as várias etapas do processo de *reassentamento*: desde as reuniões com funcionários da CEF e da Prefeitura no auditório da instituição até a mudança para o novo endereço, nos apartamentos do PMCMV no bairro de Santa Cruz⁹². O texto, acompanhado de fotografias, mostra como os moradores foram vistos como problema a partir do modo de habitar o espaço, ressaltando as dificuldades de se viver em moradias precárias numa área sem coleta de lixo, sem tratamento de água e esgoto. Além disso, foi posto também como problema a ilegalidade das construções, mas não de

⁸⁹ Entre elas, a recuperação e ocupação de 300 galpões abandonados, criação de um acesso direto com a rodovia Washington Luís.

⁹⁰ Implantação de rede de esgotos e água.

⁹¹ Não me interessa dizer se o uso desta categoria é correto ou não, mas sim compreender quais os rendimentos políticos de sua utilização.

⁹² A reportagem informa que todos moradores foram reassentados para esta localidade. No entanto, muitas famílias foram apenas reassentadas no ano seguinte (2013) no condomínio C.G, no bairro de Campo Grande. Há ainda famílias que aguardam serem realocados e recebem auxílio moradia (aluguel social) da Prefeitura.

forma acusatória⁹³, pelo contrário, mostra a mudança de endereço como possibilidade de realizar “o sonho da casa própria”. Assim, as imagens contrastantes da “moradia inadequada” e da “moradia digna” complementam a fala do diretor-presidente no editorial, comunicando que “a vitória teria também um caráter moral e político: as pessoas foram convencidas a sair e não expulsas com violência. Houve um trabalho de convencimento que foi dos empresários e não do Estado. Neste sentido, eles foram atores importantes da *governabilidade*” (informação verbal).⁹⁴

De acordo Silva e Rabaça (2011), desde 2003 os empresários associados e locais insistem para que a área seja revitalizada. No entanto, era preciso que este desejo se transformasse numa pauta da agenda da cidade. Nas reportagens publicadas na revista *BGARJ Notícias* e no jornal *O Globo*, o Mercado São Sebastião é descrito como lugar “abandonado pelos agentes públicos”, “esquecido pelo poder público”, “que foi severamente afetado pela favelização e pela violência na década de 90”, ou seja, os problemas enfrentados pelo Mercado São Sebastião são interpretados como decorrentes da falta de investimentos do poder público. A mobilização por intervenções governamentais suscitava a valorização do tempo passado e futuro, as obras seriam capazes de recuperar uma grandeza, presente no imaginário dos empresários, que área possuiu.

Em 2009, a posse de Eduardo Paes como prefeito da cidade demarca uma nova configuração na relação entre empresários e poder público. A fala do diretor-presidente da *BGARJ* é exemplar:

O ex-prefeito do Rio, César Maia, detentor de três mandatos, prometeu uma solução para o problema e, por duas vezes, foram cadastrados os moradores das invasões, mas ele não cumpriu as suas promessas (...). Assumiu o prefeito Conde, que também prometeu resolver o problema do Mercado e, depois de cadastrar os moradores novamente, também não cumpriu a promessa. Em 2008, o atual prefeito Eduardo Paes veio como candidato a prefeito, apoiado pelo atual governador Sérgio Cabral e, mesmo não tendo a sua eleição garantida, em um almoço na BGA, teve de cara o apoio desta presidência, bem como garantiu aos empresários que se fosse eleito, resolveria o problema do Mercado São Sebastião. Seria mais uma promessa de campanha?

Como se pode observar, em outras circunstâncias desejou-se a retirada dos moradores, porém isto se concretiza apenas na gestão do prefeito Eduardo Paes, iniciada em 2009 e prolongada até 2016, devido a sua reeleição. Durante sua gestão, a cidade passa por grandes transformações urbanísticas, algumas delas em decorrência de eventos esportivos internacionais como a Copa do Mundo, realizada entre junho e julho de 2014, e a Olimpíadas

⁹³ Embora no editorial escrito pelo presidente-diretor da instituição, os moradores são denominados de invasores, pesando sobre eles o estigma social e habitacional.

⁹⁴ Observação feita pela minha orientadora, Patrícia Birman, durante uma de nossas sessões de orientação.

de 2016. Entre as obras, destaca-se o projeto de revitalização da região portuária Porto Maravilha⁹⁵. Cabe dizer que no primeiro ano da gestão do prefeito, ocorre a reintegração de posse da área do Mercado São Sebastião à cidade do Rio de Janeiro, encerrando uma disputa judicial entre Prefeitura e a Sociedade de Desenvolvimento de Mercados (SODEME). Este fato, noticiado pela revista e pelo jornal *O Globo*, como desencadeador de uma maior presença do poder público através de ações de melhorias urbanas e ações de “ordenamento” do espaço, na qual a Prefeitura realiza uma operação com o intuito de “acabar com a desordem urbana”, cujo alvo principal foi coibir o “comércio ilegal”. O jornal noticia ainda que 23 imóveis foram demolidos, mas sem informar os motivos e critérios adotados na ação. Ao realizar uma entrevista com a assistente social da Prefeitura e questioná-la sobre os motivos pelos quais os moradores não foram retirados anteriormente, já que as ameaças e tentativas de fazê-lo estiveram presentes em outros governos, ela diz:

A.S: Lá nos fizemos cadastros. Lá nós fizemos cadastros duas vezes. Fizemos a primeira vez ainda na gestão do Cesar Maia que era até menos moradias. Não tinha tantas. Tinha moradia, mas não como depois. Aí por uma questão po-lí-ti-ca, a gente não conseguiu concluir a negociação com as famílias. A modalidade de reassentamento que foram oferecidas a essas famílias foi um auxílio habitacional, como se fosse uma indenização e aí eles comprariam um imóvel em outro local. É claro, o valor era bem maior do que aquilo que eles estavam morando. Não adianta você pagar pra sair de um barraco e o dinheiro dá pra comprar outro barraco em outra comunidade. Isso aí não é promover uma política social de reassentamento. Você tira um barraco e incha outra comunidade. Não adianta nada. Mas por uma questão de cunho político, próximo assim de época de eleição houve toda uma articulação, mais orquestrada pelos comerciantes. Os moradores não, os moradores aceitaram bem. Quem só tinha moradia, aceitou bem, mas os comerciantes, eles não queriam sair dali.

H: Quem são esses comerciantes?

A.S: Tinha no meio das moradias muitas biroskas e nas ruas principais também tinha assim barracas porque aquele lugar ali tem um fluxo muito grande de caminhoneiros. (...) Os comerciantes não queriam que tirasse a comunidade, as famílias ocupantes das ruas. Aí eles se uniram a outros políticos na eleição e aí eles fizeram pressão nos moradores, nas famílias e aí nós tivemos que recuar. Esses ficaram prejudicados.

H: Esses comerciantes moravam lá ou só tinham as biroskas?

A.S: Não. Era tudo birosqueiro, ninguém morava lá. Aí na época era o prefeito César Maia e disse: “Vamos recuar. Não quer, tudo bem”. Aí nisso o tempo foi passando, foi passando, foi passando, aí quando o Eduardo entrou, os empresários fizeram pressão em cima do Eduardo e como eles sabiam que houve ali um movimento forte, era justamente um grupo mesmo, era o grupo do birosqueiros. Aí o que o Eduardo fez? Ele começou a fazer aquelas operações de ordem... (pergunta para outro funcionário: como é que eles chamavam?). Ordem não sei que lá, sei que virou até uma secretaria. Aí chegava lá, “É birosca? Cadê o alvará? Não tem, tira rápido”. Foi tirando, entendeu? Foi ordem de controle urbano, uma coisa assim. Isso foi logo no início do governo do Eduardo. Aí ele foi tirando logo o pessoal, entendeu? Agora tem alguns trailers que são legalizados, tem lá autorização da Sub-

⁹⁵ Sobre a análise deste projeto de revitalização, ver os trabalhos de SOUTY (2013) e SAMPAIO (2011).

Prefeitura, eles seguem as normas da vigilância sanitária. Eles não ficam lá dentro, ficam quase já na frente, quase perto da Avenida Brasil, mas é tudo direitinho. Aí esses, esses tudo bem, estão legalizados. Bem, então aí, enfraqueceu. Então aí os moradores também eles estavam ficando numa situação cada vez (...), tava inchando, inchando, inchando... Houve uma reunião com os empresários, aí essa situação jurídica da área que tinha com a Prefeitura e com a Procuradoria, eu acho que isso foi até sanado, saiu até publicado no Diário Oficial a questão jurídica. E aí a gente pode então entrar novamente, fizemos o cadastramento novamente. Algumas (famílias) permaneceram, outras já não estavam mais. Algumas ruas que para nós naquela época não tinha ocupação, chegamos lá encontramos famílias morando, mas comércio, essas biroskas, quase nada. Nós conseguimos fazer novamente o cadastro e eles aceitaram bem. Agora lá, os empresários, deram bastante apoio. Eles cederam espaço, auditório para reunião, para o sorteio com uma equipe da Caixa Econômica para assinatura dos contratos. Eles ajudaram muito, (...), ali a iniciativa privada, ela chegou junto com o poder público, entendeu? Houve uma colaboração, eles ajudaram em todos os sentidos. “Precisa disso, precisa daquilo. Não, tudo bem. Veja o que tá precisando, veja o que a Prefeitura tá com dificuldade que a gente tenta agilizar pra vocês”. Foi uma parceria boa.

Tomei conhecimento desta estratégia de desmobilizar e criminalizar o grupo dos “birosqueiros” que se opunham às intenções dos empresários quando já havia finalizado o trabalho de campo. Mesmo durante a pesquisa, nenhum dos pesquisados (moradores) fez qualquer referência sobre o conflito deflagrado entre poder público, empresários e trabalhadores informais. De qualquer forma, esta situação faz com que se relativize a ideia de que não houve violência. Talvez fosse mais prudente operar com a ideia de uma aparente não-violência ou de um deslocamento da violência física para a violência simbólica nos modos de intervenção da Prefeitura em relação aos “birosqueiros” e aos “moradores”, respectivamente, na liberação do espaço visando a favorecer os interesses dos empresários. Pode-se considerar que a presença dos moradores também foi vista como problema de desordem urbana, mas transformado em problema habitacional, onde a noção de casa surge como possibilidade de resolução do impasse. No editorial, o diretor-presidente diz:

E qual era o problema principal do Mercado São Sebastião? Era a invasão de algumas ruas que se tornaram favelas. Buscamos, então, uma solução digna para estas famílias que viviam em condições precárias. E há uns 15 dias atrás, concluímos este processo – 340 famílias receberam um apartamento em Santa Cruz e estão felizes da vida.

E continua:

Tudo foi feito com uma organização incrível, sem tumulto, sem ameaças. Enfim, chegamos ao final de uma novela com uma grande vitória. Os invasores foram tratados com dignidade e respeito por todos, e ganharam em Santa Cruz, atrás do Extra na Avenida Brasil, apartamentos de dois quartos, sala, cozinha, banheiro (...).

Como aponto, a presença dos moradores teve centralidade na discussão sobre a revitalização do Mercado São Sebastião. Era preciso retirá-los dali, pois não estavam incluídos no projeto. A noção de casa torna-se um elemento decisivo para legitimar práticas e

discursos em prol da remoção dos mesmos. Tomo esta categoria e outras (nativas e analíticas) - remoção, reassentamento, moradia, habitação - como categorias políticas, pois exprimem relações de poder. Finalizo o capítulo com a etnografia da inauguração de um condomínio de apartamentos do programa federal Minha Casa, Minha Vida na cidade de São Gonçalo, na qual a presidenta Dilma Rousseff participou da cerimônia de entrega das chaves aos futuros moradores. Acredito que o evento é bastante esclarecedor em relação a todas as questões levantadas neste capítulo. Chamo a atenção para as relações de poder e a assimetria de forças existentes nestas relações, assim como, que os propósitos norteadores por Dom Hélder Câmara continuam a ressoar. Além do mais, a etnografia é uma ótima introdução ao capítulo seguinte, onde analiso a construção social da casa no processo de remoção do Mercado São Sebastião.

2.2.2 Diário de campo

Em abril deste ano (2014) fui convidada para participar da entrega das chaves dos apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de São Gonçalo. Era uma ocasião especial, pois a presidenta Dilma Rousseff estaria presente. Além disso, o convite, feito por um funcionário da Caixa Econômica Federal, permitiu-me observar e compreender o “estado com letra minúscula, o estado como práticas, o estado como relações, um ponto de vista que valoriza aqueles que corporificam e encarnam em suas ‘margens’ a sua presença” (informação verbal)⁹⁶. Como era de se esperar, havia um forte esquema de segurança, por este motivo, enviei os meus dados pessoais com antecedência para que a minha presença fosse permitida na área alfa – referente às autoridades, funcionários da Caixa e as seis famílias escolhidas para receber das mãos da presidenta as “chaves”⁹⁷ do apartamento.

O dia estava chuvoso e apesar da cerimônia de entrega apenas começar às 16 horas, o funcionário em questão permitiu que eu acompanhasse os preparativos e os bastidores do evento. Assim, aproximadamente às 9 horas, eu me encontrava na sede da Caixa Econômica Federal, na cidade de Niterói. De lá, eu parti com três funcionários da área técnica social, que respondem pelo PMCMV e organizadores do evento. Eles estavam eufóricos, mas também receosos, pois alegavam ter toda responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do acontecimento. Desejavam a todo custo que seus esforços gerassem resultados positivos, pois do contrário,

⁹⁶ Apresentação da professora Patrícia Birman no Seminário Comemorativo de 20 anos do PPCIS/UERJ, 2014.

⁹⁷ Chave simbólica. A chave verdadeira foi entregue depois da solenidade de abertura a todos os futuros moradores do condomínio.

eles “ouvirião do chefe”. Isto não significava que seriam punidos, mas apenas que dentro da escala hierárquica, eram subordinados e seus trabalhos estavam sempre submetidos às avaliações. Entre os funcionários, destacava-se Daniel, líder do grupo. Chamava atenção pela aparência e por ser uma figura carismática, era um tipo nada convencional para o cargo que ocupava. Parecia o Neymar, jogador de futebol, mesmo tom de pele, cabelo cortado estilo moicano e com um topete que se sustentava pela grande quantidade de gel e brincos na orelha. Extremamente simpático e engraçado, se comunicava com todos de forma clara, sem rebuscamento.

De Niterói seguimos para o 7º Batalhão de São Gonçalo, onde fomos recepcionados por Sílvia e Vitor - funcionários da Prefeitura da cidade - e pelo Sargento do Batalhão. Sílvia é jovem, loira e muito bonita. Fez questão de nos mostrar a fotografia de seu marido, que no passado foi sargento daquele mesmo Batalhão. Soube por Daniel que ela era sobrevivente da tragédia das chuvas ocorridas na cidade. No entanto, sua mãe e irmã não tiveram a mesma sorte. Tornou-se uma líder popular local e foi convidada a integrar o quadro de funcionários da Secretaria de Habitação da Prefeitura. Ao adentrar na sala do sargento, reparo na decoração. Sobre a mesa havia uma imagem de Santo Expedito, uma de São Jorge, uma pequena estátua do médium Chico Xavier, várias corujas de diferentes formatos e tamanhos, o livro *Tropa de Elite*, vários objetos decorativos do time de futebol Flamengo. Na parede, uma camisa do time autografada pelos jogadores pendurada num cabide e outra, moldurada como um quadro. Foi Sílvia quem nos apresentou ao sargento e atuou como mediadora, pois ele queria informações de como obter verba pública da Caixa Econômica Federal através do PMCMV para a construção de um “equipamento de segurança” num bairro de São Gonçalo, onde está sendo construído um “grande empreendimento imobiliário”. Daniel e equipe se dispuseram a conseguir tais informações e discutir o assunto num encontro futuro.

Enquanto isso, as famílias selecionadas nos aguardavam no auditório do Batalhão. Um soldado nos acompanhou trazendo consigo duas caixas grandes contendo alimentos e bebidas que foram distribuídos como café da manhã. Daniel, com desenvoltura, cumprimentou a todos e pediu que aguardassem mais um pouco, pois nem todos estavam presentes. Faltava Dona Mariana, senhora negra e idosa. Assim que ela chegou, teve início a reunião. As pessoas já conheciam os funcionários da CEF e da Prefeitura, mas desconheciam o motivo de estarem reunidas ali. Daniel explicou que dentre as 720 famílias que iriam habitar o novo condomínio, eles foram escolhidos para receber as chaves das mãos da presidenta Dilma Rousseff. O fato era anunciado por ele e Sílvia com expressões de surpresa e de euforia: “olha só”, “vocês são privilegiados”, “vocês vão de ônibus, terão duas refeições hoje e ficarão sentados numa área

restrita”, “aproveitem porque muita gente queria estar aqui e os “escolhidos” foram vocês”. A seleção se deu a partir de uma lista enviada pelos funcionários da Caixa com “as histórias mais tristes e comoventes” e então Lídia, assessora da presidência da Caixa Econômica e da presidenta, foi a responsável pela escolha das famílias a participarem da cerimônia de entrega. A fala de Daniel e Sílvia é por diversas vezes interrompida pelos risos e conversas paralelas geradas pela novidade. Mais eufórico e fazendo mais suspense, Daniel anuncia “mais uma surpresa: uma das famílias receberá o apartamento totalmente decorado”. Outro funcionário então cuidadoso com as palavras pede que os outros fiquem felizes por esta família e que não questionem por que não o de todos. Buscava reprimir qualquer sentimento de cobiça e de animosidade.

Como o evento não poderia “dar errado”, ou seja, não queriam correr o risco de algum imprevisto negativo, sobretudo, em cima do palco durante a cerimônia de entrega das chaves, os funcionários passaram a ensaiar com as famílias o que elas fariam para a presidenta. Para cada adulto, Daniel perguntava: “Se eu fosse a Dilma, o que você falaria para mim?”, as pessoas começavam a contar... Às vezes ele interrompia a fala para algumas recomendações: “é resumido, é pouco tempo que vocês terão com ela”, ou para “refinar o discurso”, como da senhora com paralisia nas pernas que dizia não conseguir ir ao banheiro à noite e por isso, comprou um penico. Ele então, de maneira descontraída dizia “gente, não vamos falar pra Dilma que a gente usava penico”, a plateia gargalhava inclusive quem contou. Um momento embaraçoso foi quando Dona Mariana disse que sua irmã, outra vítima da chuva, “não ganhou uma casa”. Sílvia e Daniel tentaram convencê-la de que “mais cedo ou mais tarde, ela conseguiria”, pois eles (enquanto representantes do Estado) não mediam esforços para atender toda a demanda. Em seguida, repetiam “hoje não é dia de reivindicação, mas sim, dia de alegria, de vitória”. A arte de convencê-los passava por moderação no tom de voz, pela comicidade e polidez, enfatizando que “eles eram os escolhidos” e como escolhidos deveriam comemorar, vibrar pela conquista, “fazer bonito”, afinal “hoje é dia de festa”.

Depois de todas as explicações e precauções, seguimos para o refeitório do Batalhão onde todos nós almoçamos. Às duas horas da tarde, saímos em direção ao condomínio. No local havia uma aglomeração de pessoas: futuros moradores, curiosos e ambulantes. O esquema de segurança de identificação e de vistoria das pessoas e de seus pertences fazia com que o tempo de espera na fila fosse grande. Estava previsto que o ônibus entraria no condomínio, no entanto, o chefe da segurança local não autorizou. Até resolver o impasse, eu e as famílias permanecemos por quase uma hora dentro do ônibus. Ficamos impacientes,

sobretudo as crianças, pois não era permitindo que saíssemos sem a permissão de algum funcionário da Caixa.

A interdição de entrar com o ônibus, fez com que entrássemos na fila da área alfa que andava rápido em relação à outra, onde algumas pessoas entravam fazendo bagunça, demonstrando bastante alegria, outras gritavam “Dilma! Dilma!”. Observei que Daniel era muito assediado pelos moradores que o cumprimentavam, outros gritavam de longe “Daniel” e ele gentilmente acenava. Houve também quem cantasse “Vem pra Caixa você também, vem!” ao vê-lo. Disputava com a presidenta a atenção e carinho das pessoas.

Enquanto a cerimônia oficial não começava, as pessoas eram entretidas com um conjunto musical da cidade. No local, era servido gratuitamente achocolatado, água e bolachas. Um pouco antes do início, Daniel distribuiu bonés da Caixa Econômica para serem usados pelas famílias selecionadas no palco, mas ninguém vestiu. O mestre de cerimônia dá início ao evento e chama várias autoridades para compor o palco: ministros, deputados, prefeitos, funcionários da Caixa, empresário responsável pela construção do condomínio e o presidente da Associação dos Moradores da área. Quando no telão mostrou a presidenta Dilma chegando ao condomínio, muitas pessoas começam a gritar o seu nome. Com algumas pessoas de sua comitiva, ela é recepcionada pela moradora portadora de deficiência física (“do penico”), contemplada com o apartamento decorado. Todos entram na casa, mas as imagens não são mostradas no telão. Logo depois se anuncia a entrada da presidenta no palco. Novamente, ela é ovacionada. O hino nacional toca e começam os discursos, o último é realizado pela presidenta. Em comum, o discurso dela e o do presidente da CEF frisaram as seguintes questões:

- 1) Não vender e nem alugar o imóvel.
- 2) Cuidar do apartamento e do condomínio, “cuidar do patrimônio”.
- 3) Pagamento das prestações, evitar a inadimplência.
- 4) PMCMV como uma política habitacional que se dirige preferencialmente as mulheres.

O evento decorreu conforme o desejo dos funcionários responsáveis por organizá-lo. No fim, foi considerado um “sucesso”. Da plateia observei que a preocupação em relação às famílias selecionadas foi desnecessária, pois se mostraram extremamente tímidas e por vezes, caladas, mas sempre com uma expressão alegre. Além disso, o tempo no palco foi muito curto, apenas o suficiente para tirar uma foto da entrega simbólica da chave das mãos da presidenta. Abaixo segue alguns trechos do discurso proferido por Dilma.

Então eu vou saudar primeiro de tudo, eu vou saudar: a Márcia, a Maria Aparecida, a Cláudia, a Mariana, a Suzana, a Vanessa e a Wilma. Vou saudar a todos os aqui 720 beneficiados pelos apartamentos. 720 lares. Porque aqui nos estamos falando é

de LAR. Nós estamos falando de um direito sagrado de cada uma das pessoas ter o seu lar. E vou iniciar dizendo o seguinte: O Minha Casa, Minha Vida foi conquistado por vocês, do esforço de vocês que vocês vão ter acesso a estes apartamentos. Eu visitei dois apartamentos e vi que estavam bem acabados. Então eu quero dizer pra vocês que eu fico muito feliz em estar aqui entregando essas chaves. São apartamentos de dois quartos, sala, cozinha, banheiro, todos com uma facilidade enorme de limpar e a gente que é mulher sabe que tem que limpar o apartamento. Dá pra passar perfeitamente naquela cerâmica bonita um pano molhado e é de fato, um bom apartamento.

Mas o fato é que eu estou feliz em estar aqui porque eu quero dizer pra vocês que o sonho da casa própria é um sonho de todos os brasileiros e de todas as brasileiras (Um homem segurando um cartaz grita: Se não fosse a senhora! Todos aplaudem) A casa própria é de fato, como ele tem razão (se referindo ao homem), ele está ali mostrando o cartaz desde que eu cheguei, Eu te agradeço, muito obrigada! Mas a casa própria, eu estava falando, a casa própria é algo que qualquer um de nós sonha em ter na vida, uma casa que é sua. O lugar que você cria os seus filhos, recebe os seus amigos e na verdade, é aonde você constrói a sua vida. É lá na sua casa que você constrói a sua vida. Você volta do trabalho, você volta do estudo, enfim é um lugar que você tem. E aí, no Brasil, não tinha jeito das pessoas comprarem as suas casas próprias. Não tinha jeito. Daí lá em 2009, nós já tínhamos mais condições, o governo já tinha desde 2003, era na época do presidente Lula, a gente já tinha melhorado toda a situação do governo e resolvemos que a gente ia fazer um programa para as pessoas terem o SEU LAR, O Minha Casa, Minha Vida. O nome diz tudo “É a minha casa aonde eu passo a minha vida”.

Qual era o principal problema? Como que uma pessoa que ganha até 1600 reais pode pagar por uma casa como essa daí (aponta) que vocês estão vendo, essas que vocês vão morar, essa casa aqui do Residencial Vista Alegre I e II? Como é que ela pode pagar se a casa sai 63000 reais? Não dá. Não fecha essa conta. Aí é que veio e eu vou dizer pra vocês a grande solução que é a seguinte: pra essa faixa de renda, o governo coloca uma coisa que se chama: Subsídio. O quê que é o subsídio? O governo tira do dinheiro arrecadado dos impostos a diferença para que as pessoas possam pagar essa casa e viver também. Então o que nós fazemos? Nós pagamos entre 90 a 95% da casa até o salário de 1600 reais, a renda de 1600 reais. Então nós pagamos o quê? De 90 a 95, quanto menos salário mais perto de 95. Quanto maior, mais perto de 90. Por quê isso? Porque não fechava a equação. Segundo, é um direito das pessoas ter casa. Terceiro, o governo arrecada impostos. Aonde ele tem que colocar o dinheiro desses impostos? Tem que colocar naquilo que beneficia mais as pessoas e eu duvido que tem uma coisa que beneficia tanto como a casa.

E aí eu quero falar outra coisa pra vocês. Vocês vão pegar a chave, vocês vão abrir a porta e na hora que abrir a porta, vocês entrem em cada um desses apartamentos de cabeça muito erguida (palmas) porque a casa é de cada um de vocês. Não é favor, é direito. É direito cidadão a moradia. Por isso eu gostaria de pedir, tratem muito bem disso porque é de vocês, é o patrimônio de vocês e que vocês tratem muito bem. E lembrem que vão ter outros que nós vamos continuar esse programa, por isso que o ministro pediu que vocês também pagassem as prestações. Elas só podem chegar a 5% da renda, não pode mais que 5%. Então quem pagava aluguel de 350-400, não vai pagar isso de jeito nenhum. De jeito nenhum. Todo mundo aqui vai ser dono do seu imóvel. E aí há de fato uma diferença, a gente dá preferência pras mulheres, pras mulheres. Por quê que a gente dá preferência pras mulheres? Porque essa casa é pra gente cuidar das crianças, das famílias desse país e a mulher geralmente é a pessoa que tem aquela responsabilidade com os filhos. Quando for o homem que tem essa responsabilidade com os filhos fica no nome dele, mas como é a mulher, preferencialmente o patrimônio vai para o nome da mulher. Queria lembrar que quem vier pedir para vocês venderem, vocês não vendam não e eu vou dizer por que. Porque é ilegal. Durante 10 anos casa subsidiada pelo dinheiro do povo brasileiro não pode ser vendida. 10 anos, então depois de 10 anos se você quiser vender a casa, você vende, mas até lá... porque esse é o prazo de pagamento, não pode ser vendida. É de vocês, está no nome de vocês, porém não vendam até porque isso não é legal.

Eu queria dizer uma outra coisa, eu queria dizer a vocês que o Minha Casa, Minha Vida faz parte da afirmação, da afirmação do povo brasileiro. É uma casa que é simbólico daquilo que nós esperamos e que cada uma das famílias que vão entrar nos 720 apartamentos esperam, melhorar de vida. O que nós queremos é que essa casa seja também uma espécie de trampolim pra que vocês melhorem de vida, pra que as crianças sejam mais protegidas, pra elas estudem, pra que os adultos também estudem porque adulto tem que estudar, presidenta da república tem que estudar. Todo mundo tem que estudar e isso eu acho que a casa dá. A casa dá duas coisas que eu acho muito importante: dá dignidade e dá tranquilidade. Essas duas coisas são valores muito fortes e aí quando eu disse pra vocês “Entrem de cabeça erguida”, é algo que caracteriza o Minha Casa, Minha Vida. Ele não é feito, nem dado por político algum, nem pelo governo federal, pela presidenta da república, nem pelo governador, nem pelo prefeito. Ele é direito cidadão dos seus moradores.

O exemplo do valor de um apartamento citado pela presidenta, R\$ 63.000,00, indica que a casa é um bem dispendioso. No entanto, não se trata de qualquer casa. Ela se insere no mercado formal de imóveis e adquiri-la, garante ao proprietário determinados respaldos legais. No caso em questão, o acesso se dá através de uma política habitacional, o programa Minha Casa, Minha Vida, que tem engendrado mudanças significativas na paisagem e na dinâmica de várias cidades brasileiras, devido a sua amplitude. Afinal, trata-se de um programa que desde 2009 incentiva a produção e aquisição de aproximadamente três milhões de novas moradias, cujo público-alvo⁹⁸ é uma parcela significativa da população brasileira que historicamente foi excluída ou distanciada do “acesso à propriedade (ou à casa própria)”. Tomar a casa enquanto um problema de política habitacional implica em ampliar a escala das linhas de forças em disputa, sobretudo, quando se busca atrelar o direito à moradia ao “sonho da casa própria”. Daí o interesse do Estado (governo federal, estadual e municipal), grandes construtoras, indústria da construção civil, proprietários de terras, setor imobiliário, movimentos sociais, entre outros.

Não objetivo analisar o PMCMV, nem questioná-lo enquanto política habitacional, pois outros autores⁹⁹ já o fazem com muito êxito, mas apontar a casa em suas várias dimensões: social, política, cultural e econômica a partir das relações estabelecidas entre (futuros) moradores, Estado e outros atores. A inauguração do condomínio parece exemplar para entender processos macrosociais sem perder de vista a vida concreta. Espero não reduzir tais processos, mas sim, tornar as relações: “Estado” e “Sociedade” e “Sociedade” e “Indivíduo”, menos abstratas e totalizantes. Deste modo, busco humanizar estas categorias tão caras às Ciências Sociais, apresentá-las através de Daniel (funcionário da Caixa), Sílvia (funcionária da Prefeitura), Dilma (presidenta) e outros atores que “corporificam um poder

⁹⁸ Famílias classificadas em três faixas de renda: 1) até R\$ 1600,00, 2) de R\$ 1600,00 a R\$ 3600,00 e 3) de R\$ 3600,00 a R\$ 5000,00.

⁹⁹ Ver: CARDOSO (2013), JAENISCH (2014) e RISEK (2013).

que é indissociável das relações estabelecidas no seu exercício”¹⁰⁰. Para isso, utilizo a noção de casa para entender essas relações de poder, mas através “do que existe de produtor no poder”.

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe de produtor no poder. (...) Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1995, p.8).

Tal entendimento em relação ao poder orienta o tipo de abordagem pretendida para compreender o processo de remoção ocorrido no Mercado São Sebastião. Vale ressaltar que diferentemente de outros casos, os moradores pesquisados aderiram ao projeto de serem reassentados nos condomínios do PMCMV e como apresento neste capítulo, houve um trabalho conjunto entre “empresários” e atores do estado de convencê-los a sair. Eles não foram expulsos com “violência¹⁰¹”, no sentido de uso da força física policial, embora não restasse a eles outra escolha. Como a pesquisa de campo colocou-me esta questão, acredito que tomar o poder não somente pelo seu aspecto repressivo possa ser um caminho possível de análise da adesão ao programa e dos “mecanismos de construção social do valor (da casa) ao longo dos processos de remoção”¹⁰². Considero pouco antropológica a ideia de que os futuros moradores entrando na fila, demonstrando alegria pela aquisição da nova casa, gritando Dilma e Daniel, atentos e aplaudindo a fala da presidenta não sejam “atores competentes, perfeitamente capazes de ação racional orientada a fins”¹⁰³. Parece-me mais proveitoso, no sentido de alargar os horizontes da pesquisa, seguir a consideração de Valladares (1978): “os moradores tinham consciência da jogada política de que eram objeto, participando ativamente do seu jogo e tirando o melhor partido”¹⁰⁴.

Porém, a adesão dos moradores do Mercado não significa que estão plenamente satisfeitos em relação ao PMCMV. No capítulo seguinte, apresento os dilemas, obstáculos e oportunidades que se colocam na vida e nas relações sociais dos pesquisados nos seus locais

¹⁰⁰ Apresentação da professora Patrícia Birman no Seminário Comemorativo de 20 anos do PPCIS/UERJ, 2014.

¹⁰¹ Em seus relatos, os moradores participantes da pesquisa elaboram a adesão como escolha, apesar de reconhecerem o caráter arbitrário da retirada das famílias do Mercado São Sebastião. É possível através deste evento notar a utilização do programa Minha Casa Minha Vida enquanto força mobilizadora de práticas remocionistas na cidade. Práticas marcadas por violências múltiplas, que embora não se apresente nos relatos como o uso da força policial, se insinua, por exemplo, na percepção dos próprios moradores de que eram um empecilho para os negócios e investimentos futuros estabelecidos na parceria entre empresários e poder público ou na rápida destruição das casas e *barracos* logo após a mudança para os condomínios.

¹⁰² ARAÚJO SILVA, 2014, p. 27.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 27

¹⁰⁴ VALLADARES, 1978, p. 27.

(ou à procura)¹⁰⁵ de moradia. Tem-se por objetivo mostrar a mudança de casa e de endereço “enquanto um importante dispositivo capaz de provocar nos indivíduos a produção de subjetividades”¹⁰⁶, nos quais as biografias são constantemente (re)construídas, marcadas por contradições e ambiguidades.

No caso do Mercado São Sebastião, a remoção não foi apenas desejada pelos empresários, mas também pelos próprios moradores¹⁰⁷. Discordo em parte da argumentação de Magalhães (2014) de que “a vida levada até então, seguindo o roteiro de todos os dias, passaria por uma transformação considerável, sendo lançada em uma nova direção, não desejada ou escolhida, mas imposta desde o exterior” (p.132). A remoção foi desejada por se apresentar enquanto oportunidade concreta de melhoria das condições de vida, todavia, se esta expectativa se realiza ou não, é outro ponto a ser discutido. Também persigo a observação de Araújo Silva (2014) de que “a vontade de sair, desnuda relações de poder internas às favelas” (p. 27) e que tal perspectiva “não diminui em nada o caráter arbitrário e traumático que os processo de remoção podem assumir para os moradores” (p. 28). Ademais, deve-se atentar para a linha tênue entre este desejo (legítimo) do morador e a construção pelos agentes públicos (e empresários) do que venha ser o modo ideal (ou mais adequado) de se habitar a cidade.

Tal construção se faz presente no discurso da presidenta, onde nota-se um grande apelo em apresentar a casa sob dois aspectos combinatórios: do sonho e do direito, afinal, seu público depende de incentivos estatais para realizar seus sonhos. Não por acaso, ela dedica boa parte da sua fala para explicar didaticamente como funciona o programa e principalmente, aconselhar as pessoas a não cometerem práticas de distorção, como por exemplo, deixar de pagar as prestações ou vender o imóvel sem quitar a dívida no prazo estimado de dez anos. Tais práticas sinalizam um descompasso entre as intenções e medidas elaboradas por especialistas (arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, entre outros) e autoridades e os modos de apropriação da casa, concedida através uma política de Estado, pelos moradores.

É notório no discurso que as práticas de desvio da finalidade do programa são colocadas meramente como práticas individuais¹⁰⁸, realizadas por quem não transformou a casa em lar, ou seja, quando não houve o encontro entre sonho e direito. Deste modo, ao

¹⁰⁵ Como aponto, houve quem retornasse ao Mercado São Sebastião e há quem pense na possibilidade de uma mudança futura.

¹⁰⁶ JAENISCH, 2014, p. 5.

¹⁰⁷ Aqui, não estou considerando a totalidade dos moradores do Mercado São Sebastião, mas apenas os moradores participantes desta pesquisa.

¹⁰⁸ *Em passa-se uma casa*, Lícia Valladares (1978) analisa as práticas de distorção enquanto problema sociológico.

tomar a casa como “espécie de trampolim”, a presidenta convida os futuros moradores a adotarem posturas e valores condizentes com a nova moradia. É necessário limpar e cuidar do apartamento e do condomínio, respeitar as regras de convivência, ter mais responsabilidade e sobriedade na condução da vida familiar. Dilma, na posição de autoridade máxima do país, orienta qual caminho a seguir neste momento de transição e transformação da vida das pessoas. Seu discurso remete a vida íntima, mas também a consciência, onde “melhorar de vida” é um ato de vontade e escolha de cada um. Tal ato está longe de ser “desprovido de vínculos com o social”, mas como observa Robert Pechman (2002)¹⁰⁹, se remete ao conceito de:

O governo de si, que é uma expressão do processo de internação dos costumes e que se traduzirá em certos comportamentos, deve ser visto, também, como um componente essencial do poder, o complemento necessário da lei e, portanto, um aspecto da vida da esfera pública. É unicamente através do governo de si – que se configura numa verdadeira ética do comportamento – que se pode galgar a escala social. Por isso mesmo, esse controle de si deve ser visto não mais só como uma expressão de foro íntimo, mas como um aspecto da civilidade a partir da qual revela-se sua dimensão social e política. (p. 77)

É interessante notar o papel que cabe às mulheres no sucesso deste projeto. Dilma inicia sua fala cumprimentando apenas as mulheres selecionadas para receber de suas mãos as chaves dos apartamentos. Em seguida, cumprimentou o público em geral, “os 720 beneficiados”. É evidente o propósito de apresentar o PMCMV como uma política habitacional que se dirige preferencialmente às mulheres, legitimado pelas recentes estatísticas que indicam o crescimento de lares chefiados por mulheres e pelo reconhecimento de que Márcia, Maria Aparecida, Cláudia, Mariana, Suzana, Vanessa e Wilma, enquanto mulheres e mães são responsáveis por cuidar e zelar pelo *lar*¹¹⁰ e por aqueles que nele moram, sobretudo, as crianças.

No discurso da presidenta, a noção de casa se apresenta como futuro que se quer, mas que se cumpre a partir do empenho de todos os moradores. Um futuro onde “tudo é métrica e rima e nunca dor”¹¹¹, mas a vida “é real e de viés” nos condomínios em formação e se realiza entre acertos e desacertos, alegrias e frustrações, sonhos e pesadelos, obstáculos e

¹⁰⁹ Resumidamente, Pechman analisa como a transformação do Brasil Colônia para Brasil Império criou novas condições para o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro e de outras áreas do país, pois “a cidade transforma-se-á no novo *locus* do poder, desde onde um novo imaginário sobre a vida nacional e a vida de relações (sociabilidade) será traçado” (Pechman, 2002, p. 67). O autor serve-se do romance *Memórias de um Sargento de Milícias* (1852-1853), de Manuel Antônio de Almeida para compreender a nova dinâmica que se estabelecia na cidade após a chegada da corte. O autor dirige sua atenção para as redefinições do que então passa a ser considerado lícito e ilícito, legal e ilegal, o desejável e o indesejado neste momento.

¹¹⁰ Esta questão é clássica. A construção do *lar* surge também no horizonte das *ocupações*, como observa Birman (2014a), “esta categoria, densa, aliás, carrega a princípio os valores positivos associados a espaços de intimidade onde os sentimentos vinculados à família desenvolvem-se” (p.14).

¹¹¹ Referência à música *O quereres*, de Caetano Veloso.

oportunidades. Deste modo, prefiro compreender a mudança do *barraco* para o apartamento mais pelos seus desdobramentos do que pela suposta ideia de ruptura, ou seja, da existência de uma vida antes e depois da remoção. Parafraseando Pechman (2002)¹¹², entre *barraco* e apartamento, o que existe é um “arreglo” e não uma separação radical. Se por um lado o condomínio propicia uma vida longe do *tráfico*, sem ratos, sem lixo e esgoto na porta de casa, com mais conforto, por outro lado, produzem novas dificuldades, a inexistência de comércio e de equipamentos urbanos próximos, a grande distância em relação ao trabalho, a presença temida dos milicianos¹¹³.

Tais problemas tornam-se objetos de estudos diversos e ganham cada vez mais espaço em diferentes tipos de mídias. Dias antes (abril/2014) da inauguração do condomínio em São Gonçalo, o programa dominical *Fantástico*¹¹⁴, da *Rede Globo*, exibiu uma reportagem denunciando práticas ilegais cometidas tanto por agentes estatais quanto por *beneficiários* do programa nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Redenção (PA). Denunciou também a atuação criminosa de traficantes em Serrinha (BA) e de milicianos nos condomínios localizados na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Apesar de estes problemas não serem desconhecidos pelo poder público, a repercussão da reportagem exigiu um posicionamento público em relação às denúncias, assim como medidas e ações para coibir o problema e punir os responsáveis¹¹⁵. A matéria teve repercussão no meu campo de pesquisa, pois as imagens exibidas eram de condomínios vizinhos e Eduardo, assessor de Jorge Bittar (então Secretário da Habitação) e que me introduziu no campo, foi acusado pelo crime de fraudar e manipular as inscrições do programa. Ele aceitou participar da reportagem desde que seu sobrenome e sua imagem fossem preservados, por esta razão, exibiu-se apenas a sua declaração de defesa diante das acusações sofridas.

No seu texto de qualificação de doutorado, Araújo Silva (2014) demonstra que o recente diagnóstico realizado pelo Ibase em parceria com IETS e a empresa social Metrópolis Projetos Urbanos (MPU) sobre o condomínio Valdariosa, do PMCMV na cidade de

¹¹² Citação original: “entre ordem e desordem, o que existe é um ‘arreglo’ e não uma separação radical” (p.51).

¹¹³ No Mercado São Sebastião é o tráfico que se apresenta como poder local.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://globov.globo.com/rede-globo/fantastico/v/fantastico-mostra-denuncias-de-violencia-e-fraude-em-residencias-do-minha-casa-minha-vida/3263952/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

¹¹⁵ Dias depois, na cidade do Rio de Janeiro, houve um encontro para discutir medidas preventivas e corretivas em relação às práticas de distorção do PMCMV. O encontro contou com a participação do Ministro da Justiça (José Eduardo Cardoso), do Ministro das Cidades (Gilberto Occhi), representantes da CEF, funcionários da Polícia Federal e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e do governador do Estado, Luiz Fernando Pezão.

Queimados (RJ), conclui que os problemas¹¹⁶ decorrentes no condomínio são “atribuídos à ‘insuficiência do trabalho social’ no processo de mudança” (p.4).

Na cartilha do PMCMV consta a obrigatoriedade de desenvolver trabalhos de ações sociais¹¹⁷ com as famílias cuja renda é de 0 a 3 salários mínimos. São previstas ações de: “capacitação para o convívio comunitário, gestão condominial, uso e manutenção de equipamentos de uso comum, integração social e noções de educação patrimonial, educação ambiental, relações de vizinhança”¹¹⁸, com suposto objetivo de requalificar a experiência social de estar-habitar a cidade. Este trabalho deve ocorrer antes do processo de mudança dos moradores até aproximadamente um ano após a ocupação dos condomínios. Logo após este prazo, os moradores estariam “aptos” a assumirem a responsabilidade pela condução da gestão condominial. No entanto, o relatório sobre o condomínio Valdariosa encomendado pela CEF¹¹⁹ com acompanhamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta para o fracasso em relação a esta expectativa¹²⁰. Parece-me então que oferecer uma “moradia digna” não é suficiente, mas isto é assunto para o capítulo seguinte.

Imagem 2 – Condomínio Vista Alegre – São Gonçalo/RJ



Fotografia: Heloísa Lobo

¹¹⁶ Araújo Silva relata que enquanto a responsável técnica pela elaboração do diagnóstico do condomínio Valdariosa afirma que “o problema do MCMV é de governança”, os moradores do condomínio Bairro Carioca (RJ), onde realiza pesquisa de campo, afirmam que “o problema é de segurança”.

¹¹⁷ Sobre esta questão, ver o trabalho de Wellington da Silva Conceição (2014).

¹¹⁸ Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>.

¹¹⁹ O interesse em compreender o complexo processo de mudança de endereço e os motivos de não se realizar dentro dos parâmetros estabelecidos faz com que o PMCMV sofra modificações em suas concepções e práticas.

¹²⁰ ARAÚJO SILVA, 2014.

Imagem 3 – Do lado direito as famílias selecionadas para receber as chaves simbólicas de seus apartamentos



Fotografia: Heloísa Lobo

3 EM BUSCA DE UMA CASA: EXPERIÊNCIAS E PERCURSOS POPULARES

Difícil organizar o material levantado (melhor, construído) durante a pesquisa de campo. Mais árduo ainda é conferir a este material um caráter inteligível na forma de um texto etnográfico, por mais que a Antropologia tenha relação estreita com a Literatura. A dificuldade reside no fato de que os conceitos que dispomos para realizar nossa tarefa enquanto cientistas sociais, muitas vezes não são capazes de expressar as mudanças que as relações humanas estão sujeitas ou como um ser humano está ligado a outros de diferentes formas, por exemplo. Por mais que o fazer sociológico atente para os vários aspectos que compõem a vida humana, não raro, acaba por realçar um em detrimento de outro.

Possuidor de grande sensibilidade, Simmel percebeu as dificuldades de falar sobre a vida humana a partir de uma linguagem sociológica. Sem dúvida, não há como ser indiferente a forma como este autor pensa e escreve. Seus críticos o acusam “de ser excessivamente especulativo”¹²¹, “pouco sistemático e acadêmico”¹²². No entanto, diria que a tentativa de Simmel de falar da vida, da moldura, de Roma, e de tantos outros temas, torna-se difícil de ser compreendida, pois seu entendimento está além dos parâmetros da racionalidade capitalista de sua época.

De acordo com Leopoldo Waizbort (2006), Simmel traz no seu método e na sua escrita, o que ele entende por vida:

A vida, entretanto, não é exprimível com nenhuma destas fórmulas. Pois ela é uma continuidade absoluta, e que não há peças ou pedaços que se compõem; continuidade que é em si uma unidade, mas de tal espécie que, em cada momento, ela se exprime como um todo em uma outra forma. (...) Cada instante da vida é a vida toda, cujo fluxo contínuo – justamente este fluxo é sua forma incomparável – só possui sua realidade nas alturas a que ela se alça a cada vez (SIMMEL, 1985, p. 2 *apud* WAIZBORT, 2006, p. 91, grifo nosso).

Isto explica a sua obsessão pelo movimento e pela unidade. Assim, Simmel tende ao ensaio, pois permite uma escrita onde as diferentes esferas da vida se apresentam juntas e em interação. Além disso, “o ensaio possui uma relação privilegiada com a “vida”, ao exprimir o fragmentário, o imprevisto, o movimento, o fugidio”¹²³. Desta forma, me inspiro no seu modo de escrever para elaborar este último capítulo que tem como objetivo principal apresentar as trajetórias de vida daqueles que me permitiram realizar esta pesquisa. A partir de Maria, Márcia, Fabiano, Dione, entre outros personagens, busco fazer uma *bricolage* com todas as

¹²¹ COHN, 2003.

¹²² MORAES FILHO, 1983.

¹²³ WAIZBORT, 2006, p. 37.

questões e referências teóricas que norteiam a consecução do meu trabalho. Mais especificamente, trago os dilemas, obstáculos e oportunidades, conquistas e frustrações que se colocaram diante de suas vidas e nas suas relações sociais, trazendo à tona os efeitos sociais do processo de remoção e concomitante, o processo de construção social do valor da casa ao longo deste processo. Espero com este capítulo, apreender o processo de construção de um saber sem perder “o movimento, a subjetividade e a experiência”¹²⁴ que o compõe, características tão próprias da vida.

3.1 **Maria**

Como menciono no primeiro capítulo, Maria será uma personagem importante no desenvolvimento da pesquisa de campo. No primeiro dia em que a conheci, foi ela quem me levou ao Galpão e apresentou-me a outros possíveis interlocutores. Houve uma simpatia mútua entre nós, mas acredito também que a espontaneidade e disponibilidade de Maria em ajudar-me, deve-se a sua identificação com a temática. Escutei atentamente suas histórias, sempre narradas com riqueza de detalhes e de forma performática. Notava que quanto maior era seu público, maior era seu esforço para que todos prestassem atenção. Algumas vezes, alguns homens gritavam jocosamente “Não acredita nela não”, “Olha a mentira”, “Ela é 171”, quando nos viam passar pelas ruas do Mercado. A “advertência” em forma de brincadeira era sempre respondida com mais risadas de nossa parte.

Maria é uma mulher de estatura baixa, magra, de traços indígenas. Nasceu em Rondônia, se criou no Pará e adulta (aos 31 anos) chega à cidade do Rio de Janeiro com seus quatro filhos. Sua mãe já morava na cidade. Morou na Mangueira, no Lins de Vasconcelos, em Campo Grande, em Duque de Caxias e em 1999, chega ao Mercado São Sebastião. Do processo de reassentamento, possui um apartamento registrado em seu nome no Condomínio S.C, no bairro de Santa Cruz, que é habitado por Rocha, seu ex-marido. Diz preferir morar no Parque das Missões, bairro da cidade de Duque de Caxias, pois lá mora dois dos seus quatro filhos, estuda no “Brizolão”¹²⁵ e pela proximidade em relação ao Mercado, onde trabalha como ambulante vendendo bebidas e em certas ocasiões como ajudante de Cleusa na *Tenda Azul*.

Ao lembrar sua vida na Mandacaru (Mercado São Sebastião), ela comenta orgulhosa sobre como o seu *barraco*, construído por ela própria, era desejado por outras pessoas. Conta

¹²⁴ Ibidem, p.51.

¹²⁵ Centros Integrados de Educação Pública, escola criada no governo de Leonel Brizola.

que certa noite foi surpreendida por uma pessoa tentando invadi-lo. Ela considera os “invasores” como pessoas preguiçosas e invejosas. Maria chama a minha atenção ao dizer em várias ocasiões: “aqui, o olho grande não é na pessoa, é na casa”. Mais tarde, observo que a frase não se resume ao universo da extinta favela, mas também aos condomínios.

Apesar de orgulhar-se do seu *barraco*, que era cobiçado por outros moradores, ela considera que morava precariamente no Mercado. Ela sempre se remete aos muitos ratos que a visitavam, ao acúmulo de lixo e ao esgoto exposto a céu aberto. Ela vê o processo de “revitalização”, assim como o de *reassentamento*, com bons olhos, pois concedeu a oportunidade de ter uma moradia melhor, mesmo que ela não more nela. Além disso, ela se aproveitou da situação para fazer com que sua irmã também fosse beneficiada.

Márcia possuía as mesmas características físicas da irmã. Porém, seu corpo evidenciava os efeitos do tratamento de câncer de mama a que se submetia. Infelizmente, ela faleceu no início do ano passado (2014). Márcia tinha uma trajetória de vida singular entre os pesquisados. Em sua juventude morou na Suíça, onde conheceu e casou-se com Jean. Falava com grande mágoa que a família do marido suíço nunca aceitou o casamento e que constantemente era humilhada e perseguida pelo sogro. Por razões que desconheço e nunca confidenciadas em vida, Márcia retorna ao Brasil “sem nada”, deixando todos os seus pertences no país. Era sempre um relato triste e vago, que deixava a suspeita de ter deixado o país na condição de foragida. Ela então retorna ao Rio de Janeiro onde viviam seus familiares mais próximos. Tempo depois, Jean vem ao Brasil para viver com ela. Esta decisão causa o rompimento definitivo dele com os pais.

Márcia sempre falava da sua origem familiar, das condições de pobreza de sua infância no Pará e da decisão dela e de outras três irmãs buscarem melhores condições de vida no exterior. Esta experiência demarcava a diferença existente entre elas e outros irmãos, inclusive Maria, que não tiveram a mesma oportunidade. Fora o episódio do misterioso retorno, ela gostava de relembrar a época vivida na Suíça e fazia questão de mostrar as fotografias como forma de comprovar o quanto ela “vivia bem”. As fotografias revelam o interior de sua antiga casa, muito bem mobiliada e confortável. As fotos de almoços familiares revelam uma mesa farta em alimentos e requintada na decoração, com a louça distribuída respeitando as regras de etiqueta.

A vinda ao Brasil impôs a Márcia dificuldades de aceitação e adaptação com a nova vida. Todos os membros de sua família moravam em favelas cariocas e foram eles que a abrigaram inicialmente. Relata também problemas de convívio com vizinhos e outros moradores aos quais considerava um “povo baixo, desumano”. Às vezes presenciava

discussões entre ela e Maria, no qual exigia da irmã mais zelo com a aparência, como por exemplo, que comprasse roupas mais bonitas e apresentáveis e que lavasse corretamente o cabelo.

Assim como Maria, Márcia morou em diferentes localidades. Seu último endereço era uma pequena casa no bairro Bangu, Zona Oeste da cidade. As duas julgavam que a moradia contribuía na piora do seu quadro de saúde, além disso, pagar aluguel era um gasto dispendioso, ainda mais nas condições em que se encontrava. Elas decidem então construir um *barraco* na Mandacaru para que Márcia fosse cadastrada como moradora do Mercado São Sebastião com intuito de participar do processo de *reassentamento* e assim acessar o mercado imobiliário formal. Ela pode ser enquadrada como *favelada de última hora*, mas com certa ressalva. Valladares (1978) utiliza este termo para designar “os não-moradores de favela desejosos de acesso ao programa da casa própria, cuja prioridade, nessa instância, era para as favelas” (p.16). Neste caso, ela era moradora de outra favela, no entanto, utilizou-se da mesma estratégia.

Obviamente eu soube disso tempo depois. Tão logo iniciei o trabalho de campo, Maria tornou-se minha principal interlocutora, pois transitava pelo Mercado (trabalho), por Santa Cruz (para “saber como está o apartamento”) e em Campo Grande (visitas familiares). Depois de aproximadamente um ano recebendo o aluguel social, em 2013, parte dos moradores do Mercado São Sebastião foram reassentados no condomínio C.G, entre eles, Márcia e o marido, Vilma, *irmã* Irene e o filho mais velho de Maria – Naldo – e esposa. Devido à doença, Maria visitava a irmã com frequência. Além de ajudá-la com as atividades da casa, como por exemplo, preparar o almoço e limpar o banheiro, ela buscava animá-la com palavras de incentivo e de fé. Na despedida, as duas sempre oravam juntas. Assim, os meus primeiros meses de trabalho de campo consistiram em vivenciar o cotidiano das duas irmãs e os primeiros meses de Márcia na nova moradia. Como apontei no primeiro capítulo, foi na casa dela numa “tarde de louvor” que senti estar ligada a essas pessoas e tê-las definitivamente como interlocutoras.

Do primeiro encontro com Maria, tomei nota a observação que ela fazia de si própria “Tenho muita sorte por ter duas casas do governo”. Recordo ter questionado que o cadastro único não permitia a repetição de um mesmo benefício. Ela então desconversou, disse que não foi beneficiada duas vezes, era uma força de expressão por ter apenas ajudado sua irmã que se encontrava debilitada. Ao assumir o papel de representante da irmã e de “correr atrás” dos procedimentos burocráticos, sentia-se no direito de falar que “tinha duas casas do governo”. Uma característica de Maria que me impressionava era o seu poder de persuasão e de

contornamento, sempre dizia “quem sabe conversar, consegue muita coisa”. Falava sem pretensão, com a serenidade de compartilhar o que aprendeu com a vida.

À medida que eu passava de pesquisadora a amiga, eu tomava conhecimento dos pormenores da trama. Em certa ocasião Maria contou-me sobre as estratégias utilizadas para conseguir seus objetivos. Para ela, o sucesso ou fracasso dependia das relações estabelecidas com os funcionários da Prefeitura, principalmente aqueles que atuavam diretamente com a Caixa Econômica e com o Programa Minha Casa, Minha Vida¹²⁶. Maria conhecia o nome e a função de cada funcionária que pudesse facilitar seus interesses e as tratava de forma cerimoniosa. Era preciso conquistar a simpatia e o afeto da recepcionista até a assistente social-chefe, a quem se referia de “Dona (nome)”. No entanto, se deparava com alguns contratemplos, como o caso de uma funcionária do andar térreo da Prefeitura que parecia querer impedi-la de entrar no edifício, ela conta:

Eu subia escondido de uma neguinha. Ela não me deixava subir de jeito nenhum. Então eu dizia que era a (nome da assistente social) que tinha me mandado ir lá. Eu mentia, mas era pra ganhar a minha vitória. Entendeu? Não queria que eu ganhasse minha casa e eu passava escondidinha por ela lá embaixo. “(nome da assistente social) mandou eu vir aqui”. (Imitando a voz da outra pessoa) “Ah, então entra direto”. Se eu não fosse esperta, eu não ganhava.

Em outra ocasião, Márcia rememorou a construção do *barraco* e as estratégias utilizadas para lidar com as funcionárias responsáveis pelo cadastramento das famílias moradoras do Mercado São Sebastião.

“Maria, vamos fazer uma casa, um barraco pra mim”. Aí eu e a Maria carregava pau, comprava, pagava o cara lá. A gente comprou 8 quilo de prego, o cara batia dois prego e dizia que não tinha mais prego. O cara era maior ladrão de prego da face da Terra. O maior picareta. Aí eu peguei, tá, fizemos o barraco todinho. Aí nós compramos pra fazer um cimento grosso, só que não deu mais tempo. Era () dos ratos, tinha uns gato que cagava, né, Maria? (Maria: É). Aí botamos tapete, botamos fogão, botamos uma cama, botamos umas panelas, balde e fingia que morava lá, eu e a Maria. (Maria: Vez em quando eu dormia lá). Aí nós dizia pra mulher: “Não, pra vocês derruba a minha casa lá onde eu moro, você tem que me dar uma casa. O meu barraco não derruba não porque eu tô doente e eu moro lá”. Tudo 171 para ganhar isso aqui.

A confissão carregada de humor foi feita a mim na sala de sua casa, enquanto tomávamos café. Aproveitei a descontração e disse que elas eram realmente “171”. Elas riam e Maria justificava “É 171 que tava precisando”. O bom humor de Márcia termina quando ela começa o relato sobre a participação de Rocha. Ela não disfarça a sua mágoa e se refere ao ex-cunhado como “egoísta e invejoso”, por outro lado, Maria minimiza “Rocha é gente boa”. Elas explicam que o *barraco* construído não foi cadastrado, enquanto havia dois cadastrados no nome do Rocha. Apesar de não viverem mais juntos, Maria e Rocha permanecem “casados

¹²⁶ Ver: VALLADARES, 1978.

no papel”. Deste modo, “receberiam” apenas um apartamento. Maria então procura se informar com as funcionárias da Prefeitura como proceder para que o outro barraco *passasse* para o nome da irmã. É informada que Rocha e Márcia precisariam ir a Prefeitura assinar a documentação de transferência. Maria torna-se mediadora entre os dois. Percebendo a dificuldade de Rocha aceitar a proposta, ela sugere que a irmã ofereça dinheiro em troca. As duas estavam desesperadas para “conseguir a casa”, pois Márcia tinha iniciado há pouco tempo o tratamento de quimioterapia e sua antiga moradia não oferecia condições mínimas de higiene, a falta de saneamento básico era visto como mais um agravante do seu estado de saúde. Márcia paga R\$ 70,00 a Rocha, mas no dia, ele não cumpre o acordo. Abaixo segue o relato:

Aí vamos na Prefeitura, eu pago R\$70,00 pro Rocha. “Vamos, Rocha”. Aí levamos o Rocha, arrastamos e tal. Chegou lá o Rocha tentou me desqualificar. “Maria, eu não sou mais teu esposo não. Não tem mais nada com você. Olha, senhora, (pra assistente), eu não tenho mais nada com essa mulher não. Marcinha, você me desculpa, mas você não é minha cunhada não. Você é minha ex-cunhada”. A (assistente social) viu que eu comecei a tremer, que eu estava fraca, tinha começado a fazer umas quimioterapias. Me deu nervoso com aquelas conversas ridículas que ele poderia estar me ajudando. Aí eu: “Deixa, deixa, deixa” e comecei a querer chorar. “Deixa, não precisa mais não”. Eu vi que ele tava me barrando, aí eu falei: “não precisa mais não”. Aí a Maria foi pra Prefeitura, a mulher tava com a maior dificuldade pra me dar a casa porque ela não me via morando lá. Aí eu com os laudos médico, mostrando que eu tava com câncer no seio e com problema nos ossos. Aí a Maria pegou e abriu (Imita Maria gritando): “Fui eu que comprei seu desgraçado”. (Maria: Eu não xingava ele assim não. Eu falei que fui eu que comprei). (Márcia continua a imitar) “Eu que comprei, eu que carreguei tábua na cabeça, eu comprei prego”. Aí a mulher pegou e foi em cima dele também, aí ele assinou. “Pode ir embora daqui” (Imitando a assistente social). Expulsou ele, “ninguém precisa mais do senhor aqui não”.

Eu considero a Maria porque ela me arrastou doente, eu gritando com dor, gritando com dor e eu queria uma casa. Eu precisava de uma casa porque eu morava em Bangu, sem ar, sem nada. Eu falava: “Maria, pelo amor de Deus” e ela me arrastando, eu não tinha forças mais pra andar, fraca, me arrastando, me arrastando, me arrastando até que eu consegui.

A atitude de Rocha foi inesperada, assim como o desfecho favorável com o apoio da assistente social. Márcia explica que Maria “conseguiu mover a cabeça da assistente social que ele era um pilantra em cima dela”. Apesar disso, não houve um rompimento nas relações entre as irmãs e Rocha. Apesar de Maria não morar no condomínio, ela busca visitar o apartamento com regularidade. Nas vezes em que a acompanhei, Rocha nos recebeu de boa vontade, sempre nos oferecendo um café. Ele é maranhense e conheceu Maria num garimpo próximo a Santarém, no Estado do Pará. Atualmente trabalha como vigilante num depósito no Mercado São Sebastião. Seu expediente é apenas nos finais de semana. Desde 2013, Rocha

“cria o filho da mudinha¹²⁷”. Segundo ele, a mãe não tem condições de criá-lo, pois seria viciada em drogas. Apesar de não ser pai biológico, Rocha estuda a possibilidade de entrar na justiça pedindo a guarda da criança. Durante a semana, ele cuida do filho e da casa. Num dos quartos, ele estoca diferentes produtos – pilhas, controle remoto, antena de TV, entre outros – e os revende para os moradores do condomínio. Nos finais de semana, ele paga para uma garota cuidar da criança enquanto trabalha fora.

Para Maria, ela é a proprietária do apartamento, Rocha apenas mora nele. “Tá no meu nome. Quem recebeu e assinou tudo fui eu”. Suas visitas (pre)tendem, ao menos para ela, reforçar esta ideia. Saber que Rocha está “criando o filho da mudinha” gera uma grande preocupação em Maria, ela revela o medo de que Rocha morra repentinamente e os familiares da criança “tomem o apartamento”. Afinal, como ela sempre diz “o olhão é na casa”. Para além da cobiça, a preocupação demonstrada por Maria expõe o entendimento do apartamento como “um bem com demanda certa e valor no mercado”¹²⁸. Em seu estudo clássico, Valladares (1978) observa que:

A casa popular financiada pelo BNH passou, portanto, a representar mais um bem capital, transformável em moeda, do que propriamente um bem de consumo, cuja função primordial seria a de servir de abrigo. Passou a ser, com efeito, um meio, isto é, algo manipulável e de que se dispõe para as mais diversas finalidades, de acordo com a trajetória de vida do mutuário. (p. 127)

Maria e Rocha conversavam bastante sobre a vida no condomínio, da fofoca sobre a vida alheia – separações, traições, mortes, nascimentos, brigas – aos problemas administrativos e de segurança do condomínio – falta de água, presença de milicianos, atuação do síndico, entre outros. Rocha elogia bastante a vida no condomínio, “tudo tranquilo”, considerado um bom ambiente para criar um filho. A presença de milicianos não o incomoda, nem o preocupa, seu discurso se aproxima do “quem não deve, não teme”.

Maria aproveitava a ida para os *Jesuítas*¹²⁹ para também visitar seus conhecidos. Às vezes entrava na casa ou apenas se debruçava na janela do lado de fora. A quem perguntava o que estava fazendo ali, ela respondia “vim visitar o meu apartamento”. Eram frequentes os pedidos de favores como mandar um recado ou levar algum objeto a alguém que estivesse no Mercado e vice-versa. Notava que havia uma circulação intensa de fofocas, boatos, objetos e pessoas de um lugar para o outro. Assim, ao retornar ao Mercado ou ao ir a Campo Grande,

¹²⁷ Modo como Maria e Rocha se refere à mãe da criança, pela mudez que lhe é característica. A mulher era moradora da favela Mandacaru.

¹²⁸ VALLADARES, 1978, p.17. No entanto, ARAÚJO SILVA (2014) destaca que esta questão, sob seu ponto de vista, merece mais atenção nos estudos atuais sobre produção de moradias populares e mercados imobiliários informais.

¹²⁹ Categoria nativa que se refere ao bairro de Santa Cruz.

Maria atualizava as pessoas do que ocorria nos *Jesuítas*. Estas constantes formas de mobilidade colocam em dúvida a suposta ideia de que processos de remoções rompem com a vida comunitária. O que não podemos determinar é que tal rompimento não aconteça futuramente.

Imagem 4 – Comércio popular na parte externa do condomínio em Santa Cruz



Fotografia: Heloísa Lobo

3.2 Márcia e Jean

Conforme explicado anteriormente, nos tempos em que viviam na Suíça, Márcia e Jean moravam em um apartamento. Deste modo, contrariavam os pressupostos da cartilha e dos profissionais envolvidos no processo de *reassentamento*, que mostravam a vida no apartamento como um novo modo de habitar, de se relacionar com os vizinhos e, sobretudo, de estar inserido na cidade. Para eles, esta experiência não era estranha, pelo contrário, Márcia, mais que o marido, desejava morar nos apartamentos subsidiados pelo governo, pois sua realidade presente não permitia outra forma de acesso ao mercado imobiliário formal que não fosse esta.

Assim, o apartamento assumia para Márcia o ideal de moradia, de casa, sob vários aspectos - da materialidade construtiva ao direito à cidade. Apesar da infância e adolescência em condições de extrema pobreza, a vida no exterior torna-se um parâmetro para avaliar a sua qualidade de vida após seu retorno ao Brasil. O apartamento do condomínio C.G era a moradia que mais se aproximava das condições de habitação da Suíça. Tal comparação era medida pela presença de água potável e encanada, sistema de esgoto, sistema de coleta e

limpeza urbana, ruas asfaltadas e iluminadas. Quanto ao apartamento, a arquitetura modernista se fez e ainda se faz presente em diferentes cidades ao redor do mundo, tanto é que Miller (2013) faz a seguinte alusão: “Com respeito à habitação, não foi uma moda leve que veio e se foi. Perfilado de acordo com o fanatismo de Le Corbusier e da Bauhaus, ele se tornou a ortodoxia da arquitetura e do design” (p.122). Como já enunciado, a arquitetura moderna influenciou a produção da arquitetura da habitação social brasileira¹³⁰ e um dos exemplos é o Bairro de São Sebastião do Leblon. Por sua vez, a produção de moradias pelo PMCMV pretende dar continuidade a este processo.

Márcia exaltava a estética e a divisão dos espaços da casa, a presença de janelas em todos os ambientes conferindo uma boa ventilação e iluminação natural, o recuo entre os blocos de apartamentos. Além das qualidades técnico-científicas, percebia-se no discurso de Márcia, de forma não explícita, a ideia de que o espaço determina o comportamento humano. A nova casa parecia permitir resguardar sua intimidade do olhar alheio, ou pelo menos, impor distanciamento de pessoas estranhas ou incômodas, tal como o nome do programa “é a minha casa, é a minha vida”. Márcia manifestava que a vida na favela se contrapunha a vida no condomínio de apartamentos, costumava dizer que saiu de um *inferno* e foi para o *paraíso*. Estas representações, impregnadas de categorias de natureza mágico-religiosas, se apresentam com força em seu discurso. No entanto, Márcia não está sozinha, há outros personagens urbanos que corroboram esta visão dual de (estar na) cidade. Outra consideração importante é que outros moradores do condomínio (interlocutores ou não) com trajetórias de vidas distintas utilizavam os mesmos argumentos de Márcia para explicar-me o motivo de aderirem ao PMCMV ou para comparar os modos de vida em cada lugar.

Eu morava em Bangu numa quitinete que não tinha janela. Eu morava num quarto lá e tava quase morrendo, morrendo de verdade. Não tinha ar, era tudo sufocado. Era muito ruim, muito ruim mesmo. Entendeu? Era horrível o lugar que eu morava e os vizinhos eram muito baixo. Os vizinhos eram tudo drogado. Eles pediam as coisas o tempo todo, “uma hora da madrugada, me empresta 10 reais, 20 reais”. Sabe, eu vivia praticamente num... Não sei se eu posso falar, se é educado, mas eu vivia dentro do inferno. Aquilo ali, Deus não passou ali. Eu orava, orava, orava, não via Deus de jeito nenhum porque lá não tinha Deus. Aquele lugar era tentação de noite sem parar. Aqui já é diferente.

Eu saí de um inferno e cheguei no paraíso. É muito bom mesmo a gente ter a casa da gente. Não tem nem como descrever pra você. Entendeu? Porque lá eu não tinha paz. Lá eu não tinha sossego. Não tinha ar pra respirar. Aqui é diferente. Olha o tanto de janela que eu tenho aqui. Tem uma, tem duas, todo lugar tem uma (apontando). Se eu fechar elas, se deixar fechadas, a casa fica fria, gelada de tanto ar que eu tenho pra respirar. Entendeu? Isso é muito importante. Eu já tô doente, sem ar pra respirar, fica difícil (...). Psicologicamente mudou... Lá eu não tinha ar pra respirar, eu achava que eu ia morrer qualquer hora. Por quê? Porque faltava ar. Você pode pegar uma planta, qualquer coisa que tem vida e botar dentro de uma casa que

¹³⁰ SLOB, 2012.

não tem ar, não tem sol, não tem nada, ela amarela e morre. Eu estava assim, eu não tinha ar pra respirar. Eu estava igual à planta. Se eu ficasse mais tempo lá, eu não teria muito mais tempo de vida. Aqui não. Aqui eu tô lutando pela minha vida. Com esse ar que eu tenho pra respirar, mais esse sol que eu pego aqui atrás, entendeu, e mais as frutas que eu bato, eu tenho certeza que eu vivo mais algum tempo. Então isso significa vida pra mim, mais vida. Eu tô falando vida de verdade. Vida mesmo. Vida de vida. Vida de viver. Entendeu? Porque no estado que eu tô, né, a gente só pensa o pior. Aqui eu passei a me sentir melhor. Eu faço um suco ali de graviola com folha de couve, laranja, né, mais o ar que eu respiro, mais o sol que eu pego, mais o remédio que eu tomo e com isso eu consigo prolongar a minha vida. E lá onde eu não tinha nem ar pra respirar, os meus dias estavam contados mesmo. Aqui eu tenho esperança de ir vencendo cada dia. Eu tenho esperança, eu acredito que eu estou vencendo cada dia. Uma oportunidade que essa casa me deu.

Outras mudanças? A higiene. Porque lá não tinha higiene. Aqui você, hoje eu já passei cloro aqui, pano com desinfetante. Eu não sei, eu acho que a casa está cheirosa na medida do possível. Lá você podia passar cloro, desinfetante, a casa FE-DI-A. Aqui a gente tem higiene. Higiene é tudo na vida da gente. Isso aí, amanhecer o dia e saber que vai limpar, vai passar um pano, cloro, desinfetante, vai ter uma casa limpa e cheirosa, onde a gente não vai passar vergonha pra gente receber um amigo, um visitante, é bom demais, não é não? Entendeu? A pessoa chega na casa da gente, a gente tem certeza que a gente limpou tudinho e a gente ainda tem vergonha de mandar a pessoa entrar. Aí é brincadeira. Tem dia que passava um rato por debaixo. Os ratos corriam (Maria ri e diz: Só Jesus!). Aqui eu nunca vi rato nenhum. A casa tá limpa, tá maravilhosa, tudo de bom.

Essa casa aqui significa muita coisa pra mim. Isso aqui é o meu porto seguro, né. Aqui é aonde eu chego, aonde eu tomo meu banho, faço minha higiene, faço minha alimentação, descanso. Essa casa significa pra mim a minha paz. Aqui eu consegui ter paz. Consegui ter um porto seguro. Tenho endereço, tenho dignidade. Ela significa isso: paz, dignidade, sossego, porto seguro. Significa muitas coisas boas na minha vida.

Apesar de Maria também valorizar as qualidades enunciadas pela irmã, prepondera a casa como valor de mercadoria, enquanto para Márcia, a casa como um ideal onde se é possível alcançar um estado de segurança, tranquilidade, civilidade e conforto. Tem-se então a casa e a mudança de endereço como capazes de “produzir subjetividades que requalificam todas essas dimensões (sociais, políticas, econômicas, familiares) frente às alteridades que esse processo institui”¹³¹.

Márcia morou por aproximadamente dez meses no condomínio, vindo a falecer em março de 2014. Quando a conheci, havia apenas dois meses que morava no local. Suas expectativas eram altas em relação ao seu futuro, sobretudo porque ela realmente teve uma melhora do seu estado de saúde. Às vezes, pensava que logo estaria curada, noutras, que sua vida se prolongaria por mais tempo. Tais expectativas estavam atreladas a nova moradia, quando não, eram decorrentes dela¹³². Se no início, as experiências de estar na cidade eram representadas pelo *inferno* e pelo *paraíso* como par de opostos claramente definidos, contudo,

¹³¹ JAENISCH, 2014, p. 2

¹³² Diferentemente de Márcia, Francisca acusa a mudança de endereço como causa de doenças que ela e seus familiares desenvolveram após o processo de remoção.

observando o dia-a-dia do condomínio em formação, tais construções se desmanchavam ou pareciam ser mais fluídas na experiência prática da convivência. Enquanto Márcia mantinha esta separação radical no plano discursivo, outros moradores as relativizavam e diante dos dilemas e conflitos enfrentados demonstravam sentimentos contraditórios – “a tensão entre a vontade de sair e o desejo de permanecer”¹³³.

Para Márcia, “conseguir uma casa” dependeu dos esforços conjugados dela e da irmã, da existência do PMCMV, vista como uma política de direito a cidade e a moradia e não menos importante, da ajuda divina. Cada atuação, em planos distintos e complementares, merecem agradecimentos específicos. Para isso, planejava realizar um evento em comemoração à nova casa no condomínio, porém isto não se realiza.

À tarde. Cantar uns dois hinos. Falar de Deus. Dizer que estou feliz pelas coisas boas que ele me fez. Entendeu? Eu nunca pensei em um dia ter uma casa. A minha queda foi tão grande que eu pensei que era daqui pra pior. Então, esse plano *Minha Casa, Minha Vida* me deu a oportunidade de saber que eu posso agradecer a Deus. (Maria: Foi Deus! Foi Deus!). Porque eu tenho certeza que essa casa veio me tirar de um buraco. Só pode ter sido um plano de Deus assim muito maravilhoso. Entendeu? Eu não tenho outra pessoa a agradecer que seja Deus porque os políticos vão ganhar meu voto mesmo. Já ganharam e vão ganhar. Não é verdade? Eles ganharam meu voto pra quê? Pra trabalhar. Eles ganham salário pra trabalhar. Então pra eles eu dou muito obrigada, pra Deus eu agradeço com louvor (Maria: O glória!), com oração (Maria: Vamos te agradecer Jesus!)¹³⁴.

Como dizia a interlocutora Márcia, “conseguir uma casa” era aproveitar-se da “nova oportunidade” que o governo lhe concedia e o restante: “agora depende de nós!” Deste modo, não apenas a casa bastava. Era preciso procurar uma forma de sobrevivência que pudesse arcar com as despesas da vida pessoal e condominial. Devido à doença, apenas Jean trabalhava. Não soube o motivo, mas ele nunca procurou legalizar a sua permanência no país. Tal fato o faz ser considerado um “imigrante ilegal”, além disso, desde sua chegada apenas trabalhou como ambulante. Nas primeiras semanas no novo endereço, Jean vendia bebidas em frente ao condomínio nas margens da Avenida Brasil. Como o “movimento era pouco”, ou seja, poucos motoristas paravam para comprar bebida, Jean decidiu abrir uma birosca na sua casa seguindo o exemplo de outros moradores. Não há comércio próximo, esta era uma das reclamações quanto à localização do condomínio. Assim, abrir um comércio era uma alternativa de geração de renda e das pessoas adquirirem algum produto sem precisar se deslocar a uma grande distância.

¹³³ Ibidem, p. 4.

¹³⁴ Maria, no entanto, pede em suas orações que a presidenta Dilma Rousseff, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o prefeito Eduardo Paes, em sua visão, os responsáveis pela criação e execução do programa Minha Casa, Minha Vida, “sejam abençoados”.

Para abrir o bar, Jean e Márcia fizeram algumas mudanças na sala da casa. Compraram mais uma geladeira para armazenar apenas as bebidas a serem vendidas e a colocaram na sala. Abaixo da janela, colocaram uma grande mesa de vidro onde ficavam bebidas que não se vendem geladas, como café, conhaque, cachaça e pinga. Sobre ela também ficava maços de cigarro (vendidos à unidade), cascos e copos. Os clientes não adentravam a casa, compravam e consumiam a bebida do lado de fora. Os frequentadores logo o apelidaram de Russo. Ele pareceu gostar e me dizia orgulhosamente que seu bar era chamado de Bar do Russo. Nas minhas primeiras visitas, o casal falava com empolgação do “bom movimento” do bar e que o negócio estava garantindo um dinheiro mais que suficiente para pagar todas as despesas.

Logo depois, Jean passou também a vender pão com manteiga, pão com mortadela e pacotes de salgadinhos. À medida que aumentava o contentamento dele, diminuía o de Márcia. Em muitas ocasiões, ela se queixava que o marido não lhe dava mais atenção, pois todo seu tempo era dedicado aos fregueses e ao bar. Também tinha ciúmes de algumas mulheres. Em sua opinião, elas se aproveitavam do fato que estava acamada para “dar em cima” do marido, ir ao bar era uma boa desculpa para perseguir tais intenções. Márcia fazia questão de se queixar na presença de Jean. Ele então procurava se defender da pecha de “mau-marido” e explicava que a sua relação com estas mulheres era apenas comercial, dizia pra mim e pra Márcia: “não posso tratar mal (mulheres), elas compram comigo”. Ela não acatava e rebatia e logo me via no meio de uma briga de casal, a discussão era interrompida com o grito de algum freguês chamando Russo de volta ao trabalho. Márcia, no quarto, ficava a resmungar do marido, dos fregueses e da mulherada, enfim dos vizinhos incômodos aos quais pensava estar livre no condomínio.

Nos primeiros meses da pesquisa de campo, ouvi os primeiros rumores da presença de milicianos no condomínio C.G. Neste momento, eu frequentava apenas a casa do casal e da Vilma. No Mercado São Sebastião, na *Tenda Azul*, era assunto¹³⁵ frequente de conversas. Esta distância permitia que as pessoas se expressassem publicamente, mas com a precaução de não se expor indevidamente. A fala sempre remetia a uma terceira pessoa, “falaram que...”. Deste modo, soube que os milicianos controlavam a conduta dos moradores e atuavam diretamente na gestão do condomínio, arrecadando as taxas condominiais e controlando certos serviços e produtos comercializados em seu interior. Frequentar a casa do casal fez com que eu tomasse a liberdade de perguntar “E os milicianos? Tão sabendo de algo”. Jean, com espontaneidade própria dos íntimos, me respondeu: “Sim, são meus fregueses. São gente boa. Eles vem aqui

¹³⁵ Os rumores se referiam aos milicianos que atuavam nos *Jesuítas* (Santa Cruz), o condomínio já havia completado mais de um ano de existência.

mais tarde”. Apenas esbocei “Ah, é”. Jean então conta que parte do sucesso do seu bar se deve a eles, pois todos os outros fecham às 22 horas, enquanto que a ele foi permitido seguir aberto após este horário, pois o Bar do Russo foi escolhido como bar de encontro dos milicianos.

3.3 *Irmã Irene*

Em abril de 2014, eu retorno ao condomínio C.G acompanhada de Maria. Era um momento delicado, seria a primeira vez desde a morte de Márcia. Maria demonstrava muita preocupação de como o cunhado estava reagindo ao luto, pois alguns conhecidos lhe disseram que ele necessitava de cuidados. Também se preocupava com o apartamento, será que o encontraria limpo e organizado como quando sua irmã era viva? No entanto, notava que havia preocupações maiores do que aquelas confidenciais, mas não quis perguntar. Mais tarde, ela revela o medo de “perder o apartamento”. Segundo os boatos que circulavam depois da exibição da reportagem do *Fantástico*, haveria uma operação da Polícia Federal¹³⁶ para fiscalizar se cada morador era realmente proprietário do imóvel e nem ela, nem Jean regularizaram a documentação do imóvel depois da morte de Márcia.

Ao entrarmos no condomínio, uma senhora se aproximou de Maria, que logo a abraçou. Era um bom encontro, de pessoas que não se viam há muito tempo. Elas se chamavam por *irmãe* se conheciam dos “tempos do Mercado”. A mulher fez questão que entrássemos na sua casa, pois queria muito lhe falar. Com um ar aflito, ela alerta sobre o comportamento de Jean: “Ele tá bebendo muito. Tem que falar com ele. Fala com ele que daqui a pouco...”. Maria agradece pela preocupação, diz já ter conhecimento do problema e que este era o motivo da sua visita. A mulher insiste para que a *irmã* o aconselhe a não mais beber e evitar qualquer tipo de confusão, pois temia uma tragédia. As duas mulheres se penalizam com a situação de Jean, que até então tinha um comportamento exemplar. Para reafirmar a seriedade do assunto, ela diz repetidamente “ele tem abusado da bebida” e conta que dias antes, ele se envolveu numa briga com outro homem num baile próximo ao condomínio. Diz desconhecer os motivos, mas que soube que ele foi ameaçado: “Tá tirando onda. Cuidado que nem brasileiro você é. Daqui a pouco vai tirar onda na vala”. Irene insiste

¹³⁶ Depois da reportagem, boatos de supostas operações a ser realizadas pela PF passaram a ser constantes. Apesar de driblarem os trâmites burocráticos do PMCMV, temiam o poder de polícia da PF.

para que Maria interceda e mostre os riscos que ele está sujeito, tanto por parte de desconhecidos quanto pelos milicianos¹³⁷ que atuam no condomínio.

Maria comenta que aconselhará o cunhado e que fará mais visitas, quem sabe sua presença não o ajuda a superar o luto. Maria então me apresenta a mulher como “pesquisadora do Minha Casa, Minha Vida” e a conversa toma outra direção. *Irmã* Irene possui os mesmos traços físicos de Maria, diz ter nascido numa tribo indígena no Rio Grande do Norte. É casada e tem quatro filhos. Ela tece elogios sobre a casa, a disposição dos espaços, a boa ventilação e iluminação dos ambientes. Elogia o “silêncio” do condomínio, silêncio associado à proibição imposta pelos milicianos de não escutar música em alto volume. Dorme-se tranquilamente e consegue assistir televisão em paz. Fala da “segurança” de se viver no condomínio¹³⁸, sobretudo para quem tem filhos pequenos.

Depois de elencar as qualidades do condomínio, ela então fala sobre as dificuldades enfrentadas, sobretudo pela escassez de transporte público, principalmente à noite e a falta de equipamentos de saúde – hospitais e postos de saúde próximos. Relata que seu marido está com sérios problemas de saúde. Numa noite, seu estado se agravou e não havia como levá-lo a um hospital, nem havia uma ambulância que viesse buscá-lo. Depois disso, o marido mudou-se para a casa de familiares no bairro Penha (Zona Norte), pela proximidade do hospital que frequentava quando morava no bairro. Mesmo com a saúde restabelecida, ele continua por lá, pois passa maior parte do seu tempo no Mercado São Sebastião, onde trabalha. Ela só o vê aos finais de semana, quando ele retorna para Campo Grande.

A ausência do marido é sentida com maior intensidade por ser impedida de trabalhar, os dias lhe parecem mais longos. Ao me dizer que era vendedora ambulante no Mercado São Sebastião, pergunto qual a razão de não ser no condomínio. Como se fosse óbvio, ela responde “porque se morre com 150 (reais) toda semana”. Ela explica que é preciso desembolsar este valor para pagar os milicianos e que não compensaria, pois, além disso, eles consomem os produtos comercializados e não pagam. Enquanto para Jean, os milicianos favorecerem o seu negócio (bar), para *irmã* Irene, eles criavam dificuldades e nem mesmo a assistente social, que trabalhava numa pequena sala na portaria do condomínio, intervinha na questão. Com convicção, disse mais de uma vez, “Ela é cúmplice”. Irene demonstrava bastante revolta, pois nenhuma de suas queixas em relação aos mandos e desmandos dos

¹³⁷ Na conversa, *irmã* Irene diz que se Jean continuasse a ter comportamentos reprováveis, futuramente teria problemas até mesmo com os milicianos, que costumam coibir e punir certas condutas. Ela conta, por exemplo, que os milicianos estão à procura de dois homens acusados de violentar sexualmente mulheres na passarela da Avenida Brasil, localizada em frente ao condomínio.

¹³⁸ Refere-se à tipologia do condomínio fechado.

milicianos foi considerada. Até mesmo a assistente social, vista como representação do Estado, não era capaz de se contrapor ao poder de homens que agiam aos olhos de todos, “os milicianos recolhem o dinheiro do condomínio e se reúnem no salão de festa”. Notei que *irmã* Irene considerava o papel de pesquisadora que eu representava naquele momento. Para legitimar a sua fala, ela recorre à citação bíblica de João (8.32): “Se vós permanecerdes na minha palavra, verdadeiramente sois meus discípulos; E conhecereis a verdade, e a verdade vós libertará”. E continua: “eu falo a verdade”.

Durante toda a conversa, que não mais dizia a respeito de Jean, Maria permaneceu calada. Porém, na hora da despedida, ela perguntou sobre Nilda, a antiga assistente social. *Irmã* Irene respondeu: “Ela sabia demais, sabia muito e era contra”. Maria, sempre sagaz, disparou: “É, eu também não gosto de saber muito”.

3.4 **Vilma**

Mal saímos da casa de *irmã* Irene, Vilma nos avistou e se aproximou dizendo: “Maria preciso te falar umas coisas sobre o Jean”. Maria nada diz, mas sua expressão facial revelava já conhecer o conteúdo da conversa. A abordagem fez com que desviássemos mais uma vez do caminho para o apartamento de Márcia. Ao entrar em seu apartamento, Vilma diz: “Maria, ele bebe muito. Todo mundo já viu ele bêbado aqui no condomínio”, principalmente nos finais de semana. Em sua opinião, Maria enquanto parenta mais próxima deveria visitá-lo com frequência neste momento de fragilidade, pois “ele tá se sentindo muito sozinho”. Além disso, ela se preocupava com a proximidade do amigo com os milicianos, a quem os acusava de assassinar¹³⁹ um homem desconhecido no interior do condomínio e pelos casos de violência sexual ocorridos na passarela. Justificava sua preocupação através de sua própria experiência.

Antes de adentrar na questão, eu retomo como eu a conheci no trabalho de campo. Certa vez, Maria me levou até a Rua do Fubá para mostrar o local exato em que morava. Da rua ocupada por moradias, só restaram os destroços espalhados pelo chão: pedaços de madeira, de pisos e azulejos, peças de roupas e móveis misturados a muita lama. Para em determinado ponto e diz: “O meu *barraco* era aqui assim”, continuamos a andar e entramos na Rua da Batata, então ela aponta para uma parede de azulejos e diz: “Ali era o banheiro da Cleusa. Ela achava que não iam destruir o dela. O *barraco* era muito bom, tudo de alvenaria”. Elas são muito amigas. Cleusa, vendedora ambulante, ainda hoje recebe o aluguel social e

¹³⁹ Este assassinato também foi mencionado com mais detalhes pela *irmã* Irene.

aguarda “sua casa sair”. Ao chegarmos ao seu ponto de venda (*Tenda Azul*), comento ter visto o local em que morava. Com um ar triste, ela fala calmamente na presença de Maria e Vilma: “Gastei mais de R\$ 1000,00 reais (azulejos). Eu que comprei, elas sabem”. Sua fala altera-se quando expõe sua revolta com o valor da indenização recebida, considerado baixo em relação ao dinheiro investido em melhorias no *barraco*. Ela recebe o apoio de suas amigas e dos seus clientes.

Vilma já me conhecia, mas demonstrava pouco interesse pelo meu trabalho. Neste dia, ela pediu espontaneamente para fazer o mesmo percurso. De estatura baixa, pele bronzeada, de aproximadamente 40 anos, ela me conduziu pela rua e rememorou a localização do seu *barraco* e de outras pessoas do seu círculo de amizade. Notei que a sua desenvoltura para explicar-me como era morar na favela Mandacaru (Mercado) devia-se por termos como público os funcionários de uma empresa sentados na calçada, em pleno horário de almoço. Ela fazia questão de falar alto e repetidamente para que todos escutassem suas queixas. “Olha virou lixo. O prefeito falou que a gente sujava e olha só, não tinha isso aqui não (apontando). Esses pneus, esse lixo é das firmas aqui”. Os homens pareciam pouco se importar, mas mesmo assim, ela continuava a acusar as empresas de sujar o lugar. Ela se aproxima dos homens e aponta para os pneus jogados no chão e diz bem alto: “Isso aqui virou uma lixeira”.

Um ano depois da remoção, Vilma foi reassentada no condomínio de apartamentos do PMCMV, em Campo Grande, mas concedeu a nova moradia para o seu filho mais novo, pois ele seria pai. A nova família se mudou para o apartamento, mas permaneceram por pouco tempo, pois sua nora teve a gravidez interrompida. Coube a Vilma, fazer a mudança, mobiliar e decorar o apartamento para receber o jovem casal. Foi extremamente cuidadosa e caprichosa na tarefa, principalmente com o quarto do futuro neto. Estava alegre com a nova casa, não apenas pela chegada da criança, mas porque o condomínio se colocava como oportunidade para o seu filho “recomeçar a vida” longe do *tráfico*. No entanto, sua nora não se adaptou e decidiu retornar a casa dos pais, sem que o rapaz pudesse acompanhá-la, pois tinha sofrido ameaças de traficantes da favela Kelson, situada nas imediações do Mercado. Vilma falava de forma vaga “os meninos já falaram que não quer ele lá”.

Desde a destruição do seu *barraco*, Vilma morava com Cleusa. As duas amigas dividiam a despesa de aluguel de uma quitinete no Mercado São Sebastião, onde ela também trabalhava como auxiliar de limpeza. A desistência da nora de morar no condomínio, fez com que Vilma se deslocasse quase diariamente para Campo Grande para “cuidar da casa e do filho”. Limpava, cozinhava, lavava e passava suas roupas, mas também procurava se informar com conhecidos do Mercado se havia algum boato sobre o comportamento do filho, quem

eram seus amigos e se ele os levava para o apartamento. Em certa ocasião, eu estava na casa de Márcia quando ela chegou muito nervosa, acabava de discutir com a mãe de um garoto, a quem proibiu de frequentar a sua casa, aonde costumava consumir drogas na companhia de seu filho. Temia que os milicianos descobrissem, pois de acordo com ela, tanto usuário quanto familiares podem ser expulsos do condomínio. Repetia: “não posso perder esse apartamento”. Seu nervosismo era tanto que pediu a Maria ir até o seu apartamento para fazer uma oração. Ela prontamente atendeu ao pedido e fez orações em todos os cômodos. Antes de retornar ao Mercado, Vilma escreveu uma carta com os seguintes conselhos: “não apronte nada, não saia à noite e não leve ninguém no apartamento”, que antes de cometer algum erro que pensasse nela, na nora e no filho que está por nascer. Despede-se dizendo: “Jesus te ama”.

Sempre preocupada e inquieta em relação ao filho e com medo de “perder o apartamento”, Vilma passou a morar nele. Recebia-me sempre com um café e mostrava as mudanças na decoração. Apesar da sua presença, o filho foi expulso pelos milicianos por causa de um suposto envolvimento no furto das mangueiras e extintores do condomínio. Quando isto ocorreu, ela decidiu conversar pessoalmente com o “chefe” (da milícia¹⁴⁰). Ora, como disse, “quem tem filho vai a Roma”. Ela o defendeu da acusação, mesmo assim o rapaz foi impedido de morar e frequentar o condomínio. Ela, no entanto, se alegrou “por não ter perdido o apartamento”.

Ser impedida de receber a visita do filho faz com que Vilma considere a possibilidade futura de vender o apartamento, porém, o seu namorado, Cleusa e Maria a desencorajam. Eles argumentam que o valor recebido pela venda (de 20 a 35 mil reais) não é suficiente para comprar uma casa com as mesmas qualidades técnicas e de infraestrutura, no máximo, outro *barraco*. Além disso, o apartamento materializa a segurança de se ter uma “casa própria”. Entretanto, a sua insatisfação vai além, ela reclama da distância e da escassez de transporte entre o condomínio e o Mercado (local de trabalho), da falta de comércio e de equipamentos urbanos próximos, dificuldades impostas, como problematizam Novaes e Aragão, pela “falta de articulação do programa (MCMV) com uma política urbana”¹⁴¹. Assim, Vilma vive em permanente conflito: ficar ou sair.

¹⁴⁰ De acordo com ela, há diferenças de atuação entre as milícias. Considera a que atua no condomínio S.C, no *Jesuítas*, menos rigorosa e controladora, pois “lá tem baile funk e todo mundo cheira e fuma”.

¹⁴¹ ARAGÃO; NOVAES, 2013, p. 44.

Imagem 5 – Vilma indicando a localização de seu antigo *barraco*



Fotografia: Heloísa Lobo

3.5 Dione

Conforme apresento no primeiro capítulo, em minha primeira visita ao condomínio S.C (Santa Cruz), eu conheci Dione. Ela estava do lado de fora do seu apartamento, observava a chegada dos novos moradores. Eu a abordei, pois notei que não estava ocupada com a mudança. Assim como outras famílias, ela preferiu se mudar por conta própria, seja pagando um frete ou por ter algum conhecido ou parente que possuía um automóvel capaz de fazê-lo. Antes, morava na Rua da Cebola, no Mercado São Sebastião. Disse-me que morava numa “casa de alvenaria, com forro de PVC, dois quartos, sala, cozinha e banheiro”, a descrição se diferencia dos *barracos* precários da favela Mandacaru.

Apesar das boas condições materiais e da flexibilidade construtiva da casa, Dione aderiu ao projeto de mudança do Mercado São Sebastião para Santa Cruz. Alegava incômodo com o entorno, estava cercada por lixo, esgoto que corria a céu aberto pelas ruas sem asfalto, e por ratos. Os inúmeros relatos da visita constante do animal nas casas e *barracos* do Mercado não devem ser ignorados ou considerados questão de menor importância em relação à percepção de melhoria da qualidade de vida nos condomínios. No entanto, a sua obsessão se revestia da discussão levantada por Mary Douglas em seu livro *Pureza e Perigo* (2014), “os ratos” abarcavam todas as preocupações com os perigos e impurezas próprias do entorno e que ameaçavam a ordem das coisas, da sua vida e da cidade.

Casada e mãe de dois filhos – um adolescente e outro, de três anos – também concebia a nova moradia como possibilidade de criá-los longe da violência urbana. O modelo de

condomínio-fechado, murado, com portaria restringindo o acesso de pessoas circulando em seu interior, era visto de forma positiva, pois garantia a sensação de proteção dos riscos da cidade. Além disso, se dizia aliviada por não mais morar numa área dominada pelo tráfico de drogas, temia que os filhos, sobretudo o adolescente, tivessem qualquer tipo de envolvimento com o mundo do crime. Como mãe, estava atenta ao risco do filho ser cooptado ou de consumir drogas. Entre os pesquisados, era recorrente dizer que o consumo era feito nas ruas do Mercado, enquanto que nos condomínios, no interior dos apartamentos¹⁴².

Deste modo, essas eram as suas motivações de estar no condomínio. Ao comentar sobre as expectativas em relação a sua nova vida, sobre os conflitos que ocorriam no Mercado e sobre os procedimentos burocráticos envolvidos no processo de *reassentamento*, chamou à atenção para a desigualdade (assimetria) de forças existente nas relações entre moradores, empresários e o poder público. Não houve opção, os moradores não estavam incluídos no projeto de revitalização da área, no entanto, para Dione, como para outros moradores aqui apresentados, era possível tirar partido da situação.

É triste a destruição (dos barracos). Tinha (se referindo a mim) que estar lá pra ver. Tá essa correria porque tem gente lá que tá tirando as coisas agora. Não acreditava que eu ia mudar. Eu acreditei só no dia que peguei a chave na mão. A gente se inscreveu várias vezes, só saiu por causa dos empresários. O prefeito Eduardo Paes vai revitalizar tudo lá, vai asfaltar. Já colocaram luz em todos os postes. O nosso caso foi rápido porque os empresários grandes não queriam a gente lá. Criança na rua, fio solto (“gato”), era ruim, por isso que saiu bem rápido. Não acho ruim não. Graças a Deus! Só assim a gente conseguiu uma casa porque nunca ia conseguir morar aqui.

Diferentemente do que Eduardo havia me informado, de que todos os moradores do Mercado São Sebastião seriam *reassentados* no condomínio S.C, Dione comenta que alguns moradores tiveram problemas em relação aos procedimentos burocráticos exigidos pela CEF e por esta razão “ficaram de fora”. Ela diz: “A Caixa é muito exigente. Faltou um pingão no i, eles barram. ‘A certidão tá velha demais. Tira outra’ (imitando a voz do funcionário). E teve gente que não foi atrás”.

Ao entrevistar um funcionário da Prefeitura, ele me explica que ao se definir a retirada de famílias de uma determinada área, cria-se “uma equipe disciplinar de arquitetos, engenheiros, técnicos de edificações, assistentes sociais, agentes comunitários, para ir à área e a partir daí fazer todo um cadastramento”. O cadastrado consiste em “dois tipos de ficha: a composição familiar, que é a ficha social e o perfil da família; e a ficha técnica que é feita

¹⁴² Vilma e Maria costumavam dizer que no condomínio C.G era comum o uso de cocaína, pois não “tem cheiro”. Evitava-se o uso da maconha, pois o odor da fumaça denunciava seu consumo.

pelos técnicos de edificações que é orientado pelo arquiteto sobre as condições do imóvel”.

Cabe ao Secretário de Habitação:

Decidir a modalidade: ou a família vai direto para o empreendimento, nesses que já estão prontos ou fica aguardando, no que a gente chama de auxílio moradia, que é o aluguel. Fica durante o tempo que o empreendimento habitacional é construído e quando o empreendimento habitacional está pronto, é reassentado.

Quanto ao caso específico do Mercado São Sebastião, ele diz:

Para elas (famílias) irem para esses reassentamentos, é feito um conjunto de documentação que tem que ser apresentado para a Caixa Econômica, que é pelo programa Minha Casa Minha Vida. Então a Caixa nos solicita esses documentos, isso também é preparado pela gerência de Ações Especiais que é o dossiê da Família. É feito todos os documentos, o CAD Único – cadastro do governo federal – e ela vai se tornar apta depois da análise da Caixa Econômica, de toda essa documentação.

Cabe à Prefeitura – através de seus diferentes funcionários – produzir um saber que implica no acesso ao programa, entretanto, este saber produz diferenciações entre aqueles que o acessam. Como afirma Araújo Silva (2014), tem-se a necessidade de pesquisar com mais afinco como se dá esta produção de demanda feita pela Prefeitura, enviada à CEF e oferecida às construtoras. Contudo, a fala de Cristina colocou-me a seguinte questão: a pouca atenção dada pelas pesquisas acadêmicas aos funcionários da CEF (e a própria instituição) no interior deste processo. Em conversa informal com a assistente social responsável pelo cadastramento, eu perguntei se ela acompanhou as famílias após a ocupação do condomínio. Ela respondeu que seu trabalho consistia apenas as etapas do cadastro e da mudança. Pergunto se existe comunicação entre ela e as assistentes sociais que atuam nos condomínios, ela responde que não. Ela ainda comenta que essas assistentes, a maioria terceirizadas, produzem relatórios que são enviados diretamente a CEF, mas não sabe especificar o conteúdo. Suspeita que seja a respeito dos trabalhos de ações sociais desenvolvidos e dos problemas decorrentes da gestão e da vida condominial. Assim, parece importante também investigar (através do trabalho etnográfico) o diálogo que se estabelece entre as diferentes instituições governamentais.

Retomando a Dione, ela relativiza a questão da distância entre o novo endereço e o Mercado São Sebastião. Rocha, morador do mesmo condomínio, possui a mesma opinião, que difere, como vimos de *irmã* Irene e Vilma, que moram em Campo Grande. De certo modo, a pesquisa etnográfica reprimia o meu desejo de conclusões definitivas.

Isto aqui é um paraíso. Tem asfalto, não tem lama. Não tem rato. Vai ficar melhor quando meus filhos entrar na escola e eu trabalhar. A localidade não faz diferença. Tem gente que não gostou não, gente que trabalha no centro, no Mercado. Só de saber que aqui não tem boca de fumo, droga. Tomara que fique sempre assim. Aí será o paraíso.

Deste primeiro encontro, eu recorro que as suas palavras me causaram surpresa e incômodo. Cuslei a entender a declaração:

O nosso caso foi rápido porque os empresários grandes não queriam a gente lá. Criança na rua, fio solto (“gato”), era ruim, por isso que saiu bem rápido. Não acho ruim não. Graças a Deus! Só assim a gente conseguiu uma casa porque nunca ia conseguir morar aqui.

Contudo, foram fundamentais para precaver-me de analisar o processo de *remoção* desvencilhado de ideais sociais¹⁴³. Um ano e meio depois, Dione não demonstrou sentimentos de arrependimento com a mudança, nem de conflito entre sair e ficar, no entanto, não esconde as dificuldades de convivência. Problemas de coleta de lixo, problemas de arrecadação do dinheiro do condomínio, problemas de respeitar as normas condominiais. Com grande aflição, disse-me “Agora aqui tem ratos. Não tinha, mas agora voltou a ter ratos”. Os ratos, então herança de outros tempos, continuam a aterrorizá-la.

Relatou-me também que alguns moradores foram embora, “principalmente da (favela) Mandacaru e pouco do Feijão (rua)”. Quando questiono por que a maioria dos que retornam ao Mercado são provenientes da Mandacaru, ela então se refere da seguinte maneira as diferenças existentes entre os moradores da favela e das ruas adjacentes: “Lá era muita criança abandonada, muitos viciados, sem esgoto”, a Rua da Cebola era “área como se fosse pacificada e lá (Mandacaru) não”. Entre os pesquisados, apenas Isabel e Francisca retornaram ao Mercado São Sebastião para morar no Galpão, cujos motivos são próximos aos explicitados por Vilma, acrescentando apenas os custos orçamentários – luz, água, condomínio – na nova moradia, dos quais “não podem” arcar. Porém, para Dione, “eles” (pessoas que vendem ou alugam seus apartamentos) “não querem” pagar as contas. Noto que certas distinções e hierarquias existentes no Mercado São Sebastião são reconfiguradas nos condomínios, desfazendo a imagem homogênea imposta pelo desenho dos blocos de apartamentos.

¹⁴³ FERNANDES (2003, p. 32) relata algo semelhante durante sua pesquisa de campo, que a faz “pensar a diversidade (e complexidade) existente entre os precarizados de baixa renda (e, conseqüentemente, entre os ocupantes do centro)”. Durante um evento, na presença de Raquel Rolnik, “uma moradora, justo da ocupação Machado de Assis, agradeceu imensamente à militância local, segundo ela, a principal responsável pela realização de um sonho que nutria há muito tempo e nunca achou que ocorreria: “o sonho de ter uma casa própria”, o que queria dizer (e ela mesmo anunciou), um imóvel no bairro de Cosmos, zona oeste da cidade, situada a cerca de sessenta quilômetros do centro. A impressão que tive, corroborado pelo silêncio inquietante que tomou o auditório por alguns (longos) segundos e a expressão boquiaberta da relatora, é de que tal “estrangeirice” havia provocado um sensível mal estar entre os presentes”.

Imagem 6 – Faixa de agradecimento



Fotografia: Heloísa Lobo

3.6 O Galpão: Fabiano e Francisca

O Galpão ou “Galpão Kelson” localiza-se no interior do Mercado São Sebastião. Segundo Fabiano, o galpão é propriedade da empresa Varig e encontrava-se em estado de abandono havia mais de 15 anos quando passou a ser *ocupado* pelos antigos moradores da favela Mandacaru. Do galpão apenas restaram suas paredes externas. Não há cobertura, nem divisórias, portas e janelas, seu interior foi totalmente loteado. Uma informação que se omite é que “o Galpão” surgiu (entre 2010-2011) antes da remoção da favela, tendo depois apenas aumentado sua população.

Em junho de 2013, eram 35 casas construídas¹⁴⁴, 4 em construção, 2 terrenos vazios, 1 comércio e 1 igreja (Assembleia de Deus). Em dezembro do mesmo ano, não havia mais terrenos vazios, 41 casas construídas no total. De acordo com Fabiano, para habitar o local foi preciso ter aprovação do chefe do tráfico local (Comando Vermelho), “falar com o cara que manda”, com uma risada irônica, continua “Cara que manda! Quem manda em casa sou eu. Só fala [chefe]: Vai lá e faz. E aí, você vai lá e faz”.

Na primeira visita ao Galpão, ele me mostrou orgulhoso o lugar, abriu a torneira para mostrar que a água sai limpa e com força, mostrou as ligações de luz. Responsável pela construção da maioria das casas, fala com propriedade da qualidade das mesmas, observo que todas são de alvenaria (“evitar incêndios e ratos”), possuem a mesma tipologia e suas

¹⁴⁴ Quando digo que as casas estão construídas não significa que elas estão concluídas, pois elas estão sempre em construção.

fachadas estão alinhadas. Quando pergunto por que possuem apenas um pavimento, ele responde: “Dá pra inverter, mas ninguém faz com medo de prejuízo”, ou seja, o investimento é arriscado já que existe a possibilidade de serem removidos futuramente, mas Fabiano tem esperanças de um desfecho diferente: “Vamos deixar tudo arrumado, se o pessoal da Prefeitura um dia vir, é mais fácil eles aprovarem”. Fabiano assume para si ser o responsável por uma ordem espacial, enquanto o tráfico pela ordem moral.

Eu- Vocês pagam alguma taxa para o tráfico?

Fabiano- Pagar pros cara não. Não pode é sair da ordem.

Eu- Que ordem?

Fabiano- Não roubar, não estuprar, respeitar os mais velhos. A minha casa aqui, eu saio e deixo aberta.

Maria- Bandido quer ordem.

O trabalho de campo apontou o Galpão como um espaço intermediário entre a favela e o condomínio e suas casas, entre o *barraco* e o apartamento. A partir de conversas informais, tornou-se claro que as pessoas que retornavam ao Mercado São Sebastião consideravam estar morando em melhores condições do que anteriormente na favela Mandacaru. Além da mesma tipologia e alinhamento das casas, a delimitação dos muros externos reproduzindo o modelo *enclave fortificado* era valorizado pelas pessoas. Fabiano trabalhava como pedreiro na Zona Sul da cidade, devido à demanda de serviço, passou a trabalhar apenas no Galpão onde cobrava R\$ 100,00 pela jornada de trabalho. Ao comentar com Maria sobre boatos de que outro galpão seria invadido, ela, sem vacilar, diz para ele avisá-la, queria mais um *barraco*. Chamou atenção o diálogo travado entre os dois:

Maria: Você faz um barraco pra mim? Eu pago.

Fabiano: Eu faço uma casa. Ele então a repreende: O povo tem uma mania de chamar isso aqui de barraco.

Maria provoca: É barraco de alvenaria.

Ela começa a rir e ele não leva a discussão adiante, pois conhece muito bem sua interlocutora. Fabiano recebe o aluguel social e já tem planos para quando o “apartamento sair”, colocá-lo à venda. Não quer morar em outro lugar que não seja o Mercado São Sebastião, onde vive desde criança.

Meses depois da minha primeira ida ao Galpão, eu reencontro com Francisca, “a líder comunitária”, a quem não via desde a véspera da remoção das famílias do Mercado. Foi Eduardo quem nos apresentou. Estava sentada na soleira da casa da sua mãe, perguntei o que ela estava fazendo ali e ela respondeu “eu voltei”. Eu demonstrei surpresa, nunca imaginei

que regressasse, pois me lembrava do quanto ela parecia estar feliz em se mudar. Não me contive e disse que ela estava muito abatida, ela então diz que adoeceu em razão dos problemas enfrentados na nova moradia. Neste dia, notei que as suas respostas eram breves e por isso, não alonguei a conversa.

Demorou um bom tempo para (r)estabelecer uma aproximação, se mostrava arredia as minhas investidas. Notava que tamanha recusa devia-se à frustração em relação ao condomínio, onde assumiu o papel de síndica. Mais especificamente, em relação aos funcionários da Prefeitura que após a mudança não mais atendiam seus telefonemas, nem procuravam intervir nos conflitos e disputas que irrompiam no cotidiano do condomínio e quando alguém se dispunha a ouvi-la era apenas para dizer que não podia ajuda-la, que aquele setor não era responsável por tal questão ou demanda.

Francisca, apresentada como “líder comunitária”, agora me dizia que era apenas “uma representante da Mandacaru”, posto alçado pelo fato de possuir um telefone fixo. Era responsável pelos avisos e comunicados referentes ao processo de remoção, mas por iniciativa própria, sua atuação foi além, “ajudei tanta gente, se não tinha dinheiro da passagem, eu dava. Eles (Prefeitura) não me deram nada”. Com grande mágoa, diz: “nunca me deram nada, nem obrigada”. O protagonismo de Francisca aparece na fala de outros pesquisados, é comum culpá-la pelas expectativas não correspondidas ou para acusá-la de ter promovido a retirada dos moradores: “Francisca ligava todo dia para a Prefeitura para sair e por fim, tá lá naquele chiqueiro”, “Ela (Francisca) queria morar no apartamento. Tinha gente que não queria, mas ficou caladinho”, “Não tinha líder comunitária, mas tinha uma moça que chamava Francisca”.

Ao justificar o regresso repentino, Francisca citou as mesmas questões levantadas por outros pesquisados, mas ressaltou dois aspectos: a questão da vida legal e formal – pagar condomínio, luz e água e de não haver vagas de trabalho (formal e informal) nas proximidades do condomínio. Questionou como poderia pagar as contas se não trabalhava? Além disso, pesava os problemas de convivência com pessoas vindas de diferentes localidades da cidade, a vida tornou-se insustentável, a ausência de mediação e intervenção por parte da Prefeitura contribuiu para o seu retorno. No Mercado São Sebastião, trabalha numa cooperativa de reciclagem, mora no Galpão com os filhos adolescentes e aluga, por quatrocentos reais, o apartamento do condomínio.

Dos pesquisados, Francisca é talvez a personagem mais desafiante. A experiência traumática no condomínio a faz negar o seu papel ativo de adesão ao processo de remoção. Sempre que a questioneei, ela afirmou que não desejava sair e que partiu da Prefeitura colocá-la no papel de “representante”. Às vezes esboçava o desejo que a minha pesquisa cumprisse

um papel de denúncia e era neste momento que compreendia a sua negação, na história da retirada dos moradores do Mercado São Sebastião não há espaço para contradições, nem ambiguidades.

Imagem 7 – Interior do Galpão



Fotografia: Heloísa Lobo

QUASE CONCLUSÃO

“Por que a vida é assim?” Lúcia me perguntou. Eu me calei. Não tinha palavras para confortá-la, talvez ela nem mesmo quisesse. Por que eu me calei? Ao menos, deveria dizê-la que esta pergunta também me persegue e de certo modo, influenciou na escolha de qual carreira seguir. Acredito que a pergunta talvez não se limitasse aos seus poucos dias de vida, ela abarcava também as minhas inquietações de pesquisa. Deste modo, fiz desta dissertação uma tentativa de resposta.

No entanto, é uma tentativa de resposta sem conclusão, ou como prefiro, de quase conclusão¹⁴⁵. A pesquisa partiu do processo de remoção de famílias moradoras do Mercado São Sebastião, zona norte, que foram reassentadas em condomínios de apartamentos do programa federal Minha Casa, Minha Vida, localizados nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz, zona oeste da cidade. A retirada das famílias se inscreveu num contexto de disputas e tensões entre moradores e empresários, onde os primeiros foram vistos, a partir do modo de habitar, como empecilhos para a execução de um antigo projeto de “revitalização” urbana que visa à retomada da área enquanto espaço de negócios.

A retirada dos moradores se colocou no horizonte de ação dos empresários e do poder público em diferentes contextos históricos. No entanto, se efetiva no ano de 2009, num momento em que a cidade dispõe de grandes investimentos (públicos e privados) para pôr em andamento inúmeras obras, entre elas, as referentes ao Porto Maravilha, a Copa (2014) e Olimpíadas (2016). Diferentemente da região portuária, o projeto de revitalização (em curso) do Mercado São Sebastião foi pouco divulgado pela mídia local e não despertou nos pesquisadores o mesmo interesse de investigação.

Neste processo, a forma de habitar – a casa e a cidade - teve centralidade nas tramas, percursos e trânsitos percorridos por todos os atores. Empresários e poder público travaram uma luta contra as formas de habitar dos pobres, tida como precária, inadequada, desordenada. Cada qual, com intensidade de forças diferentes, transformaram moradores e suas moradias em problema de civilidade, mas não somente, também como problema de polícia, como o episódio dos “*birosqueiros*”.

É neste sentido que a categoria *reassentamento* descortina um dos seus rendimentos políticos, no qual a inauguração do condomínio de apartamentos pela presidenta Dilma é

¹⁴⁵ Para a versão final, apenas esta parte do texto dissertativo sofreu modificações. Nela incorporei algumas discussões, sugestões e críticas feitas pelos professores participantes da banca examinadora e pelos colegas do grupo DISTURBIOS. Agradeço a todos pelas contribuições.

exemplar. Assim, a pesquisa etnográfica permitiu averiguar os nexos existentes entre o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e a retomada das políticas de remoção na cidade. Esta relação apresenta sua complexidade de entendimento a partir das tramas e percursos dos moradores, para quem a ação se apresentou como oportunidade de obter uma moradia digna.

Cabe enfatizar que não se trata da totalidade dos moradores, mas aqueles que participaram da pesquisa. Apesar das diferenças sociais internas existentes no Mercado São Sebastião, todos consideravam que moravam precariamente. Morar extrapolava os limites da casa ou do *barraco*, dizia respeito também ao entorno. A mudança de endereço dotava a “casa” como futuro que se quer. A partir do trabalho de campo, busquei traçar os desdobramentos e efeitos dessa mudança, de que modo essa promessa de futuro se cumpre ou não.

Confesso que durante esta travessia que percorri juntamente com os moradores, o tesouro¹⁴⁶ pareceu não mais importar. Longe de trazer conclusões definitivas, a dissertação teve como intenção justamente mostrar a complexidade deste processo através das tramas, dos percursos, dos trânsitos, da vida de *viração* e *contornamento* daqueles que sofreram a sua ação. A casa se apresenta de diferentes modos nas narrativas e experiências de cada personagem da dissertação. Para uns, a casa representa seu porto seguro, capaz até mesmo de curar uma doença, enquanto para outros, é motivo de doença e infelicidade. Enquanto Dione mostrava o seu desejo de permanência na nova moradia, apesar dos problemas de convivência; Vilma se angustiava com a difícil decisão: ficar ou sair; por sua vez, Francisca retorna ao Mercado São Sebastião.

Assim, se eu chego ao fim com uma quase conclusão é também para dizer que termino a dissertação, mas os desdobramentos parecem não ter fim. Deste modo, encerro com um pequeno relato quando não mais pensava estar “em campo”.

Desde o início dos jogos da Copa do Mundo, em junho de 2014, não fui mais ao Mercado Sebastião. Às vezes conversava ao telefone com Maria e Cleusa, enquanto dedicava-me exclusivamente a escrita da dissertação. À medida que escrevia, crescia o desejo de rever todos. No final do ano, liguei para Maria para combinar uma data, pois agora ela trabalhava

¹⁴⁶ Aqui, tesouro se refere a seguinte anedota: “Em uma fábula um camponês à morte diz a seus filhos que há em suas terras um tesouro enterrado. Em consequência disso, os filhos escavam e reviram profundamente a terra por toda parte, sem encontrar o tesouro. Mas no ano seguinte a terra assim trabalhada produz três vezes mais frutos. Isso simboliza a linha da metafísica indicada aqui. Nós não iremos encontrar o tesouro, mas o mundo que nós escavamos à sua procura trará ao espírito três vezes mais frutos – mesmo se não se tratasse de nenhum modo na realidade do tesouro, mas sim de que esse escavar é a necessidade e a determinação de nosso espírito”. (SIMMEL 1983, p. 19-23 *apud* WAIZBORT, 2006, p. 20).

como auxiliar de limpeza num hotel na praia do Leme. Ao chegar, fui a *Tenda Azul*, mas Cleusa ainda não havia chegado da Prefeitura, onde fora resolver um problema referente à documentação exigida pelo PMCMV.

Porém, Maria estava presente e enquanto não encontrava com as demais pessoas, ela me antecipava o que tinha acontecido na vida de cada um. A fofoca foi longa e divertida. Da *Tenda Azul* partimos em direção ao Galpão, queria rever Francisca e Fabiano e saber se haviam ou não construído um muro onde antes se localizava a favela Mandacaru. Em junho, tinha apenas a fundação do muro, mas as informações eram desencontradas. Tudo não passava de boatos.

Durante o trajeto, eu perguntei: “Maria, você viu que construíram um muro lá?”, ela sucintamente respondeu: “Eu vi”. Continuei: “Você sabe quem construiu?”, ela distraída com o seu sorvete, respondeu: “Um homem”. Eu a olho como quem não acredita na resposta. Sem pressa, ela continuou: “Um homem rico. O povo é esculachado. O povo vale menos que um muro” e deu uma risada debochada.

Um pouco distante de onde nos encontrávamos já era possível vê-lo. Era alto e quase se encostava com o muro do Galpão. Ao caminhar entre o pequeno corredor que se formava entre os dois muros, eu observo que novos *barracos* foram construídos e reparo a condição precária dos mesmos. Em frente ao Galpão, mais construções. Em poucos meses, notava muitas mudanças no lugar. Ao chegarmos mais próximo do muro, Maria começa sua performance: “Olha aqui o Muro de Berlim. Vamos derrubar o Muro de Berlim”. Eu começo a rir, do outro lado da rua, dois funcionários de uma empresa também se divertem. Ela então passa a interagir com eles: “Olhem aqui o Muro de Berlim”.

Ao tirar minha máquina fotográfica da bolsa, ela corre para o centro do muro e abre os braços, esperando que eu a fotografe. Os homens gritam: “X”, no entanto, ela entende “X-9”. Ela começa a falar “Que X-9 o quê, eu ando isso aqui tudo”, mas os homens não perceberam o mal-entendido, pois ela falou baixo. “Por que Muro de Berlim?”, eu disse. Para ela era desnecessário explicar e me pergunta: “Você não conhece o Muro de Berlim que dividiu a cidade de Berlim em duas?”. Sentindo-me uma idiota, eu respondo: “Conheço”. Ela então diz “Então, o homem construiu o Muro de Berlim, agora ele é o dono”.

Imagem 8 – Maria e o Muro de Berlim



Fotografia: Heloísa Lobo

REFERÊNCIAS

- BARBERY, Muriel. *A elegância do ouriço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BIRMAN, Patrícia. *Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns*. (no prelo). 2014a.
- BIRMAN, Patrícia. *Misturando as fronteiras do urbano: atores seculares, estatais e religiosos na gestão da violência*. Apresentação no *Seminário Comemorativo de 20 anos do PPCIS/UERJ*, 2014.
- BITAR, Nina Pinheiro. *“O maior mercado do mundo!”: uma etnografia do Cadeg, o novo Mercado Municipal do Rio de Janeiro*. 299 f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (Org.). *Um século de favelas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. *“Agora você é madame!”: Os encontros de integração do PAC/PMCMV no Rio de Janeiro como instrumentos de disciplinarização urbana e moral da população pobre*. Comunicação apresentada no *XI Congresso Argentino de Antropología Social*, 2014.
- CARDOSO, Ruth. *Notas para discussão*. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (Org.). *Ruth Cardoso: obra reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011.
- CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra capital, 2013.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERNANDES, Adriana dos Santos. *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. *Ser afetado*. *Cadernos de campo*. São Paulo, n.13, p.155-161, 2005.

FREIRE, Letícia de Luna et al. Uma Cruzada no século XX: iniciativas católicas no campo das políticas habitacionais na França e no Brasil. *Antropolítica: revista contemporânea de antropologia*. Niterói, n. 29, p. 201-223, 2010.

_____. A contribuição d Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*. Buenos Aires, n. 31, p. 97-120, 2010a.

FREIRE, Letícia de Luna; SOUZA, Mônica Dias de. *Trocando o pneu com o carro andando*”: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos. Relatório final – Casa Oswaldo Cruz, 2010.

GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. *Cadernos de campo*. São Paulo, n.13, p.149-153, 2005.

JAENISCH, Samuel Thomas. Moradia e experiência de cidade: Considerações a partir da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Comunicação apresentada na *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2014.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro. 322 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MELLO, Marco Antonio da Silva et al (Orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

NEIBURG, Federico. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A “Batalha do Rio de Janeiro” e a representação da “favela”. Comunicação apresentada na *ANPUH-RJ*, 2010.

_____. A Cruzada São Sebastião e a política de favelas no Rio de Janeiro. Comunicação apresentada na *ANPUH-MG*, 2012.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. A poética da ação: Dom Helder e a cidade do Rio de Janeiro. Núcleo de Memória. PUC: Rio de Janeiro, s/d.

RODRIGUES, Rute Imanishi. Os “Parques Proletários” e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre 1930-1960. Relatório IPEA, Rio de Janeiro, 2013.

SAMPAIO, Roberta. A Utopia da Pequena África: os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.

SILVA, Antônio Rogério; RABAÇA, Sílvio. *Bolsa de Gêneros Alimentícios 1951/2011: da Esquina do Pecado ao Palácio da Bolsa*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2011.

SILVA, Hélio R.S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, n. 32, 2009, p. 171-188.

ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho de. *A economia informal de mercadorias políticas nos ‘condomínios populares’ do programa Minha Casa Minha Vida*. Qualificação (Doutorado em Ciências Sociais) – IESP/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. 424 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SLOB, Bart. *Do barraco para o apartamento: a “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. 173 f. Trabalho de conclusão de curso do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SOUTY, Jérôme. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. *Memória em Rede*, Pelotas, v.3, n.9, jul./dez.2013.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: 34, 2006.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

OUTRAS FONTES

JORNAL O GLOBO. Mercado São Sebastião: uma trajetória de glamour e decadência. 19 de junho de 2012.

JORNAL O GLOBO. Aos 50 anos, Mercado São Sebastião será revitalizado. 19 de junho de 2012.

PORTAL G1. Operação no Mercado São Sebastião termina com 23 imóveis demolidos. 2 de julho de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1216475-5606,00OPERACAO+NO+MERCADO+SAO+SEBASTIAO+TERMINA+COM+IMOVEIS+DEMOLIDOS.html>

JORNAL EXTRA. Choque de ordem no Mercado São Sebastião. 10 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/choque-de-ordem-no-mercado-sao-sebastiao-305380.html>